



Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales
Programa Uruguay

Maestría en Género y Políticas de Igualdad
Promoción: 2019-2021

Título de la tesis

**Mulheres negras de Santana do Livramento, São Borja e de Porto Alegre:
tecendo tramas de vida e militância partidária
nas eleições de 2016 e 2020**

Tesis para obtener el grado de Maestría en Género y Políticas de Igualdad

Presenta:

Walquires Inês Figueredo Maciel

Directora de Tesis: Profa Dra Delia Dutra da Silveira Margalef

Porto Alegre, maio de 2021.

Dedicatória

Ao pai e a mãe que juntos me ensinaram o ponto a ponto do tricô da vida.

Agradecimentos

Agradeço às mulheres que vieram antes e me deram a régua e o compasso para seguir na luta;
Agradeço às sujeitas da pesquisa que generosamente compartilharam comigo suas histórias de vida;

Agradeço à Lucia e a Sandra, irmãs de sangue, militância e fé, companheiras de vida;
Agradeço à Helô, Lisi, Celina, Carla, Valéria, Ana Lúcia, Duda, Zuba: amigas de fé, irmãs camaradas;

Agradeço à Dra Delia Dutra, orientadora, que durante o processo de pesquisa fez a escuta paciente, atenta, rigorosa e respeitosa;

Agradeço ao André, cujos comentários cobertos de “cientificidade, tecnicidade e dialogicidade” me incentivaram, me ensinaram e me fizeram rir;

E por fim agradeço à vida que “me há dado tanto”.

Índice

Dedicatória.....	2
Agradecimentos.....	3
Glossário de Siglas e Abreviaturas.....	7
Resumo.....	VIII
Resumen.....	8X
Abstract.....	Erro! Indicador não definido.
Introdução	11
Capítulo I.....	23
1. Mulheres Brasileiras Tecendo a Trama da Participação Política	23
1.1. A Tecitura da Trama desde o Império até a República.....	23
1.2. A Tecitura da Conquista do Direito de Votar	28
1.3. A Tecitura das Herdeiras de Dandara	33
1.4. O Sistema Político Brasileiro.....	38
Capitulo II.....	42
2. Teorizando a Trama da Participação das Mulheres Negras	42
2.1. As Mulheres Negras Desmanchando os Nós das Imagens de Controle	42
2.2. O Nó da Ocupação dos Espaços de Poder	48
2.3. Tecendo as Tramas da Representatividade	49
2.4. Tecendo Lugar de Fala, Lugar de Sujeita, Lugar de Enunciação	52
Capítulo III.....	55
3. A Tecitura Metodológica	55
3.1. O ponto a ponto da Tecitura Metodológica	55
3.2. O Fio dos Critérios Para Seleção dos Partidos e das Entrevistadas	58
3.3. O Fio das Entrevistas	58
3.4. Perfil das Sujeitas da Pesquisa.....	60

Capítulo IV	64
4. Tramas de Vida e de Militância.....	64
4.1. As Tramas Partidárias	64
4.2. Axé, Dandaras.....	65
4.3. Cruzando os pontos.....	80
Conclusões/Recomendações	93
Referências Bibliográficas.....	97
Anexo.....	101

Índice de Figuras

Figura 1: Número de vereadoras na eleição 2016 (população censo 2010).....	16
Figura 2: Limpando Metais. Armando Viana (1923)	23
Figura 3: Lei Saraiva (1880) e o conceito de cidadania	27
Figura 4: Constituição de 1891 e a exclusão das mulheres	29
Figura 5: Constituição de 1934 e o voto não obrigatório para as mulheres	31
Figura 6: Constituição de 1946 a obrigatoriedade do voto e a exclusão das/os analfabetas/os	32
Figura 7: Mãe negra. Lasar Segal (1930)	33
Figura 8: Desenho da série Ama de Leite. Rosana Paulino (2005)	42
Figura 9: Categorias de Análise	42
Figura 10: Preparação e organização dos dados	57
Figura 11: Realização das entrevistas, exploração, análise e interpretação dos dados..	57
Figura 12: Categorias de Análise	58
Figura 13: Quadro Perfil Sujeitas da Pesquisa	62
Figura 14: Sem título, série Jatobá	65
Figura 15: Marielle	67
Figura 16: Dandara	68
Figura 17: Tereza de Benguela	69
Figura 18: Carolina de Jesus	71
Figura 19: Luiza Mahin	72
Figura 20: Almerinda de Farias	73

Figura 21: **Maria Felipa**.....74

Glossário de Siglas e Abreviaturas

ASPES	Associação Santanense Pró Ensino Superior
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
DCE	Diretório Central de Estudantes
ESEF	Escola Superior de Educação Física
ONU	Organização das Nações Unidas
PT	Partido dos Trabalhadores
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PRF	Partido Republicano Feminino
SEMU	Secretaria Estadual da Mulher
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNIPAMPA	Universidade Federal do Pampa
UNEGRO	União de Negros pela Igualdade

Resumo

A presente investigação propôs-se contribuir com o campo de estudos sobre o Legislativo no Rio Grande do Sul, Brasil, tomando como ponto de partida epistêmico a análise do social na perspectiva da intersecção entre gênero, classe e etnia/raça. O problema da pesquisa desdobrou-se nas questões: 1. A categoria etnia/raça está presente nos programas e estatutos dos partidos? 2. As cotas para as mulheres contemplam as mulheres negras quanto à ocupação dos espaços nas estruturas partidárias? 3. É possível identificar inconsistências/incoerências entre o escrito nos estatutos dos partidos e os relatos das mulheres negras quanto às formas de indicação e de condução das candidaturas das mulheres negras? O estudo teve como objetivo geral investigar as vivências narradas por mulheres negras que se candidataram a uma cadeira nos parlamentos municipais representando o Partido Socialismo e Liberdade, o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores com sede nas de cidades de Porto Alegre, São Borja e Santana do Livramento. Os objetivos específicos foram: a. analisar as narrativas de mulheres negras diante das decisões tomadas pelas direções dos partidos quanto à aplicação da lei que prevê a cota de 30% para candidaturas de mulheres; b. cotejar os conteúdos dos programas dos partidos com as narrativas das candidatas negras; c. identificar possíveis inconsistências/incoerências entre os programas partidários, as formas de escolha das/os candidatas/os, o acompanhamento das candidaturas e os relatos das mulheres negras. Os dados qualitativos necessários para alcançar os objetivos foram obtidos por meio de entrevistas em profundidade e do exame dos documentos partidários disponíveis. A análise dos dados permitiu identificar: a. as diferenças no grau de investimento nas candidaturas de mulheres negras entre os três partidos; b. a intersecção gênero, etnia/raça e classe e sua relevância nos documentos partidários; c. a dificuldade para a ocupação de espaços na política partidária por mulheres, especialmente mulheres negras, também em partidos do espectro ideológico de esquerda; d. o ativismo em distintos movimentos como fator importante na construção de uma carreira política partidária.

Palavras-chave: Mulheres negras - Política- Desigualdade de representação-Ocupação de espaços

Resumen

Con esta investigación se buscó contribuir con el campo de estudios sobre el Poder Legislativo en Rio Grande do Sul, Brasil, tomándose como punto de partida epistémico el análisis de lo social desde la perspectiva de la intersección entre género, clase y etnia/raza. El problema de la investigación se desglosó en estas cuestiones: 1. ¿La categoría etnia/raza está presente en los programas y estatutos de los partidos? 2. ¿Las cuotas para mujeres contemplan a las mujeres negras en cuanto a la ocupación de los espacios en las estructuras partidarias? 3. ¿Es posible identificar inconsistencias/incoherencias entre lo escrito en los estatutos de los partidos y los relatos de las mujeres negras en cuanto a las formas de propuesta y de conducción de las candidaturas de las mujeres negras? El estudio tuvo como objetivo general investigar las vivencias narradas por mujeres negras que se postularon a un escaño en los parlamentos municipales representando al Partido Socialismo y Libertad, el Partido Comunista de Brasil y el Partido de los Trabajadores con sede en la ciudad de Porto Alegre, São Borja y Santana do Livramento. Los objetivos específicos fueron: a. analizar los relatos de mujeres negras sobre las decisiones tomadas por las direcciones de los partidos en cuanto a la aplicación de la ley que prevé la cuota del 30% para candidaturas de mujeres; b. cotejar los contenidos de los programas de los partidos con los relatos de las candidatas negras; c. identificar posibles inconsistencias/incoherencias entre los programas partidarios, las formas de elección de las/los candidatas/os, el seguimiento de las candidaturas y los relatos de las mujeres negras. Los datos cualitativos necesarios para alcanzar los objetivos se obtuvieron por medio de entrevistas en profundidad y del examen de los documentos partidarios disponibles. El análisis de los datos permitió identificar: a. las diferencias en el grado de inversión en las candidaturas de mujeres negras entre los tres partidos; b. la intersección género, etnia/raza y clase y su relevancia en los documentos partidarios; c. la dificultad para la ocupación de espacios en la política partidaria por mujeres, especialmente mujeres negras, también en partidos del espectro ideológico de izquierda; d. el activismo en distintos movimientos como factor importante en la construcción de una carrera política partidaria.

Palabras clave: Mujeres negras - Política - Desigualdad de representación - Ocupación de espacios

Abstract

This investigation aims to contribute to the field of studies of city councils in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, having as its epistemic starting point the social analysis from the perspective of gender, class and ethnicity/race intersection. The research problem unfolded in the following questions: 1. Is the category ethnicity/race present in the programs and statutes of the political parties? 2. Do the quotas for women contemplate black women regarding the occupation of spaces in political party structures? 3. Is it possible to identify inconsistencies/incoherencies between what is written in parties' statutes and the reports of black women regarding the forms of nomination and conduction of candidacy of black women? The general objective was to investigate the experience narrated by black women who ran for a seat in city councils as candidates of the *Partido Socialismo e Liberdade* [Socialism and Freedom Party], the Brazilian Communist Party and the Worker's Party, based in the cities of Porto Alegre, São Borja and Santana do Livramento. The specific objectives were: a. analyze the narrative of black women in the face of the decisions made by the parties' leadership regarding the application of the 30% gender quota law providing for women's candidacies; b. compare the content of the political parties' programs to the narrative of black women candidates; c. identify possible inconsistencies/incoherencies between the program of the political parties, candidates' selection methods and the monitoring of candidacies and the reports made by black women. Qualitative data necessary to achieve the objectives were obtained through in- depth interviews and examination of party documents available. Data analysis allowed to identify: a. the differences concerning the level of investment in the candidacies of black women among the three parties; b. the gender, ethnicity/race and class intersection and its relevance in parties' documents; c. the difficulty women, especially black women, face to take up space in political parties' politics, also in political parties that are in the left-wing spectrum; d. activism in different movements as an important factor in the construction of a political party career.

Keywords: Black women - Politics – Inequality in representation-occupation of spaces

Introdução

Diz a mãe: a vida faz-se como uma corda. É preciso trançá-la até não distinguirmos os fios dos dedos.

Mia Couto

A presente investigação propõe-se contribuir com o campo de estudos sobre o Legislativo no Rio Grande do Sul, Brasil, tomando como ponto de partida epistêmico a análise do social na perspectiva da intersecção entre gênero, classe e etnia/raça. A investigação tem origem na observação e no acompanhamento, enquanto militante partidária, da candidatura de mulheres negras em partidos alinhados ao campo político da esquerda. Essas observações instigam a pesquisadora a pensar a respeito das candidaturas de mulheres negras em partidos com as características acima mencionadas. A opção por estudar o Partido Socialismo e Liberdade, o Partido Comunista do Brasil e o Partido dos Trabalhadores dá-se em razão do número de cadeiras nos parlamentos, da visibilidade dos mesmos nas diversas redes e nas mídias tradicionais e com base na constatação de que nesses partidos as mulheres, especialmente as mulheres negras, parecem ter mais espaço. Os critérios para definição das sujeitas que colaboraram com a pesquisa, listados no capítulo metodológico, foram elaborados após consulta aos websites dos partidos, aos dados do Tribunal Superior Eleitoral e às conversas com pessoas ligadas aos partidos supracitados.

O foco da pesquisa é nas cotas para as mulheres sob a perspectiva da sua aplicação nos três partidos do espectro ideológico da esquerda e na sua relação com a candidatura de mulheres negras. A abordagem metodológica escolhida para realizar a investigação é a pesquisa qualitativa. A metodologia para o tratamento dos dados e melhor atende aos propósitos do estudo é a análise de conteúdo. Os dados para análise foram obtidos através do exame da documentação partidária e de entrevistas em profundidade.

A pesquisa foi realizada durante a pandemia do vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus¹. A pandemia que impactou o mundo repercutiu em todos os aspectos da vida dos seres humanos no planeta e, por consequência, também nos trabalhos de pesquisa. As entrevistas planejadas para acontecerem de forma presencial foram realizadas via plataformas digitais. Conforme Odgers e Sánchez (2021), ao propor-se uma investigação empírica vários passos são previstos para a execução da proposta e, nesse processo, as relações interpessoais

¹ Informação disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia> Acesso em 10 de março de 2021.

assumem um papel central. No caso dessas relações serem inviabilizadas é preciso que quem esteja pesquisando encontre estratégias para a transposição das dificuldades. Exatamente o que ocorreu na presente investigação. O contexto pandêmico exigiu um exercício de reacomodação e revisão das práticas, tanto da pesquisadora quanto das sujeitas que participaram e contribuíram para a pesquisa. Porém, se por um lado a pandemia limitou o contato físico e as possibilidades de observação do entorno, estendeu as possibilidades de agendamentos quanto aos horários. Os tempos previstos para as entrevistas também foram redimensionados e o processo de interação, surgido a partir da necessidade de aprender a operar as plataformas, contribuiu para que as entrevistas ocorressem em um clima de maior proximidade entre pesquisadora e pesquisadas.

De acordo com o dicionário Houaiss², sujeito é um “substantivo masculino”, significando “pessoa indeterminada”. E sujeita é substantivo feminino, termo pejorativo, “mulher indeterminada ou que não se nomeia. Fulana”. Como se pode ver, a Língua Portuguesa define sujeito como substantivo masculino, alguém indeterminado, e sujeita seria o nome dado a uma mulher qualquer, indeterminada, termo depreciativo, fulana, aquela que não pode ser nomeada. O espaço da pesquisa é também um espaço no qual as relações de poder que se manifestam e perpetuam em todas as áreas do conhecimento podem ser explicitadas e pensadas a partir de outros pontos de vista ou de pontos de vista não hegemônicos. A adoção do substantivo feminino “sujeitas” e não sujeitos, nesta pesquisa, não tem o sentido de simplesmente confrontar uma norma ou de desrespeitar a “norma culta” da língua, mas sim tem a intenção de propor uma reflexão às leitoras/es a respeito destas relações.

As mulheres que aceitaram o convite para participar da pesquisa são mulheres que se autodefinem, que se nomeiam e que reivindicam o direito de serem nomeadas. Nomeá-las como sujeitas significa reconhecer seu poder de enunciação e seu lugar social. Dessa maneira, a escolha da pesquisadora pelo uso do substantivo feminino “sujeita” traduz a opção por uma linha teórica feminista e decolonial coerente com os objetivos e o problema de pesquisa. Como escreve Kilomba, “escrever é um ato político” (Kilomba, 2019, p. 28) e, partindo dessa compreensão, a pesquisadora assume a escolha de nomear a identidade “sujeita”. Nesse sentido foi formulado o problema de pesquisa.

² Disponível em: <https://www.dicio.com.br/houaiss/> Acesso em 10 de março de 2021.

Problema de Pesquisa

A lei eleitoral vigente no Brasil prevê que os partidos políticos brasileiros invistam 30% das vagas nos parlamentos em candidaturas de mulheres. É de presumir-se que a necessidade da aplicação da lei impôs mudanças estruturais em todos os partidos. Assim sendo, esta pesquisa propôs-se investigar a aplicação da lei das cotas por partidos localizados no espectro ideológico de esquerda; com foco especial nas candidaturas de mulheres negras nas cidades de Porto Alegre, São Borja e Santana do Livramento, nas eleições para os legislativos municipais de 2016 e 2020. Portanto, o problema da pesquisa visa compreender as vivências e experiências de vida sob a perspectiva das próprias mulheres envolvidas no marco dos seus processos de participação político-partidárias.

Dessa forma, o problema da pesquisa desdobra-se nas questões subordinadas:

1. A categoria etnia/raça está presente nos programas e estatutos dos partidos?
2. As cotas para as mulheres contemplam as mulheres negras quanto à ocupação dos espaços nas estruturas partidárias?
3. É possível identificar inconsistências/incoerências entre o escrito nos estatutos dos partidos e os relatos das mulheres negras quanto às formas de indicação e de condução das candidaturas das mulheres negras?

A partir da definição do problema de pesquisa foi formulado o objetivo geral que se desmembra em três objetivos específicos:

Objetivo Geral

Investigar as vivências relatadas por mulheres negras que se candidataram nas eleições proporcionais (2016-2020) pelos partidos Socialismo e Liberdade, Partido dos Trabalhadores e Partido Comunista do Brasil sob a perspectiva da intersecção gênero, classe e etnia/raça.

Objetivos Específicos

1. Analisar as narrativas de mulheres negras diante das decisões tomadas pelas direções dos partidos quanto a aplicação da lei que prevê a cota de 30% para candidaturas de mulheres.
2. Cotejar os conteúdos dos programas dos partidos com as narrativas das candidatas negras.

3. Identificar possíveis inconsistências/incoerências entre os programas partidários, as formas de escolha das/os candidatas/os, o acompanhamento das candidaturas e os relatos das mulheres negras.

É importante salientar que a investigação não pretende fazer uma análise abrangente dos estatutos e dos programas dos partidos na sua totalidade. O estudo está centrado nos itens que especificamente tratam das questões relacionadas a gênero e etnia/raça e a relação dessas categorias com a representatividade das mulheres negras nos partidos investigados.

O primeiro objetivo específico visa obter uma análise mais geral do comportamento dos partidos com relação às candidaturas das mulheres negras, balizadas por suas próprias narrativas. O segundo objetivo encaminha uma análise a respeito das propostas escritas nos estatutos e programas partidários e das narrativas das mulheres, ancorada nos referenciais teóricos do feminismo negro, com ênfase na intersecção raça, gênero e classe. Com o terceiro objetivo busca-se detectar possíveis inconsistências/incoerências entre o que consta nos estatutos, resoluções e programas dos partidos e o que foi praticado quanto às candidaturas **das** entrevistadas. Para o cotejamento pretendido no objetivo três, recorre-se ao pensamento feminista negro, principalmente às pensadoras Collins (2019) e hooks (2019) cujos estudos a respeito da importância da autodefinição da mulher negra e da construção da resistência contra as imagens de controle dialogam com a proposta da presente investigação. Os escritos de Carneiro (2019), Ribeiro (2017), Kilomba (2019) e Gonzalez (2020) são fundamentais para a necessária articulação entre as categorias de análise criadas e teorizadas no marco teórico e as ponderações/conclusões que surgem após a análise dos relatos das sujeitas do estudo. No final de cada capítulo é apresentada uma síntese de seu conteúdo.

Com os objetivos e o problema de pesquisa definidos, foi possível formular as três premissas a seguir apresentadas que, coerentes com os objetivos propostos, com o problema de pesquisa e com a escolha metodológica, são importantes para a compreensão, a interpretação dos relatos e a análise de possíveis inconsistências/incoerências nos programas dos partidos.

1. As dimensões etnia/raça marcam as trajetórias políticas das mulheres de maneiras diferentes e podem constituir-se em um problema para que se legitimem como aspirantes a um cargo nos partidos políticos. Sabe-se que ser mulher e construir uma carreira política envolve ter que ultrapassar barreiras impostas pela sociedade patriarcal e quando analisamos o entrelaçamento das opressões gênero, raça e classe, essas barreiras apresentam-se ainda mais difíceis de ultrapassar. É no cruzamento dessas categorias que as opressões exercidas pelo

patriarcado podem ser sentidas de maneira diferenciada pelas mulheres, conforme suas identidades étnico/raciais.

2. A cultura centrada nos valores tradicionalmente masculinos, heterossexuais, brancos interfere nos processos de legitimação e apropriação dos espaços nos partidos políticos, mesmo daqueles considerados progressistas. O terreno da política brasileira é território habitado e dominado por homens brancos, heterossexuais e essa é uma realidade não exclusiva dos partidos ditos “conservadores” ou “tradicionais”. Os partidos situados no espectro progressista também podem ser refratários às atividades políticas partidárias das mulheres.

3. Pode-se esperar que os partidos situados no espectro ideológico da esquerda respeitem as histórias de vida das mulheres negras aspirantes a cargo eletivo e entendam o protagonismo feminino como uma mudança de perspectiva social. Os partidos envolvidos na investigação têm suas histórias alinhadas com a defesa da diversidade, da liberdade e da democracia. Dessa maneira, é de supor-se que as práticas partidárias reflitam tais compromissos. Espera-se que todas as instâncias partidárias sejam receptivas às candidaturas das mulheres negras.

Problema Público de Desigualdade de Gênero

O problema de desigualdade de gênero que constituiu a base deste estudo é a baixa representatividade feminina, especialmente de mulheres negras, nos parlamentos brasileiros. Os dados do IBGE indicam que as mulheres são 51,8% da população brasileira. Já o Tribunal Superior Eleitoral mostra que mais de 77 milhões de mulheres estão inscritas como eleitoras, o que representa 52,5% do eleitorado. Porém, somente 92.049 mulheres concorreram a cargo eletivo nas eleições gerais em 2018, dentre as quais, somente 290 foram eleitas. Quanto às vereadoras eleitas em 2016, os índices coletados pelo Mapa Etnico-Racial das Mulheres na Política local Brasileira³ indicam que no total de eleitas: 8,49% foram mulheres brancas, 4,43% foram mulheres autodeclaradas pardas, 0,57% mulheres autodeclaradas pretas, 0,07% mulheres amarelas e 0,04% mulheres indígenas (Figura 1). Os números indicam que a presença feminina nos espaços de poder nas esferas municipal, estadual e federal é ainda muito reduzido e que os avanços conquistados são lentos. Os parlamentos brasileiros continuam a ser espaços ocupados por homens brancos. Estes dados confirmam a desigualdade étnico/racial e de gênero

³ Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/3539> Acesso em 15 de março de 2021.

da sociedade brasileira que se refletem na existência ou não de políticas públicas para a população.

Figura 1: Número de vereadoras na eleição 2016 (população censo 2010)

Etnia/Raça	% População (censo 2010)	Nº Vereadoras	% do Total de Eleitos
Amarela	1,1	38	0,07
Branca	47,7	4.877	8,49
Indígena	0,4	22	0,04
Parda	43,1	2.543	4,43
Preta	7,6	328	0,57
Total	100	7.808	13,6

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Mapa Etnico/Racial das Mulheres na Política Local Brasileira

Antecedentes de Política Pública das Cotas para Mulheres

No Brasil, as mulheres conquistaram, de maneira legal, o direito de votar e o direito de ocupar posições nos espaços de decisão política em 1932. Contudo, somente em 1946 o alistamento eleitoral passou a ser obrigatório. Conquistas estas que não foram suficientes para a derrubada dos obstáculos construídos e mantidos pelo patriarcado ao longo de séculos de dominação. Os nós dos quais o patriarcado utiliza-se para manter a reprodução dos papéis parecem estar sempre se reinventando. Como escreveu Biroli:

O debate contemporâneo sobre a participação das mulheres tem como ponto de partida o diagnóstico de que o direito ao voto e o de disputar eleições, conquistados na maior parte do mundo entre as primeiras décadas do século XX e meados do mesmo século, não redundaram em condições igualitárias de participação. Sua análise demanda, assim que se vá além das regras formais, dos direitos estabelecidos, em direção a um entendimento mais complexo da permeabilidade seletiva das democracias representativas. No caso das mulheres,

isto significa levar em consideração as relações de gênero no cotidiano da vida social e os obstáculos informais à participação nos espaços institucionais, tendo em mente que sua posição não se esgota nas relações de gênero, mas é definida em conjunto com variáveis com classe, raça, etnia, sexualidade e geração. As barreiras mostram-se mais espessas quando analisamos as condições de participação das mulheres mais pobres, das mulheres negras e indígenas, das trabalhadoras do campo. (Biroli, 2017, p.171)

Não basta ter o direito de votar, é preciso criar condições estruturais para que este direito possa ser exercido. O diagnóstico de que para derrubar a construção simbólica que impõe os espaços políticos como territórios de homens, com dinheiro, brancos, heterossexuais indica que é preciso muito mais do que votar.

É preciso que mais mulheres ocupem os espaços de decisão e, para isso, é necessário que se construam Políticas Públicas visando atender as demandas de todos os grupos sociais. Conforme Subirats (2008), os avanços democráticos das sociedades ocidentais dependem da necessidade dos atores públicos formularem políticas capazes de propor e viabilizar soluções para diminuir a desigualdade e incluir grupos sociais excluídos. Refere situações, assuntos e fenômenos que, do ponto de vista da sociedade, afetam um grupo e o impulsionam a buscar alternativas para satisfazer as necessidades percebidas. Secchi (2010), citado por D'Ávila caminha nessa direção ao definir Política Pública como “o conteúdo concreto e conteúdo simbólico de decisões políticas e do processo, da construção e atuação dessas decisões” (D'Ávila, 2018, p.20) contando, em seu estabelecimento, com o protagonismo de atores do Estado e também não-estatais. Sobre o papel do Estado e de outros atores na construção e implementação das Políticas Públicas, D'Ávila escreve:

O debate sobre o peso ou papel do Estado e dos atores não estatais (como as policy networks) é bastante intenso. Tomamos o papel do Estado como central e reforçado na elaboração e solução dos problemas, reconhecemos a existência, embora menor, de outros atores capazes de elaborar e protagonizar políticas públicas. Ao identificar um problema público (a diferença entre uma dada realidade pública e o modo como gostaríamos que fosse), os atores, partidos políticos, burocracia estatal, Organizações não-governamentais etc., podem passar a lutar para que esse problema entre na lista de prioridades a ser enfrentada pelo governo (SECCHI, 2010). A essa lista de prioridades ou temas relevantes chamamos de agenda governamental ou simplesmente agenda. (D'Ávila, 2018, p.26)

Para Agum, Menezes e Riscado (2015) política pública pode ser definida como:

(...) discussão e prática de ações relacionadas ao conteúdo, concreto ou simbólico, de decisões reconhecidas como políticas; isto é, o campo de construção e atuação de decisões políticas. Apontar a política pública como uma diretriz de enfrentamento de um problema, nem sempre transforma uma questão em um problema. Para que isso ocorra é necessária uma conjunção de fatores. As construções sociais em torno de um tema ou assunto poderão, necessariamente, pautar a entrada da discussão na agenda. (Agum et al., 2015, p.16)

Partindo do entendimento acima, pode-se afirmar que a formulação de uma Política Pública depende do alinhamento de vários fatores que vão além da detecção do problema social. Para que um problema social converta-se em uma Política Pública é “preciso que entre na agenda”. Um problema torna-se público quando é relevante para a sociedade. Conforme Agum. et al: “O fato de existirem possíveis soluções para um problema não é certeza de sua aplicabilidade. Para isso é preciso que o problema público tenha implicações qualitativas ou quantitativas na sociedade” (Agum et al., 2015, p.19).

A consciência dos movimentos de mulheres brasileiras a respeito da necessidade de afirmar a presença feminina nos espaços de poder impulsionou as lutas no Brasil. A influência dos movimentos internacionais de mulheres também foi fundamental nas articulações para a conquista e a ampliação dos espaços nas esferas de decisão política.

Nessa direção, Biroli (2017) escreve que a ditadura implantada no país a partir de 1964 não interditou somente o direito ao voto, mas também interrompeu e comprometeu a formação e a participação política das mulheres. Com o processo de retomada da democracia nos anos 1970 e a volta do pluripartidarismo, os movimentos de mulheres caminharam na direção da ampliação de espaços e na redefinição dos campos de disputas. Porém, “(...) Permanecem, no entanto, muitos dos filtros que as impedem de construir carreira políticas, vencer eleições ou receber indicações para cargos de primeiro escalão” (Biroli, 2017, p.176). A assimetria nas relações de gênero é transformada, pela ação dos movimentos feministas, em um problema político. Nesse sentido, a universalização e o avanço dos discursos sobre os direitos humanos no mundo reforça a luta das mulheres brasileiras na busca por políticas públicas que combatam a desigualdade de gênero. Porém, qual o lugar das mulheres negras, no discurso da “universalização de direitos”? Qual o significado de “universalização de direitos” para a população negra brasileira? A esse respeito Pires propõe uma reflexão:

(...) A crença nas ideias de universalidade e neutralidade dos direitos humanos produziram, ainda que a partir de um discurso que prometia proteção, uma apropriação dessa agenda de forma hierarquizada e extremamente violenta para

os grupos sociais minorizados e alijados dos bens. (...) De todo modo, a universalidade impressa na ideia de direitos humanos pressupõe uma única possibilidade de natureza humana, aquela radicada na figura do sujeito soberano representativo da zona do ser. Mais do que questionar a eleição de direitos como liberdade, igualdade, segurança, felicidade e dignidade, pretende-se explicitar a convivência entre a defesa desse ideário e o desenvolvimento, manutenção e aprimoramento de uma estrutura de dominação de matriz colonial escravista imposta pelo projeto moderno europeu à América Latina. (Pires, 2019, p. 72)

A IV Conferência Mundial sobre a Mulher, diz no capítulo III “(...) O empoderamento das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens são condições indispensáveis para alcançar a segurança política, social, econômica, cultural e ecológica de todos os povos”.⁴ É preciso criar políticas públicas com o olhar voltado para a promoção da igualdade. O acesso e a participação nos espaços de poder envolvem o estar presente no lugar onde as leis são formuladas e votadas. Torna-se imperioso criar condições para que as dinâmicas políticas construídas com base na desigualdade sejam desconstruídas. É sob essa perspectiva que as alterações na legislação eleitoral começaram a ser pensadas e propostas. Partidos do campo da esquerda já discutiam e estabeleciam cotas para as candidaturas femininas tanto para apresentação das candidaturas quanto para os cargos da estrutura partidária.

As iniciativas para mudanças na legislação eleitoral começaram a surgir nos anos 90 do século XX, com a Lei nº 91.00/95 que previa o mínimo de 20% de vagas para mulheres nas eleições municipais daquele ano. A legislação estabelecia que os partidos e coligações não teriam a obrigação de preencher essas vagas, ou seja, as vagas poderiam permanecer abertas caso os partidos ou coligações não tivessem candidatas para seu preenchimento.

O Brasil não tinha uma legislação única para as eleições, o que obrigava os tribunais eleitorais a emitirem novas regras a cada eleição. O ano de 1997 marcou a discussão e a promulgação da Lei 9.504 que disciplinou as eleições em todo o território brasileiro. Esta lei incluía a reserva de vagas para as mulheres de forma permanente. Foi criada uma regra transitória para as eleições legislativas do ano de 1998 na qual os partidos e coligações reservariam 25% das vagas nas listas para as mulheres. Para as eleições seguintes, a reserva passou a ser de 30%. A não obrigatoriedade do preenchimento das vagas ficou mantida.

Em 2009, a Lei 12.034 tornou obrigatório o preenchimento dos 30% de vagas para mulheres. O financiamento de campanha, previsto na chamada minirreforma eleitoral de 2015 (Lei 13.165/15), foi modificado em consequência de decisão do Supremo Tribunal Federal, em

⁴ IV Conferência Mundial sobre a Mulher, 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/planeta5050-2030/conferencias/>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

juízo de ação direta de inconstitucionalidade, impetrada pela Procuradoria Geral da República. A maioria dos ministros e das ministras do Supremo Tribunal Federal entendeu que a destinação dos recursos do fundo partidário deveria ser feita proporcionalmente, ou seja, as candidaturas femininas deveriam ter acesso a 30% do total do fundo partidário destinado a cada partido.

É possível afirmar, mesmo tendo o entendimento de que os ciclos das políticas públicas não operam de forma linear, que a Política Pública de cotas para as mulheres está no ciclo avaliativo. Ainda não está suficientemente aperfeiçoada, contudo, é de fundamental importância para equilibrar, minimamente, a desigualdade de gênero nos parlamentos brasileiros.

Os pontos que compõem a tecitura dessa investigação estão laçados em quatro capítulos, além da introdução e da conclusão.

O capítulo I, Mulheres Brasileiras Tecendo a Trama da Participação Política, está dividido nos subcapítulos: A Tecitura da Trama desde o Império até a República, A Tecitura da Conquista do Direito de Votar, A Tecitura das Herdeiras de Dandara e o O Sistema Político Brasileiro. O capítulo e os subcapítulos oferecem uma contextualização das lutas das mulheres brasileiras pelo direito à participação política, destacando algumas mulheres que tiveram participação decisiva nessas lutas. No final, é apresentada uma síntese sobre o funcionamento do Sistema político brasileiro. Aqui se marcam as características do movimento sufragista no Brasil e o papel das mulheres negras no processo

O capítulo II, Teorizando a Trama da Participação das Mulheres Negras, tem quatro subcapítulos: As Mulheres Negras Desmanchando os Nós das Imagens de Controle. O Nó da Ocupação dos Espaços de Poder, Tecendo as Tramas da Representatividade e Tecendo Lugar de Fala, Lugar de Sujeita, Lugar de Enunciação. Este capítulo contém os fundamentos teóricos da investigação, indica as escolhas teóricas e as categorias analíticas criadas para o tratamento dos dados coletados através do exame dos documentos dos partidos e das entrevistas com as sujeitas da investigação.

Tecendo os Caminhos Metodológicos é o capítulo III que tem os subcapítulos: O Fio dos Critérios Para Seleção dos Partidos e das Entrevistadas, O Fio das Entrevistas e o Perfil das Entrevistadas. Nesse capítulo há um detalhamento a respeito das escolhas metodológicas, do caminho percorrido para a realização do trabalho de coleta de dados e o quadro com os dados.

No capítulo IV, Tramas de Vida e de Militância, subdividido em: As Tramas Partidárias, Axé, Dandaras e Cruzando os pontos: o Escrito e o Vivenciado foram realizadas as

análises das entrevistas e o cruzamento dos relatos com o conteúdo dos documentos partidários. Na primeira parte das análises, Axé, Dandaras, as histórias de vida de cada sujeita são transcritas e, na medida do possível, mantidas da forma como foram relatadas. Somente as partes do relato cujas questões não ofereciam subsídios para análise foram omitidas. Neste capítulo, as categorias e subcategorias analíticas definidas no capítulo teórico ancoram a interlocução entre a pesquisadora, as entrevistadas e os documentos partidários. O subcapítulo Cruzando os pontos: o Escrito e o Vivenciado faz o cotejamento entre o escrito nos documentos partidários e as vivências relatadas pelas entrevistadas.

Na conclusão, faz-se ponderações a respeito das vivências relatadas pelas mulheres que passaram pela experiência de candidatar-se para cargos nos parlamentos municipais, a importância das histórias pessoais neste processo e os encaminhamentos adotados pelos partidos para incentivar e acompanhar estas candidaturas.

A tecitura da abertura dos capítulos está pontuada por obras de arte. Cada obra escolhida para compor o tecido dessa investigação é o fio para dar a laçada que encaixa ponto a ponto as malhas das vivências relatadas pelas sujeitas da investigação. A função da arte nesse texto é fazer a laçada entre os pontos da boniteza das experiências vivenciadas e relatadas, o olhar da pesquisadora e os escritos das pensadoras negras que alicerçam os fundamentos teóricos do trabalho apresentado. Galeano no Livro dos Abraços escreve sobre a função da arte:

Diego não conhecia o mar. O pai, Santiago Kovadloff, levou-o para que descobrisse o mar. Viajaram para o Sul. Ele, o mar, estava do outro lado das dunas altas, esperando. Quando o menino e o pai enfim alcançaram aquelas alturas de areia, depois de muito caminhar, o mar estava na frente de seus olhos. E foi tanta a imensidão do mar, e tanto o seu fulgor, que o menino ficou mudo de beleza. E quando finalmente conseguiu falar, tremendo, gaguejando, pediu ao pai:

– Me ajuda a olhar! (Galeano, 1989, p.15)

As obras de arte escolhidas para compor a trama de cada capítulo estão inscritas no contexto do que é proposto e desenvolvido nessa investigação, tendo a função, como conta Galeano (1989), de ajudar a olhar as malhas tecidas pelas histórias de vida e militância das mulheres que se dispuseram a relatá-las.

É relevante apontar que a ação afirmativa das cotas para mulheres não prevê cotas raciais, embora o assunto faça parte dos debates acadêmicos e políticos. Com relação a criação de cotas étnico/raciais a deputada Benedita da Silva do Partido dos Trabalhadores (2019)

encaminhou uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando a criação de cotas para candidatos/as negros e inquirindo sobre a possibilidade da destinação de uma parcela do Fundo Eleitoral⁵ dirigido a cada partido ser direcionada para candidaturas negras. Por entenderem que a decisão sobre cotas não é atribuição do Tribunal, mas do Congresso Nacional os ministros não acataram a proposta da criação das cotas para negras/os, porém decidiram que candidaturas de negras/os tal como as candidaturas de mulheres passariam a receber a partir das eleições de 2022 financiamento eleitoral proporcional ao número de candidatas/os. A proporcionalidade será aplicada também ao tempo de televisão correspondente a cada partido. A decisão que deveria vigorar apenas nas eleições gerais de 2022 foi revista a partir de uma ação do Partido Socialismo e Liberdade junto ao Supremo Tribunal Federal passando a valer para as eleições municipais do ano de 2020. As decisões representam um avanço na luta pela equidade no terreno da política brasileira uma vez que abre possibilidades para que as disputas pela distribuição das verbas no interior dos partidos ocorram de maneira mais justa, mais equitativa e mais transparente.

Do ponto de vista acadêmico, esta investigação é relevante, uma vez que a baixa representatividade de mulheres, especialmente de mulheres negras, nos parlamentos brasileiros tem influência direta, por exemplo, na formulação de Políticas Públicas que afetam a população brasileira em geral. Trabalhos que investigam essa distorção contribuem para ampliar a compreensão e o debate sobre o problema. A necessidade de que estes espaços de poder sejam ocupados por quem tenha representatividade junto a grupos subjugados é fundamental para a democracia representativa.

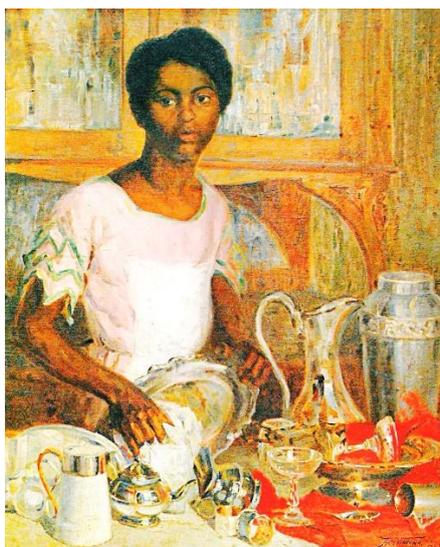
⁵ Fundo Eleitoral: Fundo Eleitoral foi criado em 2017 pelas Leis **nº 13.487** e **13.488**, aprovadas pelo Congresso Nacional. Fonte de receitas para campanhas eleitorais. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2020/Outubro/conheca-as-diferencas-entre-fundo-partidario-e-fundo-eleitoral>

Capítulo I

1. Mulheres Brasileiras Tecendo a Trama da Participação Política

1.1. A Tecitura da Trama desde o Império até a República

Figura 2: Limpando Metais. Armando Viana (1923)



Fonte: Museu Mariano Procópio⁶

As cidades brasileiras viveram no ano de 2020 a agitação das campanhas eleitorais. Nesse ano, cidadãs/os de todos os municípios brasileiros escolheram prefeitas/os, e vereadoras/es. Com isso, a sub-representação das mulheres nos espaços de poder político, especialmente das mulheres negras, voltou a ser discutida e apontada como uma questão fundamental para a democracia representativa. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁷ as mulheres são 51, 8% da população brasileira. Embora representem a maioria da população, continuam a ser “minorias” no cenário do poder político.

Para entender-se um pouco da complexidade implicada quando se fala em sub-representação da mulher nos espaços de poder político, é preciso que se conheça um pouco da tecitura desta trama. As mulheres brasileiras teceram longos fios até conquistarem o direito ao voto. E quando se pensa nas mulheres negras, a urdidura desse fio é ainda mais espessa. A pintura de Armando Vianna, obra de arte escolhida para abrir este capítulo, convida leitoras/es

⁶ Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/nava/article/view/32498>

⁷ Disponível em <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 29 de dezembro de 2020.

a ampliarem seus olhares acerca dos fios que tecem a trama de construção do ser mulher negra, em uma sociedade patriarcal e racializada. O artista capta um olhar que se oferece a várias interpretações. (Figura 2)

Na revisão bibliográfica realizada para a escrita desta síntese da história dos entrelaçamentos na construção do movimento das mulheres brasileiras em busca de participação política, o apagamento da mulher negra é evidente; escravizada durante um longo período, sem direito à educação, sem direito à participação na vida social e política do país. Ainda após a abolição, como sustenta Theodoro citada por Silva (Silva, 2008, p.3), essas marcas permaneceram, uma vez que coube a essas mulheres realizarem os trabalhos menos qualificados, sob a responsabilidade de garantir o sustento das/os filhas/os e, ainda, conservar os laços familiares.

De acordo com Marques (2018), as mulheres brasileiras conquistaram o direito de votar no ano 1932 e, a partir das eleições de 1946, esse direito foi efetivado. O Brasil tornou-se independente de Portugal em 1822. Em 1824, D. Pedro I, imperador do Brasil, outorgou a primeira constituição brasileira. Essa constituição trazia o conceito de cidadão ativo, entendidos como cidadãos ativos, os homens brancos, livres, maiores de 25 anos e que tivessem renda considerável. Para votar nas eleições locais, também chamadas paroquiais, era necessário ter uma renda anual de no mínimo 100 mil réis. Nas eleições para deputados, senadores e membros das assembleias provinciais, só era permitido o voto dos homens livres, brancos e com renda anual de 200 mil réis. Embora não escrita, à exclusão das mulheres era um fato. O conceito de cidadania ativa excluía as mulheres brancas, os homens brancos pobres, as/os indígenas, as/os escravizadas/os e as/os libertas/os, uma vez que o voto era atrelado à renda. Dessa forma, a constituição, redigida de acordo com princípios liberais, definia juridicamente quem poderia usufruir do status de cidadã e cidadão no Brasil imperial. Em 1831, os deputados José Bonifácio e Manoel Alves Branco elaboraram uma proposta de reforma eleitoral que tinha em sua redação uma tímida tentativa de incluir as mulheres. Pode-se ler, no artigo três da sua proposta, a seguinte redação: “Art. 3. As mães de família viúvas, ou separadas de seus maridos, que reunirem as condições necessárias para o exercício do direito de eleger nas assembleias primárias, poderão dar o seu voto por intermédio de um de seus filhos, genros, netos, ou qualquer parente com falta deles”. A proposta foi arquivada sem sequer ser apreciada ou discutida. Caso fosse aprovada, a proposta não alteraria a situação das mulheres que permaneceriam sob a tutela masculina. No entanto, as mulheres brasileiras estavam atentas aos movimentos que ocorriam no mundo e não aceitavam a tutela de forma cordata. Semelhante aos movimentos organizados por mulheres em outros países, as mulheres brasileiras

organizavam-se e reivindicavam. Uma mulher que figura entre as que se insurgiram contra a estrutura patriarcal e excludente foi Nísia Floresta Augusta Brasileira (Marques, 2018).

Segundo Karawejczyk, (2013) e Duarte (2010), Nísia Floresta é o pseudônimo da professora Dionísia de Faria Rocha. Nísia reivindicava o direito à educação para as mulheres. Ela nasceu no Rio Grande do Norte e viajou por várias cidades defendendo suas ideias. Nísia escreveu uma versão ou fez uma tradução livre do livro “*Vindications of the rights women*” da autora inglesa Mary Wollstonecraft. O livro escrito por Wollstonecraft é tido como uma obra fundadora do feminismo mundial. Nísia chamou sua obra de “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”. Mais do que uma simples versão ou tradução do livro de Mary Wollstonecraft, o livro escrito por Nísia faz uma leitura da realidade das mulheres brasileiras. Ela, assim como Mary Wollstonecraft, contrapunha-se ao modelo de sociedade vigente que mantinha as mulheres na invisibilidade, reféns da ignorância, impedidas de estudar, de ter um trabalho que não fosse cuidar da casa ou de alguém e impossibilitadas de participar efetivamente na e da vida política. A estrutura social estava a serviço da manutenção da dominação masculina, mantendo as mulheres fora dos debates políticos. Sobre a importância de Nísia, Duarte escreveu:

Num tempo em que a grande maioria das mulheres brasileiras vivia trancafiada em casa sem nenhum direito; quando o ditado popular dizia que “o melhor livro é a almofada e o bastidor” e tinha foros de verdade para muitos, nesse tempo Nísia Floresta dirigia colégio para moças no Rio de Janeiro e escrevia livros e mais livros para defender os direitos femininos, dos índios e dos escravos. Nísia deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. E foram muitas as colaborações que a cada dia surgiam sob a forma de crônicas, contos, poesias e ensaios. Aliás, esse é um traço da modernidade de Nísia Floresta: sua constante presença na imprensa nacional desde 1830, sempre comentando as questões mais polêmicas da época. Se lembrarmos que apenas em 1816 a imprensa chegou ao país, mais se destaca o papel pioneiro que esta brasileira desempenhou no cenário nacional. (Duarte, 2010, p.12)

Com relação à citação anterior é importante sublinhar que Nísia Floresta não escreveu especificamente sobre o voto feminino, mas sobre a educação como ferramenta para a emancipação das mulheres. E porque citar Nísia? Porque a visão de longo alcance dessa professora foi fundamental para a história do feminismo brasileiro. No período da História Brasileira no qual as mulheres brancas permaneciam nos lares servindo aos maridos e filhos e sendo servidas por mulheres negras, uma mulher questionar esses papéis constituiu um marco na cronologia das conquistas dos direitos das mulheres no Brasil. Nísia ocupou espaços na

imprensa para defender educação para as mulheres e denunciar a opressão, viajou pelo Brasil e para fora do país, escreveu livros, fundou uma escola para mulheres aprenderem a ler e a escrever. Segundo Duarte (2010), a escola fundada por Nísia oferecia aulas de Latim, Francês, Italiano, Inglês, Geografia, História e Educação Física, o que representou um grande avanço para a educação das mulheres na época. O acesso à educação configurava a possibilidade de emancipação para as mulheres brancas e de classe média.

Enquanto Nísia seguia insurgindo-se contra a opressão, os homens encarregados de fazer as leis debatiam o sufrágio universal. Karawejczyk (2013) indica o ano de 1848 como um marco na discussão a respeito da extensão dos direitos políticos a todas/os cidadãs/dãos brasileiras/os. Esse era o debate travado na Europa e no Brasil. Paradoxalmente, o usufruto pleno dos direitos políticos por todas/os era debatido em um país onde a escravidão não havia sido abolida. Aqui em Pindorama⁸, os defensores do sufrágio universal encontravam apoio nas ideias do filósofo inglês John Stuart Mill que defendia a educação para as mulheres, o voto feminino e o tratamento digno aos trabalhadores. Em 1880, o senador baiano José Antônio Saraiva, Partido Liberal, elaborou uma proposta de reforma eleitoral que ficou conhecida como a Lei Saraiva⁹ (Figura 3). Esta lei previa eleições diretas e determinava quem estava apto a votar. A lei não continha nenhuma referência ao voto feminino (Marques, 2018).

⁸1 Região ou país das palmeiras.

² [com inicial maiúscula] Nome dado ao Brasil pelos ando-peruanos e pelos indígenas pampeanos. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br>
Acesso: 15 de setembro de 2020

⁹ Disponível em: <https://www.tse.jus.br/eleitor/glossario/termos/lei-saraiva> Acesso em 01 de junho de 2021.

Figura 3: Lei Saraiva (1880) e o conceito de cidadania

Lei Saraiva 1880

- Art. 2º E' eleitor todo cidadão brasileiro, nos termos dos arts. 6º, 91 e 92 da Constituição do Imperio, que tiver renda liquida annual não inferior a 200\$ por bens de raiz, indústria, commercio ou emprego.
- Art. 4º São considerados como tendo a renda legal, independentemente de prova:

X. Os habilitados com diplomas scientificos ou litterarios de qualquer faculdade, academia, escola ou instituto nacional ou estrangeiro, legalmente reconhecidos

- Mantinha a ideia de que cidadania é privilégio reservado a homens brancos com recursos financeiros.
- Não apresentava avanço com relação ao voto das mulheres brancas e muito menos das mulheres negras que sequer eram consideradas cidadãs. O fato de permitir o voto de detentores de diploma não alterava a situação das mulheres uma vez que redigida no masculino deixava aberta a possibilidade das mulheres serem impedidas de se alistar como eleitoras

Fonte: elaboração própria

Conforme Marques (2018), a redação do artigo quatro previa que detentores de diplomas estavam habilitados a votar sem necessidade de comprovação de renda. A dentista Isabel de Souza Mattos de São José do Norte, província do Rio Grande, enxergou a brecha na lei e com seu diploma na mão registrou-se como eleitora em 1887. Em 1889 aconteceu a proclamação da república e a convocação de uma Assembleia Constituinte em 1890. A dentista Isabel de Souza Mattos compareceu com seu registro de eleitora para fazer sua escolha e foi impedida de votar pelo presidente da mesa.

Karawejczyk (2013) e Bester (2016) indicam que, após 1850, muitas mulheres entraram na luta pelo sufrágio usando a imprensa escrita como veículo para reverberar suas ideias. Nísia e Isabel não eram as únicas mulheres a reivindicar participação. A professora Josefina Álvares de Azevedo, em dezembro de 1888, na cidade de São Paulo, começou a publicar o jornal A Família, um diário sufragista. Em 1889, mudou-se para o Rio de Janeiro e com um coletivo de mulheres sufragistas, entre as quais Júlia Lopes de Almeida e Inês Sabino, passou a promover uma campanha pelo sufrágio feminino através do jornal A Família. A imprensa das mulheres apareceu em várias cidades do país. O jornal Sexo Feminino de Francisca Senhorinha de Mota Diniz, no Rio de Janeiro; o jornal Escrutínio, fundado por Andradina América Andrade de Oliveira, em Porto Alegre e O Corimbo, jornal das irmãs

Julieta de Melo Monteiro e Revocata Heloisa de Melo, eram publicações que tratavam de temas considerados de mulher, como corte e costura, bordados e reivindicavam educação e participação na vida pública e política.

1.2. A Tecitura da Conquista do Direito de Votar

De acordo com Marques (2018), com o fim do Império em 1889, era preciso uma nova Constituição. Enquanto o projeto era elaborado, as mulheres continuaram trabalhando pela conquista do sufrágio e por mais espaço político. A jornalista Josefina Alvares de Azevedo escreveu a peça chamada O Voto Feminino no Brasil. O jornal A Família fazia intenso movimento contra a interdição do voto às mulheres. O texto da primeira constituição da república não reconhece o direito de todos ao sufrágio, uma vez que exclui mendigos, analfabetos, praças e religiosos.¹⁰ Sendo assim, como ficaram as mulheres? O texto, elaborado sem a participação feminina, não explicita se o direito ao voto é extensivo às mulheres, mas também não deixa explícita a proibição (Figura 4).

¹⁰ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html> Acesso em 24 de setembro de 2020.

Figura 4: Constituição de 1891 e a exclusão das mulheres

Constituição de 1891

- **Artigo. 70.** São eleitores os cidadãos maiores de 21 annos, que se alistarem na fórma da lei.

§ 1o Não podem alistar-se eleitores para as eleições federaes, ou para as dos Estados:

1o Os mendigos;

2o Os analphabetos;

3o As praças de pret, exceptuados os alumnos das escolas militares de ensino superior;

§ 2o São inelegiveis os cidadãos não alistaveis.

4o Os religiosos de ordens monasticas, companhias, congregações, ou communidades de qualquer denominação, sujeitas a voto de obediencia, regra, ou estatuto, que importe a renuncia da liberdade individual

- A primeira constituição da república elimina o voto baseado na renda, mas continua excluindo mendigos, analfabetos, praças e religiosos. Importante observar que negros e negras passaram a ser considerados, oficialmente, livres em 1888 após mais de 300 anos de escravidão. Sabe-se que escravizadas/os, a não ser com raras exceções, não tinham acesso a educação. Este fato aliado a estrutura rural da sociedade brasileira da época que atrelada a oligarquia não demandava maiores exigências em termos de educação sugere elevados índices de analfabetismo na população. (Bomeny, 2003).
- O texto, mais uma vez, é redigido no masculino o que deixa o voto da mulher sujeito a livre interpretação das juntas eleitorais. Evidentemente, estas juntas compostas por homens optavam por não liberar o voto às mulheres

Fonte: elaboração própria

A ambiguidade do texto abriu brecha para a livre interpretação das juntas eleitorais que não aceitavam os registros de mulheres como eleitoras. Sua interpretação estava apoiada no texto constitucional elaborado com base no entendimento do ser masculino como universal, não necessitando de adendos ou explicações, exatamente como se lê em Bordieu: "A força da ordem masculina se evidencia no fato que ela dispensa justificação: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la" (Bordieu, 2014, p. 22).

Assim, Marques (2018) aponta que o século XX chegou com o voto proibido às mulheres brasileiras, elas estavam interdidas, mas não conformadas, voltando a organizar-se para reivindicar o sufrágio. Entre as lideranças femininas que exigiam a emancipação, e não apenas o direito de votar, estavam Bertha Lutz e Leolinda de Figueiredo Daltro, professora alfabetizadora, com uma considerável experiência na alfabetização dos indígenas e na luta por direitos iguais. Leolinda liderou o grupo de mulheres que fundou, em dezembro de 1910, o

Partido Republicano Feminino (PRF) que reclamava o direito de votar. Em agosto de 1916 foi aprovada a Lei nº 3.139 que dispunha sobre as novas regras eleitorais e mantinha as mesmas restrições ao voto feminino. Em protesto, a professora mineira Mariana de Noronha Horta encaminhou um documento que ficou registrado como sendo o primeiro documento formal de uma mulher solicitando direitos políticos no Brasil (Marques, 2018). Bester (2016) chama a atenção para o fato de que, nesse período, o Brasil já contava com um número considerável de mulheres atuando como profissionais e como operárias nas fábricas, impulsionando o movimento sufragista no país.

Bertha Lutz, por exemplo, era bióloga com formação na Sorbonne e funcionária concursada do Museu Nacional. Bertha fundou, junto a um grupo de mulheres, a Liga para a Emancipação da Mulher que, a partir de 1922, passou a ser Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Essa entidade organizou o Primeiro Congresso Internacional Feminista que contou com a presença da sufragista Carrie Chapman Catt, uma das líderes do movimento sufragista nos Estados Unidos. Além do direito das mulheres votarem e poder serem candidatas, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino também reivindicava educação e profissionalização. Bertha Lutz candidatou-se à deputada no ano de 1934, ficando na suplência. Em 1936, assumiu como titular na vaga do deputado Candido Pereira que havia falecido. (Soihert, 2000).

Segundo Saffioti (2013), a eleição de Juvenal Lamartine, no estado do Rio Grande do Norte, movimentou o cenário da luta sufragista de maneira muito favorável. A Câmara Legislativa do Rio Grande do Norte estava em processo de elaboração da lei eleitoral, e Juvenal trabalhou para que fosse incluído, na nova lei, um artigo prevendo o voto das mulheres. Assim, em 1927, vinte mulheres alistaram-se para votar. Nas eleições para o senado, em 1928, quinze mulheres votaram. A Comissão de Poderes do Senado anulou todos os votos das mulheres, porém, no estado do Rio do Norte, as mulheres continuaram votando e candidatando-se tendo, inclusive, elegido Alzira Soriano como prefeita do município de Lajes.

Em 1930, o presidente Washington Luís foi deposto pelo grupo político liderado por Getúlio Vargas. As mulheres envolvidas na luta pelo sufrágio perceberam que o novo governo iria reformular a legislação eleitoral e articularam para fazer chegar suas reivindicações ao novo chefe do poder executivo. Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, foi receptivo às ideias, uma vez que as mesmas estavam de acordo com os valores da família brasileira. Ou seja, o chefe do governo provisório entendia que o fato das mulheres votarem não representava ameaça ao patriarcado. O decreto nº 21.076 instituiu a justiça eleitoral e o voto feminino. A nova legislação previa o sufrágio universal, embora analfabetas e analfabetos fossem

impedidas/impedidos de votar. A constituição de 1934 confirma o código eleitoral, mas a obrigatoriedade do voto vale para todos os homens. Para as mulheres, a obrigatoriedade do voto é válida apenas quando exercessem função pública remunerada¹¹. (Figura 5)

Figura 5: Constituição de 1934 e o voto não obrigatório para as mulheres

Constituição de 1934

- **Artigo 108** - São eleitores os brasileiros de um e de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei.

Parágrafo único - Não se podem alistar eleitores:
a) os que não saibam ler e escrever;
b) as praças-de-pré, salvo os sargentos, do Exército e da Armada e das forças auxiliares do Exército, bem como os alunos das escolas militares de ensino superior e os aspirantes a oficial;
c) os mendigos;
- **Artigo 109** - O alistamento e o voto são obrigatórios para os homens e para as mulheres, quando estas exerçam função pública remunerada, sob as sanções e salvas as exceções que a lei determina

- O texto da Constituição mantém a interdição de voto aos praças, as/aos analfabetas/os e as/aos mendigos/os cerceando desta forma o direito de todas e todos exercerem seus direitos de cidadania.
- A não obrigatoriedade de voto às mulheres sugere que o voto feminino não é importante e abre uma brecha para que o patriarcado não permita que as mulheres possam comparecer às seções eleitorais. A obrigatoriedade para mulheres que exercem funções públicas evidencia o caráter excludente da Constituição uma vez que as dimensões etnia/raça e classe não foram consideradas.

Fonte: Elaboração própria

A Constituição de 1946 instituiu o voto obrigatório para mulheres e homens, exceto para analfabetas e analfabetos¹². (Figura 6)

¹¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 24 de setembro de 2020.

¹² Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-norma-pl.html> Acesso em 24 de setembro de 2020.

Figura 6: Constituição de 1946 a obrigatoriedade do voto e a exclusão das/os analfabetas/os

Constituição de 1946

- **Artigo 131** – São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.
 - **Artigo 132** – Não podem alistar-se como eleitores:
 - I – os analfabetos;
 - II – os que não saibam exprimir-se na língua nacional;
 - **Artigo 133** – O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.
 - **Artigo 134** – O sufrágio é universal e direto; o voto é secreto; e fica assegurada a representação proporcional dos Partidos Políticos nacionais, na forma que a lei estabelecer.
-
- O texto prevê sufrágio universal, porém impede que analfabetas/os e muitas comunidades indígenas que não falam a língua nacional votem. Desta forma a universalidade do sufrágio não existe de fato.
 - O voto de analfabetas/os passou a ser direito com a emenda constitucional nº 25 de 1985 que garante o direito de voto para todas/os.

Fonte: elaboração própria

Soihet (2000) e Saffioti (2018) estão de acordo ao analisarem o movimento sufragista como uma força social que, apesar de partir e ser sustentado por mulheres brancas, enquadradas pelo liberalismo burguês, foi capaz de promover debates importantes para a construção das pautas das lutas feministas. O movimento sufragista desempenhou um papel importante no trabalho de conscientização das mulheres quanto às opressões vivenciadas pelo gênero feminino nas relações sociais. Sobre o caráter pequeno-burguês do feminismo das sufragistas brasileiras, Saffioti escreve: “Na realidade, as feministas brasileiras não parecem ter-se detido, nem na análise da realidade econômico-social nacional, nem em um exame aprofundado da ordem capitalista” (Saffioti, 2018, p.372). A autora não deixa de reconhecer que o movimento incutiu nas mulheres um desejo de emancipação que foi sendo vivenciado, na medida em que passaram a ocupar espaços até então exclusivos dos homens.

A propósito da relação entre o feminismo e o movimento sufragista, Alves e Pitanguy afirmam:

Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi, no entanto, um movimento feminista por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas. Uma vez atingido seu objetivo – o direito ao voto – esta prática de massas estava fadada a desaparecer. Há assim uma desmobilização das mulheres. Entretanto, o questionamento da sua discriminação prossegue incorporando outros aspectos que configuram a condição social da mulher (Alves e Pitanguy, 1985, p.48).

No exame da literatura sobre a história do sufrágio feminino no Brasil, percebe-se que as sufragistas brasileiras eram brancas, letradas e de classe média, porém não todas, muitas delas eram professoras. Evidentemente, foi impossível acessar todo o material produzido a respeito do histórico das lutas das mulheres pelo sufrágio no Brasil, porém é possível registrar que as mulheres negras que tiveram participação nos movimentos pelo sufrágio têm registros mais enxutos nos recortes históricos analisados. É o caso, de Almerinda Farias Gama, sindicalista, contemporânea de Bertha Lutz e Antonieta de Barros, primeira deputada eleita pelo estado de Santa Catarina. Suas histórias serão retomadas neste capítulo.

1.3. A Tecitura das Herdeiras de Dandara¹³

Figura 7: Mãe negra. Lasar Segal (1930)



Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural¹⁴

A escravização de negras e negros no Brasil terminou oficialmente em 1888. A contar desse ano, as escravizadas e os escravizados estavam livres. Em 1889, a república foi

¹³ Dandara: guerreira no quilombo dos Palmares. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/tag/dandara/>

¹⁴ Disponível em <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>:

proclamada. O Brasil entrava no período republicano com negros e negras livres. Como a liberdade foi interpretada e vivenciada por esses homens e mulheres que agora precisavam redirecionar suas vidas depois de quase três séculos de desumanização? Era preciso criar estratégias de sobrevivência e identidades masculinas e femininas livres. O que isso significou para esses homens e para essas mulheres? A proposta desta pesquisa é pensar a construção dessas identidades sob o ponto de vista das mulheres negras no entrelaçamento com as lutas das mulheres brancas por mais espaço na vida política. Assim, busca-se tecer o fio desde a conquista do voto até a política afirmativa que prevê cotas para as mulheres nas eleições proporcionais. É necessário pautar a construção dessas identidades do ponto de vista da convergência das opressões de gênero, classe e raça para compreender os limites traçados pelas diferenças entre as mulheres.

Para aproximar-nos dessa compreensão é preciso desenrolar o novelo dos fatos desde a conquista do voto pelas mulheres. O movimento pelo sufrágio feminino no Brasil tal qual o movimento sufragista estadunidense foi formado por mulheres brancas com princípios liberais. Como as mulheres negras (foram incluídas) incluíram-se nas lutas pelo direito a participação política e pelo direito ao voto? A tela de Lasar Segall chamada Mãe Preta dialoga com a imagem de um Brasil onde a escravidão havia sido oficialmente extinta, todavia, o sentido da palavra liberdade permanecia uma incógnita. (Figura 7). Após a abolição e durante muitos anos as mulheres negras foram as mães pretas dos filhos das famílias brancas, as empregadas domésticas, as responsáveis pela manutenção das residências dessas famílias.

Com os homens negros libertos, enfrentando muitas dificuldades para encontrar trabalho e ganhar seu sustento, foram as mulheres negras que, com seus trabalhos, sustentavam suas famílias e, muitas vezes, ainda ajudavam a sustentar famílias brancas empobrecidas. A respeito das condições sob as quais a população negra foi submetida no período pós-abolição e o papel central desempenhado pelas mulheres negras, Silva traz a reflexão de Theodoro:

A mulher negra foi, na escravidão e nos primeiros tempos de liberdade, a viga mestra da família e da comunidade negras. Neste período inicial de liberdade, as mulheres foram forçadas a arcar com o sustento moral e com a subsistência dos demais. Sem condições de conseguir trabalho conforme os meios acenados durante a campanha abolicionista, o homem negro ficou sem ter como prover (Theodoro em Silva, 2008, p. 3).

Gonzalez (2020), ao escrever a respeito da situação da população negra no período imediatamente após a abolição da escravatura, enfatiza que a mulher negra não foi somente

responsável pelo sustento material, mas também se constituiu como sustentáculo moral da família. A mulher negra, com seu trabalho físico, ganhava o sustento que mantinha a família viva e unida. A pensadora negra sustenta suas conclusões nos dados dos censos de 1950 e nos de anos posteriores que apresentaram indicadores sociais e educacionais muito baixos quanto à população negra. A autora chama a atenção para o seguinte fato: a partir das mudanças sociais e econômicas após os anos 1950 a “feminização” de setores de trabalho burocrático como bancos, recepção em escritórios e prestação de serviços em geral apresentaram novas perspectivas de trabalho para as mulheres. No entanto, tais serviços exigiam qualificações, em termos de escolarização, que as mulheres negras não possuíam. A falta de escolaridade e de preparação para a execução de outros ofícios, além dos domésticos, como merendeiras, babás, cuidadoras, resultantes dos três séculos de escravidão, empurraram as mulheres negras para a prestação de serviços domésticos nas casas das classes média e alta.

Collins, escrevendo a respeito das mulheres negras estadunidenses, mostra o quanto as histórias das mulheres negras descendentes de escravizadas e escravizados dos dois países convergem nas opressões:

(...) Em suas “famílias” brancas, as mulheres negras não apenas cumpriam obrigações domésticas como frequentemente criavam laços com as crianças que cuidavam e com os próprios empregadores. Por um lado, essa relação de dentro satisfazia todos os envolvidos. Relatos de trabalhadoras domésticas negras ressaltam o sentimento de autoafirmação que as mulheres experimentavam ao ver a ideologia racista desmistificada. Por outro lado, essas mulheres negras sabiam que jamais fariam parte de suas “famílias” brancas. Elas eram trabalhadoras economicamente exploradas e, portanto, ficariam sempre de fora. (Collins, 2019, p.45)

Na revisão da bibliografia sobre a história das lutas pelo sufrágio feminino no Brasil, percebe-se, conforme já dito, que ela foi caracterizada pela participação massiva de mulheres brancas, escolarizadas e pertencentes às camadas médias, alinhadas aos princípios liberais. As mulheres brancas estavam nas “ruas” reivindicando mais autonomia e articulando-se para a conquista do direito de votar. E onde estavam as mulheres negras enquanto as mudanças eram reivindicadas e conquistadas? Quais as razões da ausência ou do pouco destaque dado às mulheres negras nos registros históricos destes períodos? Carneiro (2019), analisando os processos de construção das categorias classe, gênero e etnia/raça na sociedade brasileira, argumenta que as dificuldades encontradas nesses processos, que são refletidas na ausência dessas categorias nos registros históricos, têm relação com os preconceitos e os estereótipos

construídos e cultivados ao longo de séculos de opressão. Para tratar da experiência histórica das mulheres negras, a historiografia precisaria fazer referência às maneiras como a sociedade brasileira concebia a população negra e, mais especificamente, as mulheres negras. Porém, se a história exime-se: “(...) será a ficção que de maneira mais sistemática se encarregará de estabelecer os atributos definidores de ser mulher negra na nossa sociedade. (...)” (Carneiro, 2019, p.152). A autora refere-se à produção literária que criou estereótipos da população negra no Brasil, tais como o negro sofredor e revoltado com a escravidão, o negro acomodado e fiel, a mãe negra dedicada à família dos senhores e a mulata sedutora. A história sempre é contada a partir dos ideais de sociedade da classe dominante, o que explica a ausência da mulher negra na historiografia oficial. Esse argumento é corroborado por Giacomini mencionada por Carneiro:

Na verdade, tem ocorrido um “duplo silêncio”. Ao silêncio sobre as mulheres em geral (“a história é masculina”) soma-se o silêncio sobre as classes exploradas (“a história é a história das classes dominantes”). Sobre o segundo silêncio, muito já foi dito. Quanto ao primeiro, ele aparece travestido na mitologia sobre a natureza doce e patriarcalista do escravismo brasileiro. Mas é interessante notar que essa mitologia não se limita a produzir uma imagem deformada da relação senhor-escravo. Isto porque, na sua lógica a mulher escrava ocupa um papel central “ponte entre duas raças”, embaixatriz da senzala na casa grande e vice versa, (...) em outras palavras: as relações senhor-escrava, senhora-escrava, filhos brancos-escravas jogam um papel estratégico na estruturação das teorias sobre o patriarcalismo da escravidão brasileira. (Giacomini em Carneiro, 2019, p. 152)

Na história das lutas por participação política, uma mulher negra aparece, é Almerinda Farias Gama, contemporânea de Bertha Lutz. Ambas, porém, têm histórias de vida, origens étnicas e de classe diversas. Nascida em Maceió, Almerinda passou a infância e parte da juventude em Belém do Pará e, a partir de 1929, fixou residência no Rio de Janeiro. Foi jornalista, escritora, advogada e sindicalista. Fez parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino junto à Bertha Lutz. Uma das poucas, senão a única mulher negra e sindicalista a lutar pelo direito ao voto feminino. Enquanto presidente do sindicato das Datilógrafas, Taquígrafas e secretárias, foi indicada delegada e tornou-se a única mulher a votar na Assembleia Constituinte de 1933. No panfleto da sua candidatura à deputada, nas eleições de 1934, pode-se perceber a intersecção de gênero e classe na visão da sindicalista: “advogada consciente dos direitos das classes trabalhadoras, jornalista combativa e feminista de ação, lutando pela independência econômica das mulheres, pela garantia legal do trabalhador e pelo

ensino obrigatório e gratuito de todos os brasileiros em todos os graus”¹⁵. No documentário Almerinda, a luta continua, ela mesma conta que um dos motivos para ter saído de Belém do Pará foi a descoberta de que um homem recebia mais para fazer o mesmo trabalho que ela: “Eu sempre, por instinto me revoltei contra a desigualdade de direitos entre homens e mulheres”.¹⁶ Dois documentários fizeram o resgate da vida e da história de militância de Almerinda: Almerinda, uma mulher de Trinta¹⁷, produzido por Joel Zito de Araújo, com divulgação da Associação Brasileira de Vídeo Popular e dirigido por ele e Andrea Freitas e Almerinda, a Luta Continua, realizado com recortes de pesquisas do Centro de Pesquisas e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, dirigido por Cibele Tenório.

Outra mulher negra a ser destacada é Antonieta de Barros, primeira deputada negra eleita do Brasil, que, embora não tenha participado ativamente dos movimentos pelo sufrágio, foi uma exceção para a época; era mulher, negra e alfabetizada. Ser negra e alfabetizada nos anos pós-abolição era muito raro.

Sobre essa questão Cowling, no livro *Concebendo a liberdade*, destaca “Trinta e seis anos após a abolição no Brasil, Evaristo de Moraes estimou que o nível de analfabetismo era de 80% e fez uma crítica veemente à ausência de políticas educacionais para os libertos e seus descendentes (...)” (Cowling, 2018, p.271). Faz-se necessário enfatizar que analfabetas e analfabetos só começaram a ter direito ao voto em 1985. De acordo com Nunes (2001), Antonieta teve uma intensa vida intelectual, produzindo crônicas e publicando livros. Foi professora, jornalista, chegando a fundar um jornal. Como professora, trabalhou com a elite de Florianópolis por mais de trinta anos. A Antonieta política foi eleita deputada pelo Partido Liberal Catarinense na primeira eleição após o voto feminino ser aprovado (1934). Ainda de acordo com Nunes (2001), Antonieta, além de ser a única mulher negra a ocupar uma cadeira na Assembleia Legislativa, o fez em um estado onde o voto feminino não foi muito discutido, nem reivindicado e, após ser aprovado, não obteve muita repercussão nos jornais da época.

Almerinda Farias Gama e Antonieta de Barros, mulheres, negras e alfabetizadas, representaram uma quebra de paradigma quanto aos estereótipos de gênero, classe e etnia/raça. A respeito de Antonieta e sua relação com a categoria etnia/raça, Nunes (2001) fez uma observação interessante: Antonieta escreveu sobre carnaval e festas populares, porém não se

¹⁵ Disponível em: <http://memorialdademocracia.com.br/>

Acesso em: 14 de setembro de 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://isabellearaujo.com/almerinda-a-luta-continua>

Acesso em: 14 de setembro de 2020.

¹⁷ Disponível em: https://youtu.be/_9jfbUM_zGQ

Acesso em: 2 de agosto de 2020.

encontra em seus escritos nenhuma referência a sua etnia/raça. A pesquisadora levanta a hipótese de que a influência do projeto de branqueamento imposto pelo colonialismo possa ser um fator a ser considerado nesta postura. Nos documentários sobre Almerinda Farias Gama, da mesma maneira, não se percebe referência ao fato dela ser uma mulher negra. Carneiro (2019) reflete sobre a construção da identidade nacional com base na mestiçagem e nos estereótipos da mulher negra e na reverberação dessas construções na relação entre os grupos de mulheres feministas.

Ao analisar a definição de gênero e etnia/raça imposta pelo patriarcalismo colonial que construiu, a partir da subordinação das mulheres negras durante a escravização, a ideia estruturante da democracia racial na sociedade brasileira, Carneiro (2019) conclui que os estereótipos a respeito das mulheres negras e o “perigo” representado por eles foram importantes na criação de conflitos e contradições nos grupos feministas. Neste sentido a autora acrescenta:

Essa herança colonial e a persistência desses paradigmas no pós-abolição terá impacto negativo na construção de uma perspectiva unitária de luta das mulheres por sua emancipação social, transformando o Movimento Feminista posterior em um campo de batalha no qual ressentimentos seculares decorrentes dos privilégios e opressões determinados por esses estereótipos se defrontaram de formas às vezes dramáticas, até que as diferenças pudessem ser admitidas o suficiente para viabilizar um diálogo que só agora se inicia de forma mais solidária, desarmada e consequente. (Carneiro, 2019, p. 156)

Sintetizando, pode-se afirmar que a falácia da democracia racial construída pelo patriarcado colonialista teve papel fundamental no apagamento das mulheres negras na história das conquistas feministas. A consciência de que as opressões se interseccionam e atingem as mulheres de forma diferenciada mobilizou as mulheres negras brasileiras a partir dos anos 1980 do século XX.

1.4. O Sistema Político Brasileiro

Após a contextualização histórica sobre a conquista do voto feminino no Brasil, faz-se necessário pontuar algumas características do sistema eleitoral brasileiro. Não se tem o interesse, neste momento, de investigar profundamente o funcionamento do sistema eleitoral no Brasil, portanto o que ora se apresenta tem o propósito de situar leitoras e leitores sobre a forma como se estrutura o sistema eleitoral brasileiro. O sistema é presidencialismo de

coalizão, com lista abertas. A respeito do tipo de lista vale fazer referência ao argumentado por Silva:

No que se refere ao tipo de lista, se fechada tem o ônus de possivelmente concentrar o poder de decisão em poucos líderes partidários, a aberta tem como ônus o destaque na/o candidata/o, estimulando que estas/es busquem o voto para si. Este fenômeno contribui para promover uma “personalização” da disputa e conseqüentemente o enfraquecimento dos partidos, além de criar um clima de competição intra-partidária no momento da eleição ao invés de cooperação (NICOLAU, 2006). Um dos pontos positivos da lista aberta é que a/o eleitor teria mais liberdade de escolha. No entanto, no contexto brasileiro, esta possibilidade é discutível, uma vez que a literatura aponta que no país existe uma espécie de “lista virtual”, existindo algumas candidaturas específicas que recebem mais apoio da organização e, portanto, se tornam mais capazes de vencer o pleito. (Silva, 2017, p.20)

O Brasil é uma República Federativa formada por 26 Estados, 5 570 Municípios e o Distrito Federal. Os três poderes da República são: Executivo, Legislativo e Judiciário e funcionam, teoricamente, de maneira independente. De acordo com a Constituição Federal de 1988¹⁸ (artigos 76 e 77) o Poder Executivo no âmbito federal é exercido pela/o presidenta/e cuja eleição ocorre a cada quatro anos sendo permitida uma reeleição. A/O presidenta/e e a/o vice são eleitas/os simultaneamente. As escolhas para os executivos estaduais e municipais seguem as mesmas normas. As eleições para os cargos de presidenta/e e governadora/o e poderão ter dois turnos caso a/o candidata/o não obtenha a maioria dos votos válidos na primeira votação. O mesmo acontecendo nas eleições para as prefeituras nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

O Congresso Nacional, sede do poder Legislativo em nível federal, agrega a Câmara de Deputadas/os e o Senado Federal. O Congresso Nacional é constituído por 594 representantes sendo 513 deputadas/os e 81 senadoras/es. As/Os representantes são eleitas/os pelo sistema proporcional¹⁹ para mandatos de quatro anos, não existindo limite para o número de reeleições. Uma vez eleito/a o/a senador/a passa a cumprir um mandato de oito anos. A cada quatro anos ocorre a renovação de um terço e dois terços das cadeiras para o Senado, de forma alternada. A inexistência de limite para reeleições possibilita que determinadas/os agentes

¹⁸ Constituição Federal de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 07 de maio de 2021.

¹⁹Disponível em: <https://www.tse.jus.br/o-tse/escola-judiciaria-eleitoral/publicacoes/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-5-ano-3/como-funciona-o-sistema-proporcional> Acesso em: 04 de maio de 2021.

políticas/os estabeleçam redutos eleitorais, as chamadas bases que votam de forma massiva nos/as mesmos/as candidatos/as. Esta estratégia faz com que esses/as agentes tenham ciclos de vida política longos mesmo sem apresentarem atuações destacadas.

Os Poderes Legislativos Estaduais têm como sede as Assembleias Legislativas. No Rio Grande do Sul, estado onde é realizada a presente pesquisa, a Assembleia Legislativa tem 55 representantes. As Câmaras de Vereadoras/es são as sedes do Poder Legislativo Municipal. O número de cadeiras nas Câmaras das cidades envolvidas na pesquisa é: em Porto Alegre 36 cadeiras, Santana do Livramento 17 cadeiras e São Borja 15 cadeiras²⁰. A escolha das/os representantes para os Poderes Legislativos Estaduais e Municipais obedece ao sistema proporcional. É lícito, conforme Miguel, ainda que não existam estudos aprofundados sobre o tema afirmar que há uma hierarquização nas carreiras políticas no Brasil:

É possível estabelecer uma “estrutura da carreira política no Brasil”, ainda que, devido à falta de estudos específicos, apenas de maneira intuitiva. O cargo de Vereador ocupa a base, sendo a posição eletiva de menor prestígio político. O Vereador que deseja ascender na carreira via de regra cogita disputar a eleição para Deputado Estadual ou então Prefeito Municipal, embora, caso trate-se de uma cidade de grande porte, este último cargo seja elevado demais para suas pretensões. E assim por diante, até a Presidência da República, que está indiscutivelmente no topo da carreira política brasileira. Na maior parte dos casos, pretendentes à Presidência já desempenharam a função de Governador Estadual e/ou Ministro de Estado. (Miguel, 2003, p.116)

Na hierarquia política brasileira os mandatos nas Câmaras Municipais seriam os cargos mais baixos enquanto que a presidência da República o cargo mais alto. Porém, esta estrutura não é rígida uma vez que têm-se exemplos como: Luis Inácio Lula da Silva (ex presidente da República), Olivio Dutra (ex governador da Rio Grande do Sul) e João Dória (atual governador de São Paulo) que não exerceram mandatos em Câmaras Municipais. Ainda temos casos de percursos inversos, tal como o de Eduardo Suplicy (Partido dos Trabalhadores) que foi senador e hoje ocupa uma cadeira na Câmara Municipal da cidade de São Paulo.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, existem no Brasil trinta e três partidos registrados. Um dado interessante observado ao realizar-se a busca no site do Tribunal Superior Eleitoral: no universo dos trinta e três partidos, apenas três mulheres ocupam o cargo de presidentas e, entre elas, somente uma autodeclara-se negra, Luciana Santos, do P C do B.

²⁰ Disponível em: <https://capa.tre-rs.jus.br/eleicoes/2020/426/RS88455.htm> Acesso em: 03 de maio de 2021.

Em síntese, nesse primeiro capítulo e nos subcapítulos 1.1 e 1.2 foi apresentado de forma bastante resumida o histórico das lutas das mulheres brasileiras pelo direito ao voto e à participação política. O resumo dessa história é feito por meio da análise das mudanças legais/constitucionais acontecidas no período histórico compreendido entre 1824 e 1946. No subcapítulo 1.3 aborda-se a situação das mulheres negras durante as lutas sufragistas. Não restam dúvidas a respeito dos méritos do movimento sufragista no Brasil, porém é importante marcar algumas características desse movimento: foi um movimento acentuadamente de mulheres brancas e de classe média; a situação econômica e social da população negra, neste período, era especialmente difícil; com os homens negros sem trabalho, as mulheres negras eram responsáveis pela manutenção das famílias com seus empregos domésticos; as mulheres negras que participaram dos movimentos, de maneira geral, foram pouco mencionadas na história. O subcapítulo 1.4 destaca as principais características do sistema político brasileiro.

Capítulo II

2. Teorizando a Trama da Participação das Mulheres Negras

Figura 8: Desenho da série Ama de Leite. Rosana Paulino (2005)



Fonte: <http://www.afreaka.com.br/notas/tramas-de-rosana-paulino/>

2.1. As Mulheres Negras Desmanchando os Nós das Imagens de Controle

O diálogo entre o problema de pesquisa, os objetivos e as premissas formuladas são a base para a construção das categorias de análise. A partir dessa interlocução busca-se trabalhar as intersecções de gênero, etnia/raça e classe e suas imbricações com as vivências narradas pelas sujeitas entrevistadas. Com base nisso, foram construídas as categorias e subcategorias que seguem: (Figura 9)

Figura 9: Categorias de Análise

Categoria	Categoria	Categoria
História de Vida	Mulher Negra	Espaços de Poder
Subcategorias	Subcategorias	Subcategoria
1. Lugar de Fala	1. Empregada Doméstica	1. Representatividade
2. Agência	2. Mulata objeto sexual	
3. Auto Definição		

Elaboração própria

Os cenários escolhidos para a investigação são três cidades localizadas no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil; Porto Alegre, capital do estado, com uma população de 1.409.351 habitantes,²¹ é a sede do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Estado, a Assembleia Legislativa; São Borja, localizada na fronteira com a cidade argentina de São Tomé, é uma cidade com 60.019 mil habitantes;²² Santana do Livramento, situada na fronteira com a cidade uruguaia de Rivera e que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conta com 82.464 mil habitantes.²³ São Borja e Santana do Livramento, como cidades fronteiriças localizadas no interior do estado do Rio Grande do Sul, permitem problematizar e comparar a situação das mulheres negras do extremo sul do país com as experiências das mulheres negras na capital do estado. Dessa maneira é possível ampliar as possibilidades de aprofundamento na análise das narrativas das mulheres. Em razão de viverem em cidades com diferenças significativas no modo de vida, pode-se ter percepções de práticas diferenciadas na condução das discussões e da participação das mulheres no interior dos diretórios municipais dos partidos.

Miguel (2000), ao escrever sobre a eficácia das cotas para mulheres, avalia que a simples obrigatoriedade delas representa um estímulo para que os partidos promovam formação de lideranças femininas. O argumento faz sentido quando se pensa na ocupação dos espaços políticos pelas mulheres e na importância da representatividade. Porém, ao pensar-se na cultura política centrada no elitismo, no sexismo e no racismo que constituem fatores estruturantes da política brasileira, operando em conjunto para travar a participação feminina, percebe-se que as interdições ao acesso das mulheres às instâncias de representação continuam consistentes. Também é fato que essas estruturas manifestam-se e são percebidas de formas diferentes por mulheres negras e brancas. A esse contexto, acrescenta-se o fato de que a obrigatoriedade do preenchimento das vagas nos partidos prevê gênero e não etnia/raça. Dessa maneira, ao falar em representatividade das mulheres nos parlamentos brasileiros, faz-se necessário reconhecer as diferenças étnicas/raciais e de classe entre as mulheres e considerar as implicações que tal reconhecimento representa para os movimentos feministas.

O movimento das mulheres negras inseriu no debate político a compreensão de que as opressões de etnia/raça, gênero e classe cruzam-se dando novas cores ao feminismo ou como escreve Carneiro: “Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado concretamente

²¹ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/porto-alegre/panorama>

²² Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/sao-borja/panorama>

²³ Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/santana-do-livramento/panorama>
Acesso em 29 de dezembro de 2020

demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo das políticas demográficas: (...)” (Carneiro, 2019, p.171). Partindo do entendimento de que as opressões atingem as mulheres negras e não negras de maneiras diferentes, o movimento incorpora na agenda política feminista questões relacionadas ao racismo. Nessa direção, Carneiro (2019) registra a importância da participação do movimento de mulheres negras nas Conferências organizadas pela ONU, pois além de estender o debate em nível internacional, convertem-se em possibilidades reais para a abertura de canais de diálogo com governos e movimentos com relação à luta antirracista e ao respeito à diversidade.

Para Carneiro (2019), a militância das mulheres negras é tríplice, uma vez que envolve lutar contra as exclusões de gênero, etnia/raça e classe. O Mapa Étnico das Mulheres na Política Local Brasileira²⁴ (2018) confirma o que, empiricamente, já se conhecia: a baixa representatividade das mulheres nos legislativos e executivos municipais e o índice mais baixo ainda de mulheres negras. Competência política e administrativa está associada ao perfil do homem branco, heterossexual, casado, com boa posição econômica e social. A literatura existente sobre o assunto permite listar alguns fatores que contribuem para a perpetuação da desigualdade de gênero nos espaços da política institucional. Entre eles, pode-se citar: a. a dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada, a mulher permanece na esfera privada por excesso de demandas da vida cotidiana, cuidado com os filhos e filhas, com idosos e idosas, com doentes, tripla jornada; b. falta de autonomia pessoal, falta de confiança, papéis estereotipados de gênero, falta de estímulo dos familiares, altos custos das candidaturas, estruturas dos partidos pouco sensíveis às candidaturas femininas, pouca visibilidade das demandas femininas; c. discriminações sociais, relações machistas dentro dos movimentos sociais, sindicatos e partidos, pouca permeabilidade às questões de gênero dentro dos partidos, estrutura masculinizada dos partidos; d. ausência de políticas públicas que contemplem quem é dependente de cuidados, ausência de debate sobre divisão sexual do trabalho, ausência de debate sobre direitos reprodutivos; e. fatores culturais, históricos e sociais que perduram apesar dos avanços já conquistados.

Levando em conta as dimensões etnia/raça e gênero o trabalho de Gonzalez (2019) é fundamental ao demonstrar as diferenças de condições das mulheres brancas e negras no enfrentamento a desigualdade na construção de carreira políticas. Um exemplo nítido é o aspecto da “dicotomia entre a esfera pública e a esfera privada”. Este fator tem significados

²⁴ Mapa Étnico das Mulheres na Política Local Brasileira Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/3539> Acesso em 24 de setembro de 2020.

absolutamente distintos para as mulheres se visto sob o prisma das dimensões etnia/raça, classe e gênero. Enquanto as mulheres brancas, porque têm acesso a mais recursos, podem dispor de “mais ajuda” na esfera privada as mulheres arcam com as responsabilidades da casa, filhos, cuidados com pais/mães idosos/as na maioria das vezes sozinhas como aponta Gonzalez:

(...) A situação da mulher negra, hoje, não é muito diferente de seu passado de escravidão. Enquanto negra e mulher, é objeto de dois tipos de desigualdade s que fazem dela o setor mais inferiorizado da sociedade brasileira. Enquanto trabalhadora, continua a desempenhar as funções modernizadas de escrava do eito, da mesma mucama, da escrava de ganho. Enquanto mãe e companheira, continua aí, sozinha, a batalhar o sustento dos filhos, enquanto o companheiro, objeto de violência policial, está morto ou na prisão, ou então desempregado e vítima do alcoolismo. Mas seu espírito quilombola não a deixa soçobrar. (Gonzalez, 2019, p. 199)

As mulheres negras, precisam vencer barreiras ainda mais altas, uma vez que enfrentam além do sexismo, o racismo. Nessa direção Bairros escreve: “(...) a dominação patriarcal conforma relações de poder nas esferas pessoal interpessoal e mesmo íntimas, mas também porque o patriarcado repousa em bases ideológicas semelhantes às que permitem a existência do racismo a crença na dominação construído com base em noções de inferioridade e superioridades” (Bairros, 1995, p.461). Transpor essas barreiras envolve lutar contra os estereótipos herdados do patriarcado colonial que retratam a mulher negra ora como exótica e objeto de consumo, ora como a negra dócil, afetiva, cuidadora. Sob esta perspectiva resta para as mulheres negras brasileiras o samba ou a cozinha. Vincular a mulher negra a estereótipos que a inviabilizam e desqualificam são representações sociais e culturais que persistem no imaginário brasileiro. Com relação a isso vale destacar o que escreve Gonzalez:

O ditado “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar” é exatamente como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é superexplorado economicamente, ela é a faxineira, arrumadeira, a “mula de carga” de seus empregadores brancos assim como um corpo que fornece prazer e é superexplorado sexualmente, ela é a mulata no Carnaval cuja sensualidade recai na categoria do “erótico-exótico”. (Gonzalez, 2019, p 170)

O Brasil é um país onde os preconceitos sempre foram mascarados. A imagem vendida ao mundo é a de um povo cordial, festeiro, amável, com coração e mente abertos. Os dados estatísticos mostram que essa não é nem nunca foi a realidade brasileira. Essa imagem não passa de uma criação bastante eficaz para mascarar a exclusão social da população negra e

escamotear as desigualdades. Gonzalez (2020) destaca que a articulação da falácia da democracia racial com a ideologia do branqueamento constituem-se marcadores das maneiras como a população branca expressa sua supremacia frente à população negra. Essa articulação produz efeitos sociais, culturais e psicológicos que impelem muitas/os negras/os a interiorizarem e reproduzirem discursos que contribuem para legitimar o branqueamento e o mito da democracia racial.

É nesse contexto de naturalização da sujeição que as imagens da mãe preta, da ama de leite, da cozinheira compreensiva, abnegada, obediente e cordata e a da “negra/mulata” sensual e pronta para o sexo concretizaram-se e firmaram ao longo do tempo como construções ideológicas. Ao escrever sobre essas imagens de controle, Carneiro (2019) reporta-se à história da escrava Chica da Silva; a escravizada que encantou o português “através do afeto e do sexo”, imagem que foi muito bem trabalhada, a ponto de ser incorporada ao imaginário da população brasileira. Chica da Silva é a representação da mulata/negra sedutora, da mulher mulata/negra que obtém ganhos materiais por meio do sexo. Gonzalez (2020), ao discorrer sobre a exploração sexual da mulher negra, afirma que o mito da democracia racial é uma das muitas armadilhas usadas para ocultar a violência simbólica contra ela. O culto à beleza da mulata/negra, a exaltação às suas “virtudes eróticas”, a “objetificação” são construtos ideológicos intimamente ligados ao lugar de subordinação delegado à mulher negra na sociedade brasileira. A “democracia racial brasileira” é usada para encobrir a violência simbólica e marcar o lugar da mulher negra como sendo o lugar de inferioridade e pobreza (Gonzalez, 2020. p. 165).

O escritor brasileiro Monteiro Lobato criou Tia Anastácia, personagem que consagra a imagem da negra que “parece ser da família”. A negra é da família, porém sua vida é no quartinho sem janela e na cozinha. Ela não tem sua própria família e parece desprovida de sensualidade/sexualidade, é a dedicada cuidadora da adulta da família (Dona Benta, a avó das crianças), cuidadora das crianças brancas e parece estar sempre feliz. A versão masculina criada por Lobato é o Tio Barnabé, o preto velho tranquilo e pacífico que fuma cachimbo e conta histórias. As empregadas domésticas das casas das famílias brancas são as Tias Anastácias modernas. A esse respeito, Gonzalez escreve: “Vale notar que tanto a mãe preta quanto o pai João têm sido explorados pela ideologia oficial como exemplos de integração e harmonia raciais, supostamente existentes no Brasil. Representariam “o negro acomodado, que passivamente aceitou a escravidão” (Gonzalez, 2019, p. 54). Com Tia Anastácia o processo de “objetificação” assume outro viés. Enquanto a mulata/negra parece incorporar a mulher objeto, própria para os prazeres sexuais dos homens brancos, a negra “da família” é a mulher

assexuada que abriu mão da própria vida e da própria sexualidade para dedicar-se à família branca. Gonzalez também propõe que essa questão possa ser examinada sob outro ponto de vista. Um ponto de vista que coloca a “resistência passiva” como uma maneira do grupo subjugado preservar sua cultura.

Não podemos deixar de levar em consideração que existem variações quanto às formas de resistência. E uma delas é a chamada “resistência passiva”. A nosso ver, a mãe preta e o pai João com suas histórias, criaram uma espécie de “romance familiar” que teve uma importância fundamental na formação dos valores e crenças do povo, do nosso *Volksgeist*. Conscientemente ou não passaram para o brasileiro “branco” as categorias das culturas africanas de que eram representantes. Mais precisamente, coube a mãe preta, enquanto sujeito suposto saber, a africanização do português falado no Brasil (o “pretoguês”), como dizem os africanos lusófonos e, conseqüentemente a própria africanização da cultura brasileira. (Gonzalez, 2020. p.54)

Indo ao encontro do que escrevem as pensadoras hooks (2019), Collins (2019) e Kilomba (2019): sob a perspectiva do dominante, a mulher negra não tem lugar como sujeita, só como objeto. O patriarcado constrói essas imagens como forma de naturalizar as opressões sofridas pelas mulheres trazidas compulsoriamente para as Américas. A sociedade patriarcal branca definiu que o lugar de sujeito só pode ser ocupado por aqueles que têm o privilégio de livremente, partindo de sua realidade, contarem suas histórias. O lugar de objeto é o lugar daquelas e daqueles cujas realidades e histórias são criadas e definidas a partir da perspectiva de quem sempre se coloca no lugar do sujeito. O lugar de sujeito de acordo com a ótica patriarcal é reservado aos homens brancos. O papel relegado à população negra é o de objeto.

Dessa forma o homem branco, heterossexual, casado, com posses é o sujeito que decide, legisla sobre o outro que só pode ser objeto. Com relação ao pensamento binário, Collins (2019) argumenta que as diferenças formadas por oposição, na objetificação e na hierarquia social, constituem o alicerce das opressões que se cruzam. Estas opressões estão apoiadas em conceitos interdependentes do pensamento binário. Se a dominação é sustentáculo para esse sistema de pensamento, esses conceitos carregam em si relações de superioridade e de inferioridade e vínculos hierárquicos que se misturam à economia política de opressões que se cruzam. Sobre essas questões Collins escreve:

Opressões interseccionais de raça, classe, gênero e sexualidade não poderiam continuar a existir sem justificativa ideológicas poderosas. Como defende Cheryl Gilkes, a “assertividade das mulheres negras, bem como o uso que fazem das expressões de racismo, para combater a desigualdade no todo, têm desafiado

o status quo de maneira consistente e multifacetada. Como punição, as mulheres negras têm sido atacadas com uma série de imagens negativas”. Retratar as afro-americanas com os estereótipos da *mammy*, da matriarca, da mãe dependente do Estado e da gostosa ajuda a sua opressão. Desafiar essas imagens de controle é um dos temas principais do pensamento feminino negro”. (Collins, 2019, p. 135)

Os estereótipos ou como Collins (2019) denomina: as “imagens de controle” foram e continuam sendo fundamentais para a manutenção das tramas opressoras que subjugarão e subjugarão as mulheres negras. É fundamental pensar as opressões sob essa ótica e entendê-las como um sistema que atua interligado e de maneira sincronizada. Fazendo uma analogia com Kilomba, para quem: “(..) escrever é um ato de descolonização no qual quem escreve se opõe a posições coloniais" (..)” (Kilomba, 2019, p. 28), pode-se afirmar que assumir o espaço de representatividade política, para uma mulher negra, é antes de tudo um ato de descolonização.

O processo de oposição e resistência às posições coloniais envolve a luta rumo à libertação na qual as mulheres negras, até então vistas como objetos, definem-se como sujeitas. Nesse sentido, hooks posiciona-se da mesma forma ao citar Freire: “ Não podemos comparecer à luta como quase ‘coisas’, para depois ser homens” (hooks, 2019, p. 100). Em outras palavras, significa dizer: é preciso assumir a luta como mulheres negras que se tornam sujeitas de suas histórias, que se auto definem. E do lugar de quem se assume como sujeita, denunciar: o sexismo, o elitismo e o racismo, reivindicando mais representatividade para as mulheres e, em especial, para as mulheres negras. Ao assumirem-se como sujeitas da sua própria história, as mulheres negras também assumem uma luta coletiva, pois como ressalta Carneiro (2019), a luta contra a discriminação impede que a luta das mulheres negras seja travada alheia às demais lutas emancipatórias.

2.2. O Nó da Ocupação dos Espaços de Poder

De acordo com Miguel (2003), os espaços políticos no Brasil são caracterizados por carreiras hierarquizadas na forma de pirâmide, com vagas cada vez mais limitadas nos degraus mais altos dessa hierarquia. Isso faz com que a competição pelos cargos seja cada vez mais acirrada. Esse mesmo autor trabalha com o conceito de capital político, do sociólogo Bourdieu, o qual indica que “(...)o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente” (Miguel,

2003. p.115). Por ser dependente do voto, do reconhecimento popular, o capital político é capital simbólico. Miguel (2003), partindo das categorias construídas por Bourdieu, propõe o desdobramento do conceito de capital em três divisões: 1) o capital delegado, que é o capital pertencente ao partido, decorrente do acúmulo de reconhecimento e fidelidade resultante da atuação das/dos militantes e é aquele delegado à/ao candidata/o; 2) o capital convertido, que seria o capital decorrente da atuação da/do candidata/o em outra área (cultura, esportes, mídias), tornando-o conhecido ou famoso, é o capital econômico, que é também uma forma de conversão; 3) o capital heroico, derivado do capital convertido, que seria produto do acúmulo pessoal.

Ocupar espaço no ambiente político requer a vontade individual de colocar-se à disposição para as disputas e o acesso aos recursos de ordem material e simbólica. O investimento individual que uma mulher precisa fazer para pleitear espaço sempre envolve enfrentar as barreiras materiais como, por exemplo, a falta de financiamento, a não divisão de tarefas domésticas e dos cuidados com filhas/os e as simbólicas, tais como os mandados do patriarcado. Em se tratando de mulheres negras, advindas das classes populares, as categorias gênero, classe e etnia/raça operam conjuntamente para tornar a ocupação do espaço político ainda mais difícil, trabalhosa e, por vezes, inviabilizada. As mulheres negras, via de regra, não possuem o chamado capital familiar nos partidos: sobrenomes conhecidos ou parentes importantes dentro dos partidos em que possam apoiar-se quando intentam iniciar uma carreira política. Esse fator tem peso decisivo quando se trata de negociar financiamento, de ter mais ou menos cabos eleitorais e mais ou menos poder de negociação junto às direções partidárias. (Machado, Marques e Miguel, 2015)

Para Biroli: “A política é *atualizada* como espaço masculino. A história da ocupação do espaço público e das instituições política modernas é a história da acomodação do ideal da universalidade à exclusão e marginalização das mulheres e dos grupos sociais subalternizados” (Biroli, 2017, p.172). Ocupar espaços nas esferas de decisão é fundamental para que as relações de poder fiquem mais equilibradas. As mulheres, para ocuparem esses espaços, precisam enfrentar a misoginia presente em todos os partidos. As mulheres negras precisam enfrentar a misoginia e, em muitos casos, a discriminação de classe e o racismo.

2.3. Tecendo as Tramas da Representatividade

As considerações anteriores apontam o quanto o terreno das disputas políticas é árido para as mulheres no Brasil. E quando os dados são analisados a partir da intersecção de gênero, raça e classe o terreno torna-se ainda mais árido. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a população brasileira é composta por 48,4 % de homens e 51,8% de mulheres. Já o Tribunal Superior Eleitoral mostra que mais de 77 milhões de mulheres estão inscritas como eleitoras, isso representa 52,5 % do eleitorado. Porém, somente 9.2049 mulheres concorreram a cargo eletivo nas eleições gerais em 2018. E somente 290 foram eleitas. Ainda de acordo com os dados disponibilizados pelo mesmo Tribunal, entre os 81 senadores e senadoras, 82,71% autodeclararam-se brancos/brancas, 13,58% autodeclararam-se pardos e 3,7% se autodeclararam pretos. Quanto à Câmara dos deputados/deputadas, do total de 513 deputados/deputadas, 75% – autodeclararam-se brancos/brancas, 20,2% autodeclararam-se pardos/pardas, 4,09% pretos/pretas e 0,38% amarelos/amarelas. O Estado de Roraima elegeu a deputada Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena da Câmara. Em relação à eleição de 2014, a bancada feminina no Senado encolheu e na Câmara aumentou. A bancada feminina na câmara passou de 10% para 15% do total dos eleitos/eleitas. O estado do Rio Grande do Sul elegeu um senador autodeclarado negro e nenhum/a deputado/a federal autodeclarado/a pardo/a ou negro/a. Junto com o senador negro foram eleitas como suas suplentes duas mulheres, sendo uma delas autodeclarada negra. Para a Assembleia Legislativa foi eleito um deputado que se autodeclarou pardo. Entre os 15,56 % de mulheres eleitas para exercer mandatos de deputadas estaduais, nenhuma mulher é autodeclarada negra²⁵.

O retrato do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul e das Câmaras Municipais das cidades de Porto Alegre, São Borja e Santana do Livramento revelam que estes espaços continuam sendo dominados por homens brancos. Na Câmara Municipal de Porto Alegre há somente uma mulher, o mesmo fato pode ser observado nas cidades de Santana do Livramento e de São Borja. As mulheres em geral e as mulheres negras em particular continuam com baixa representatividade nos espaços de decisão. A falta de representatividade feminina e negra pode ser entendida a partir do reconhecimento do papel exercido pelos resquícios persistentes da herança colonial. Silva e Silva (2019), ao escreverem a respeito dos significados da representatividade no campo político, dialogam com a ideia de que ter representatividade significa ser agente de sua história. Essa ideia vem ao encontro da

²⁵ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/> Acesso em: 01 de setembro de 2020.

concepção de cidadania, de auto definição e de ser sujeito. Quando grupos são excluídos das esferas de decisão, a democracia fica comprometida.

A mulher negra faz parte de um dos grupos com maior sub-representatividade nas esferas da política institucional. Porém, não estar representada nos espaços de decisão política não significa que as mulheres negras não estejam articuladas e organizadas nas suas comunidades, nos movimentos populares, nos sindicatos, nas bases dos partidos. Portanto, falar de sub-representação não implica em falar de uma ausência. (Biroli, 2019). O que as mulheres precisam é que essas articulações sejam ouvidas e os canais disponíveis nas democracias liberais são os parlamentos. As mulheres negras, ao reivindicarem mais espaço nas esferas de decisão, fundamentam suas proposições na necessidade de trazer as especificidades que impactam suas vidas para o lugar onde essas decisões políticas são tomadas.

O informativo das Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil²⁶ mostra uma radiografia das diversas clivagens que a herança colonial escravocrata, na qual está alicerçada a sociedade brasileira, foi capaz de produzir ao longo da História. A pesquisa expõe em números as desvantagens de gênero e raça entre a população brasileira. As articulações para o encaminhamento de políticas públicas voltadas à erradicação das desigualdades acontecem no Legislativo sob a forma de proposições de projetos, ou nos processos de votação de projetos originários do Poder Executivo. A disputa de propostas entre os diferentes grupos, nos espaços de poder, revela a seletividade da democracia liberal que como escrevem Silva e Silva (..) “mantém a condição de sub-representação e de marginalidade no debate público, na construção de normas e de políticas públicas”. (Silva e Silva, 2019, p.44).

Os efeitos concretos da sub-representação feminina e negra nos parlamentos refletem-se na sociedade quando políticas públicas consideradas universais como: educação, saúde, assistência social, trabalho, renda e moradia passam a não ser priorizadas. A população, especialmente a negra, tem seus direitos interditados quando as questões relativas ao atendimento das diversidades são ignoradas, quando há uma ausência de políticas públicas específicas para a saúde da mulher, quando questões como o aborto, os direitos reprodutivos, a violência doméstica e a divisão sexual do trabalho não só são retiradas da pauta como também retrocedem. A sub-representação das mulheres negras nos espaços de decisão atua para interditar a cidadania. Do ponto de vista simbólico, a ausência de mulheres negras nos espaços

²⁶ Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101681>
Acesso em 24 de setembro de 2020.

de poder político produz reflexos negativos na imagem projetada às meninas negras, reforçando os estereótipos sobre as mulheres negras e deslegitimando as políticas afirmativas.

2.4. Tecendo Lugar de Fala, Lugar de Sujeita, Lugar de Enunciação

Kilomba, ao escrever a respeito do lugar das negras e negros nos espaços acadêmicos, afirma que:

Tal posição de objetivificação que comumente ocupamos, esse lugar da “Outridade” não indica, como se acredita, uma falta de resistência ou interesse, mas sim a falta de acesso à representação, sofrida pela comunidade negra. Não é que nós não tenhamos falado, o fato é que nossas vozes, graças a um sistema racista, têm sido sistematicamente desqualificadas consideradas conhecimento inválido; ou então representadas por pessoas brancas que, ironicamente, tronam-se “especialistas” em nossa cultura, e mesmo em nós. (Kilomba, 2019, p. 51)

A pensadora refere-se aos espaços onde, teoricamente, os conhecimentos são produzidos e validados, porém, se olharmos sob a perspectiva da exclusão das negras e negros das estruturas políticas, conclui-se que essa é uma estratégia de poder criada pelo colonizador e que se estende a todos os setores das sociedades colonizadas. Parlamentos são espaços de poder onde homens brancos, heterossexuais, majoritariamente oriundos da elite autorizam-se a falar, a criar leis e a decidir sobre a vida daquelas pessoas que são categorizadas como “Outros”. Os “Outros” são os grupos subordinados que historicamente têm suas vozes silenciadas.

Nesse sentido, Ribeiro (2017) considera que, em uma sociedade na qual a escravidão durou três séculos e que deixou marcas nas/nos descendentes das/dos escravizadas/os, as pessoas negras vivenciam experiências diferentes e, portanto, falam de lugares sociais diferentes. Ou seja, elas falam da opressão a partir do lugar de quem sofreu e sofre com um sistema que as exclui do acesso à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, à participação nos processos de decisão. As mulheres negras falam do sexismo e do racismo a partir do lugar de quem sofreu e sofre o processo de “objetificação” e, por essa razão, a interpretam e a avaliam com base nas suas experiências. A estrutura patriarcal que interdita as mulheres é vivenciada de forma diferente por mulheres brancas e negras. (Ribeiro, 2017). Essas diferentes formas de sentir e expressar as opressões e a dificuldade que algumas feministas brancas têm em admiti-las tornam-se um fator de disputa e separação entre as mulheres. Sobre essa dificuldade, Lorde

manifesta-se: “Ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres”. (Lorde, 2019, p. 145). As mulheres negras, ao reivindicarem seu lugar de fala, não estão interditando o diálogo com as mulheres e os homens brancos, nem deixando de reconhecer as opressões sofridas por mulheres e homens de outras etnias/raças, mas demarcando um espaço social e assumindo seu lugar de sujeitas. Nesta direção também navega Carneiro, ao argumentar que as mulheres negras trazem para a arena política o significado do racismo, discutindo, por exemplo:

(...) violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como o aspecto dominante das formas de violência sofridas por metade da população do país que não é branca; na introdução da discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou de doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas para a saúde da população negra; (...) (Carneiro, 2019, p.171)

Ao pontuar o racismo como um elemento que diferencia as formas de opressão entre as mulheres, apontar os privilégios que podem ter as mulheres brancas por pertencerem ao grupo racial dominante e fazer a defesa de seu lugar social de fala, as mulheres negras não pretendem “hierarquizar as opressões”²⁷, mas sim demarcar suas posições no campo das disputas políticas e incorporar, na luta de todas as mulheres, a identidade política “mulher negra”. O ato de demarcar posição carrega o sentido simbólico de assumir-se como sujeita de sua própria história e agregar o sentido e a importância da representatividade diante do seu grupo. Nesse sentido, Kilomba (2019) argumenta que o feminismo negro não tem a intenção de classificar as opressões separando as mulheres. O desejo dos movimentos e das teorias feministas negras é de tirar da invisibilidade teórica e histórica as realidades e as experiências da população negra.

Para as mulheres negras, enquanto sujeitas que se auto definem através da resistência e da luta politicamente organizada, lugar de fala significa assumir seu lugar nos espaços de poder. A auto definição, referida por Collins (2019) é a potencialidade que os grupos subordinados têm de enunciar seus discursos a partir de seus lugares sociais. É não delegar a outros a narrativa de sua história.

(...) as imagens funcionam para desumanizar e controlar (...). Ao enfatizar a autodefinição, as mulheres negras questionam não apenas o que já dito (...) mas a credibilidade e as intenções daqueles que têm o poder de definir (...).

²⁷ Expressão cunhada por Audre Lorde

A autodefinição é reveladora da dinâmica de poder envolvida na rejeição das imagens de controle da condição da mulher negra definida externamente. Em contraste o tema da autovalorização das mulheres negras diz respeito ao conteúdo real dessa autodenicações. (Collins, 2019, p.206)

As bases teóricas que delinearão a pesquisa estão contidas no capítulo II e em seus respectivos subcapítulos. A investigação encontra suas bases teóricas no pensamento feminista negro, com ênfase nas elaborações teóricas das pensadoras Gonzalez, Carneiro, Kilomba e Collins. As categorias que sustentam as análises apresentadas no capítulo IV foram elaboradas a partir desses suportes teóricos.

No capítulo a seguir são apresentadas as estratégias metodológicas seguidas para o planejamento, a obtenção dos dados, o exame da documentação, a realização das entrevistas e o encaminhamento das análises dos dados da pesquisa.

Capítulo III

3. A Tecitura Metodológica

3.1. O ponto a ponto da Tecitura Metodológica

A opção pela abordagem qualitativa nasceu da necessidade de articular os objetivos e o problema de pesquisa com o foco principal de produzir conhecimento com base nas histórias de vida e de militância de mulheres negras. A abordagem qualitativa, por suas características mais flexíveis e abrangentes, ofereceu as condições para entender as diversas nuances que puderam ser apresentadas ao trabalhar-se com relatos pessoais. Sobre esse aspecto Flick escreveu:

A relevância da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida. Expressões-chave para essa pluralização são a “nova obscuridade” (Habermas, 1996), a crescente “individualização das formas de vida e dos padrões biográficos” (Beck, 1992) e a dissolução de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida (Hradil, 1992). Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões. (Flick, 2004. p.17).

O necessário rigor conceitual e metodológico exigiu da pesquisadora a busca por aportes teóricos que sustentassem suas escolhas e viabilizassem a pesquisa propriamente dita. A pesquisa qualitativa foi desafiadora porque implicou transitar por diferentes enfoques metodológicos e filosóficos, como diz Vasilachis:

En términos de metodologías, perspectivas y estrategias se considera que la investigación cualitativa es un vocablo comprensivo que se refiere a diferentes enfoques y orientaciones (Atkinson, Coffey y Delamont, 2001: 7). Estas distintas tradiciones intelectuales y disciplinarias, estos diversos presupuestos filosóficos, con sus métodos y prácticas, estas diversas concepciones acerca de la realidad y acerca de como conocerla y de cuánto de ella puede ser conocido determina que no pueda afirmarse ni que haya una sola forma legítima de hacer investigación cualitativa ni una única posición o cosmovisión que la sustente (Mason, 1996: 4), ni que una común orientación está presente en toda la investigación social cualitativa (Silverman, 2000: 8) (Vasilis, 2006. p.24).

A pesquisa qualitativa é uma maneira de explicitar o mundo empírico. São características desse tipo de pesquisa: a flexibilidade dos investigadores, que partem de

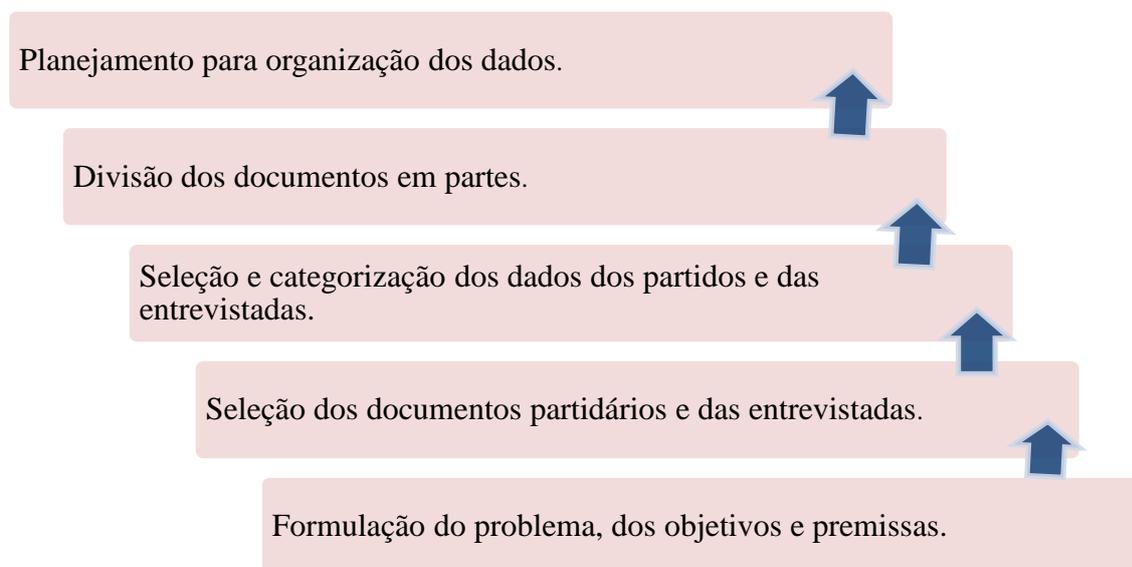
interrogações parcialmente delineadas; o mergulho no mundo do investigado, que permite a percepção holística dos sujeitos; a consciência do investigador quanto aos efeitos que a investigação pode (ou não pode) causar na vida do investigado; a possibilidade de compreender as pessoas como parâmetros delas mesmas (Taylor e Bogdan, 1994).

Os pressupostos elencados acima justificaram a opção por essa abordagem na pesquisa, pois ela permitiu investigar os relatos e as narrativas sobre vivências de forma melhor contextualizada e com a temporalidade necessária para acionar a memória. Essa ótica ofereceu alternativas de percursos, de mudanças de rotas e de reavaliação das trajetórias, prerrogativas essenciais ao estudo realizado. Com essa proposta foi possível captar sentimentos, opiniões e perspectivas das sujeitas entrevistadas. Esse enfoque ofereceu a possibilidade de revelar, a partir de conceitos já existentes, novos conceitos que puderam auxiliar na compreensão de determinados comportamentos (no caso da presente investigação comportamentos que se refletem nas práticas partidárias de partidos políticos do campo da esquerda), facilitando a interação entre a/o entrevistadora/o e a sujeita da investigação. Em síntese, a importância da experiência, do *ser e estar* na pesquisa, isto é, o processo, vai muito além do resultado (Yin, 2010).

O suporte teórico para a análise dados obtidos nos documentos dos partidos e nas entrevistas foi o método da análise de conteúdo. De acordo com Bernete (2014) a análise de conteúdo permite estudar documentos que contenham relatos. Tais documentos podem ser orais, escritos ou imagéticos e podem estar relacionados a acontecimento reais ou fictícios Krippendorff (1990), citado por Bernete, define a análise de conteúdo desta maneira: “*El análisis de contenido es una técnica de investigación destinada a formular, a partir de ciertos datos, inferencias reproducibles y válidas que puedan aplicarse a su contexto*” (Bernete, 2014, p.222) distingue três etapas no método de análise de conteúdo que são semelhantes a qualquer investigação social. O que diferencia a análise de conteúdo é a inclusão de um nível analítico anterior à interpretação dos dados. As três etapas segundo o autor são: “*1. Trabajo previo a la obtención de los datos 2.- Extracción de los datos (“trabajo de campo”) 3.- Explotación de los datos: operaciones e interpretación de resultados*” (Bernete, 2014, p.236).

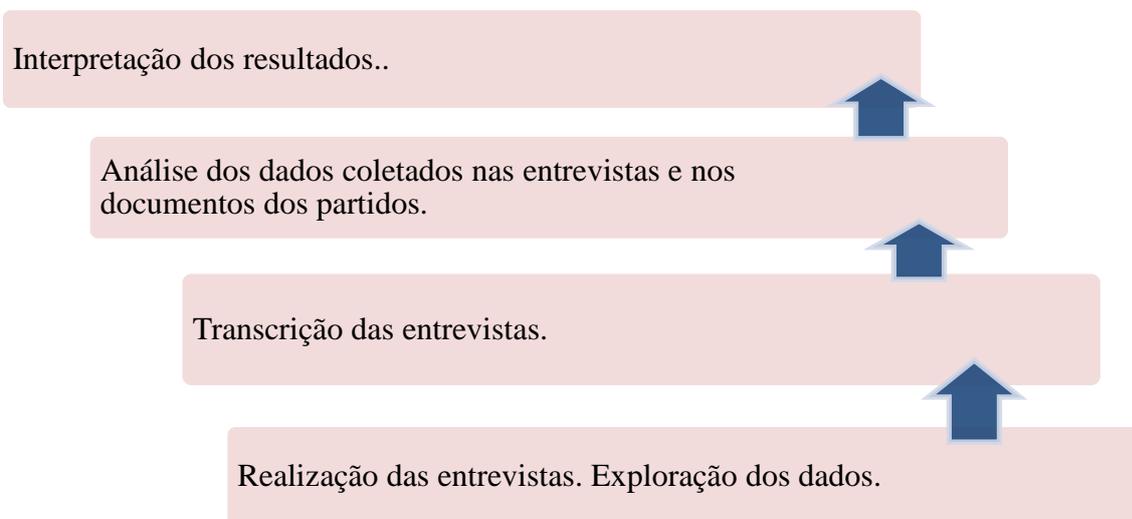
Os quadros abaixo mostram os caminhos trilhados no processo de investigação e de análise dos dados coletados na investigação. (Figuras 10 e 11)

Figura 10: Preparação e organização dos dados.



Fonte: Elaboração própria a partir do texto de Bernete (2014)

Figura 11: Realização das entrevistas, exploração, análise e interpretação dos dados.



Fonte: Elaboração própria a partir do texto de Bernete (2014)

De acordo com Bernete, as categorias de análise são construções conceituais de quem realiza a investigação e precisam dialogar com os referencias teóricos, os objetivos e o problema de pesquisa, ou seja, “(...) correspondan con las características de los materiales que se analizan, y a la vez con los objetivos y el enfoque teórico de cada investigación (...)” (Bernete, 2014, p. 240). No que tange às exigências metodológicas e teóricas, as categorias de

análises elaboradas e tratadas no referencial teórico buscaram atender a estas condições. (Figura 12).

Figura 12: Categorias de Análise

Categoria	Categoria	Categoria
História de Vida	Mulher Negra	Espaços de Poder
Subcategorias	Subcategorias	Subcategoria
4. Lugar de Fala	3. Empregada Doméstica	2. Representatividade
5. Agência	4. Mulata objeto sexual	
6. Auto Definição		

Elaboração própria

3.2. O Fio dos Critérios Para Seleção dos Partidos e das Entrevistadas

Os critérios para a escolha das mulheres, sujeitas da investigação, foram os seguintes: reconhecer-se como mulher negra, ser militante em um dos três partidos selecionados para a investigação, ter sido candidata pelo partido em uma eleição proporcional nos anos de 2016 e 2020 e ter sido candidata em Porto Alegre (capital do Estado do Rio Grande do Sul), no município de São Borja, ou no município de Santana do Livramento. Após a definição dos critérios, buscou-se, junto aos partidos, as candidatas que se situavam nos perfis definidos para a investigação. Depois do mapeamento das candidatas foram feitos os convites.

Os três partidos foram selecionados com base nos seguintes critérios: ser um partido que se situa no espectro ideológico de esquerda, ter tido candidaturas de mulheres negras em eleição proporcional municipal nos anos de 2016 e 2020, ter representação no estado do Rio Grande do Sul (especificamente nos municípios de Porto Alegre, São Borja e Santana do Livramento). Os documentos partidários necessários para a análise de conteúdo foram obtidos nos sites dos partidos e do Tribunal Superior Eleitoral

3.3. O Fio das Entrevistas

Os relatos de vida e militância foram obtidos por meio de entrevistas em profundidade a partir de um roteiro com eixos definidos que ajudaram a manter o foco da pesquisa no qual entrevistadora e colaboradora interagiram em um clima de conversa, evitando a geração de

constrangimentos. Yin (2016) relaciona algumas características da entrevista: não existe um roteiro rígido, nem um questionário com uma lista de perguntas; o comportamento de quem está pesquisando não é uniforme em todas as entrevistas; a relação com cada entrevistada/o é individualizada; as/os entrevistadoras/es preservam a linguagem própria de cada entrevistada/o, o/a entrevistador/a estabelece uma espécie de relacionamento social com a/o entrevistada/o; cria a oportunidade para para interações bidirecionais.

Nunca é demais enfatizar que as entrevistas constituíram-se em um tempo e um espaço privilegiado de escuta, e as perguntas, previamente elaboradas, foram o instrumento para que todas as informações desejadas pudessem ser captadas. As entrevistas foram transcritas pela própria investigadora. As entrevistas formaram o substrato para toda investigação. Sobre a entrevista como centro da pesquisa, recorre-se a Galindo:

La entrevista es el lugar y el tiempo de encuentro entre el sujeto investigador y el sujeto social no profesional; ahí se intercambia la información, se teje la urdimbre del proceso de conocimiento etnográfico. A partir de la entrevista se descubre y analiza el mundo social obviado en la vida cotidiana; la entrevista abre la vida ordinaria y la torna extraordinaria, pues en la situación de entrevista el mundo social se pone en duda, se construye como objeto de estudio. La vida cotidiana y la historia se transportan a un nivel consciente. La situación de entrevista rompe el orden convencional e introduce la sorpresa del darse cuenta, descubrir lo que ya se sabía, entender lo que era evidente. La entrevista inaugura un nuevo orden de la vida social. (Galindo, 2010, p. 264)

A entrevista precisou ser conduzida na forma de uma conversa em que as informações relevantes, tanto para a entrevistadora quanto para a entrevistada, pudessem ser compartilhadas no sentido de uma troca de saberes e experiências. De acordo com Dutra (2013), ao realizar a entrevista cabe a pesquisadora ter um olhar sensível e interessado, capaz de captar o relevante, é o espaço da aproximação com o empírico, no sentido de que é preciso entender para poder interpretar e explicar.

O agendamento das entrevistas e os ajustes quanto a dia, horário e duração das conversas foram feitos diretamente com as mulheres candidatas e/ou vereadoras, via aplicativo de mensagens. A duração das entrevistas variou em torno de uma hora à uma hora e meia. As sujeitas da investigação interagiram com a pesquisadora de maneira livre, aberta. Algumas fizeram questão de contar suas histórias de vida desde a infância até chegarem ao começo da militância nos movimentos sociais, coletivos, diretórios e sindicatos e até a militância orgânica nos partidos. A investigadora procurou apurar sua capacidade de escuta e interromper o mínimo possível, valorizando a relação de confiança estabelecida. As poucas intervenções realizadas

serviram para sanar alguma dúvida, esclarecer alguma questão que poderia suscitar dúvidas no momento da transcrição. As transcrições das conversas apresentadas nas análises procuraram preservar os modos e as expressões de fala das investigadas. A análise foi organizada em duas etapas. Na primeira parte da análise, quando foi explorada a categoria história de vida, as transcrições literais foram incluídas no corpo da pesquisa e, na medida do possível, integralmente. Nomes de pessoas alheias à pesquisa foram omitidos.

Sendo as entrevistas o alicerce para a busca de possíveis respostas para as indagações que constituíram o problema-objeto desta investigação, a pandemia de SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus constituiu-se em uma variável importante, uma vez que alterou os processos de realização das entrevistas e impôs a necessidade de reinventarem-se as formas de interação entre pesquisadora e entrevistadas. As entrevistas realizadas via internet ao mesmo tempo em que reduziram as possibilidades de observação do entorno e da linguagem corporal e, aparentemente tornaram a situação mais formal ou burocrática, também puderam tornar-se uma oportunidade de ampliar o diálogo entre entrevistadora e entrevistadas, no sentido de abrir janelas para outras formas de intercâmbio, conforme já foi referido na introdução deste trabalho.

3.4. Perfil das Sujeitas da Pesquisa

A investigadora compartilha do posicionamento de Kilomba quanto à necessidade de “focar no sujeito” (Kilomba, 2014, p.82) ao realizar-se uma pesquisa. Essa aproximação teórica justificou a opção de nomear as sujeitas da investigação por nomes de mulheres negras que tiveram suas histórias marcadas pelo protagonismo nas lutas pela igualdade de direitos, pelos direitos humanos e pela liberdade. Com o intuito de dar sentido às escolhas dos nomes fez-se um relato breve das histórias de cada uma dessas mulheres que inspiraram as escolhas dos nomes.

Marielle Franco foi uma vereadora da cidade do Rio de Janeiro, socióloga e mestre em Administração Pública, militante dos direitos humanos, direitos das mulheres e das comunidades periféricas. Foi assassinada junto ao seu motorista, em 18 de março de 2018. Os assassinos estão presos, porém os mandantes e as razões para o assassinato continuam um mistério.²⁸ Dandara de Palmares, guerreira do Quilombo dos Palmares, o maior quilombo das

²⁸ Instituto Marielle Franco. Disponível em: www.institutomariellefranco.org Acesso em: 29 de março de 2021.do

Américas, foi uma liderança feminina que lutou contra a escravização²⁹. Tereza de Benguela foi líder do Quilombo do Quariterê, localizado na fronteira do Mato Grosso com a Bolívia. Não se tem certeza se nasceu na África e foi trazida para cá ou se já nasceu no Brasil. O que se sabe é que viveu no século XVIII, foi casada com o chefe do quilombo e, após sua morte, assumiu o lugar dele. Junto à população indígena resistiu à escravização. Era chamada de Rainha Tereza. O dia 25 de julho é o dia da Mulher Negra em sua homenagem³⁰. Luiza Mahin era mãe de Luís Gama, poeta e abolicionista³¹. De acordo com Gonzalez (2019), a história tem poucos registros a respeito da vida de Luiza Mahin. Há indícios de ela seja originária da nação africana conhecida como Mahin. Participou da Revolta dos Malês, a maior revolta urbana de escravos no Brasil. Foi exilada. Almerinda de Farias foi jornalista, escritora, advogada e sindicalista. Fez parte da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino junto com Bertha Lutz. Uma das poucas, senão a única mulher negra e sindicalista a lutar pelo direito ao voto feminino. Sua história é contada no capítulo I dessa dissertação. Carolina de Jesus é mineira da cidade de Sacramento, nasceu em 14 de março de 1914 e faleceu em fevereiro de 1977. Em 1947, mudou-se com a família para São Paulo. Morou na favela do Canindé. Sustentava seus filhos recolhendo materiais recicláveis. Leitora aplicada e escritora, seus livros são o registro de seu cotidiano na favela. É autora de Quarto de Despejo, livro traduzido em treze idiomas³². Em fevereiro de 2021 a Universidade Federal do Rio de Janeiro concedeu a Carolina o título de Doutora Honoris Causa. Maria Felipa liderou um grupo de mulheres e homens que atuaram pela independência do Brasil. Quase não é referenciada nos livros de história³³.

Nomear as mulheres sujeitas do estudo com nomes de mulheres negras fundamentais para a história das lutas pela libertação do povo negro foi uma forma de reconhecimento às histórias das mulheres que vieram antes e às mulheres que, de alguma maneira, continuam seus legados. No quadro há informações a respeito da formação, profissão, moradia, e período de candidatura de cada uma das sujeitas entrevistadas, nomeadas, conforme o descrito no parágrafo acima: (Figura 13)

²⁹Fundação Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=33387> Acesso em 29 de março de 2021.

³⁰ Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/bibliotecacecult/noticias/220-tereza-de-benguela-a-escrava-que-virou-rainha-e-liderou-um-quilombo-de-negros-e-indios> Acesso em 29 de março de 2021.

³¹ Fundação Palmares. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=26864 Acesso em 29 de março de 2021.

³² Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus> Acesso em 29 de março de 2021.

³³ Disponível em: <https://www.cms.ba.gov.br/intranet/artigo/6> Acesso em: 29 de março de 2021.

Figura 13: Quadro Perfil Sujeitas da Pesquisa

Marielle Faixa etária 20-30	Filha. Moradora da periferia da cidade de Porto Alegre, estudante do curso de Direito. Candidata em 2020.
Dandara Faixa etária 30-40	Filha, professora de Educação Física da Rede Estadual do Rio Grande do Sul. Concorreu em 2016. Em 2020 foi a candidata mais votada entre todas/os candidatas/os da cidade de Porto Alegre.
Tereza de Benguela Faixa etária 50-60	Filha e mãe de três. Moradora da periferia da cidade de Porto Alegre. Estudante do curso de Direito. Conselheira Tutelar. Candidata em 2020.
Luiza Mahin Faixa etária 40-50	Filha e mãe de três. Moradora da periferia da cidade de Santana do Livramento. Conselheira Tutelar. Candidata em 2016. Estudante do curso de Serviço Social.
Almerinda Faixa etária 40-50	Filha e mãe. Agitadora cultural. Mulher do Hip Hop. Estudante do curso de Serviço Social. Vive na cidade de Porto Alegre.
Carolina de Jesus Faixa etária 30-40	Filha. Moradora da periferia da cidade de São Borja. Assistente Social. Mestre em Ciências Sociais. Primeira candidatura em 2020. Foi a mais votada da cidade.
Maria Felipa Faixa etária 50-60	Filha. Mãe de um. Pedagoga. Sindicalista. Foi candidata em 2020. Vive na cidade de Porto Alegre.

Elaboração própria

Sintetizando, este capítulo apresentou a opção metodológica e as bases teóricas que sustentaram essa escolha. O subcapítulo 3.1 detalhou as razões para a escolha da abordagem qualitativa e da metodologia da análise de conteúdo para a análise dos dados coletados. As estratégias para a seleção dos partidos e das entrevistadas constaram no subcapítulo 3.2. O último subcapítulo trouxe o perfil das entrevistadas e a síntese das histórias das mulheres que inspiraram a nomeação de cada entrevistada.

O capítulo que segue analisa os entrelaçamentos entre os depoimentos e os conteúdos dos documentos partidários.

Capítulo IV

4. Tramas de Vida e de Militância

4.1. As Tramas Partidárias

Analisar, na sua totalidade, os programas dos três partidos envolvidos na investigação foge ao escopo do estudo aqui apresentado, por essa razão foram destacadas apenas algumas proposições constantes nesses documentos, especificamente as que interessaram ao estudo que está sendo proposto. No exame dos documentos dos partidos envolvidos nesta pesquisa encontraram-se pontos em comum relacionados às categorias gênero, etnia/raça e classe. Os três partidos comprometeram-se, nos documentos examinados, a respeitar, incluir e trabalhar com a diversidade.

O Partido Comunista do Brasil (P C do B), na sua apresentação, traz explícita a intenção de atender a diversidade. O artigo 18 do programa, letra h, trata especificamente dessa questão ao apontar as “contradições estruturais da sociedade brasileira”, citando como essencial para a superação das mesmas a necessidade de derrubar as “barreiras e os limites à emancipação das mulheres, alimentados pela lógica do capital e pelos preconceitos de gênero”. Nesse artigo também há o reconhecimento da potência da mulher como sendo mais da metade da população Brasileira. O partido não coloca como ponto importante, nem na sua apresentação, nem no seu programa, a categoria etnia/raça. Essa categoria vai aparecer no artigo 58 que coloca a luta contra o racismo aliada à luta de classe como “(...) parte integrante do projeto de emancipação social e nacional pelo qual luta o Partido (...). A versão³⁴ mais recente do estatuto do Partido Comunista do Brasil adota linguagem inclusiva e, nos artigos 53, 54 e 55, expõe suas determinações e seus compromissos com as mulheres (Estatuto do P C do B, 2017). Esses artigos foram analisados posteriormente, entrelaçados com a narrativa sobre a construção da candidatura e o acompanhamento da campanha eleitoral de Maria Felipa.

O Partido dos Trabalhadores, na sua carta de princípios, compromete-se com os interesses populares e solidariza-se com “as massas oprimidas do mundo”³⁵. O estatuto do partido não apresenta artigos específicos para encaminhamento das questões de gênero e de

³⁴14º Congresso do Partido Comunista do Brasil, Brasília, 17/19 de novembro de 2017. Disponível em: <https://pcdob.org.br/>. Acesso em 11 de janeiro de 2021.

³⁵ Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/> Acesso em 11 de janeiro de 2021.

étnia/raça. Na leitura do estatuto, percebeu-se a adoção da linguagem inclusiva. Conforme se pôde ler nos documentos partidários, o Partido dos Trabalhadores foi o primeiro a adotar critérios de paridade entre mulheres e homens na direção partidária, por meio da instituição de cotas que consideram “critérios de gênero, geracional e étnico-racial³⁶” (Estrutura do Partido dos Trabalhadores, s.d)

O Partido Socialismo e Liberdade tem escritos, na terceira parte de seu programa, seus compromissos de combate ao racismo, contra a opressão dos negros e em defesa dos direitos das mulheres. O item 15 faz referência às relações de classe e gênero e aponta a necessidade de formularem-se políticas públicas de geração de emprego e moradia, dirigidas às mulheres³⁷ (Estatuto do PSOL, 2009).

4.2. Axé, Dandaras³⁸

Figura 14: Sem título, série Jatobá



Fonte: <https://ocula.com/art-galleries/mendes-wood-dm/artworks/rosana-paulino/sem-titulo-serie-jatoba/>

³⁶ Estrutura do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br/estrutura-partidaria/> Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

³⁷ Programa e estatuto do Partido Socialismo e Liberdade. Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/> Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

³⁸ Título de um artigo de Lélia Gonzalez incluído nas referências bibliográficas.

A imagem escolhida para abrir este subcapítulo é a poderosa obra da artista Rosana Paulino que pertence à série Jatobá. O Jatobá³⁹ é uma árvore cujo nome vem da língua Tupi, é encontrada em vários biomas no Brasil e tem por característica produzir frutos duros e madeira nobre. Durante muito tempo tribos indígenas brasileiras fizeram uso dessa árvore em seus rituais. A obra da artista é um convite para que se estenda o olhar sobre as diversas leituras que uma obra de arte pode suscitar. Aqui se fez a leitura do Jatobá como representação da força vital potente, criadora e feminina. As mulheres convidadas a participarem da presente investigação, parecem-se com os Jatobás: fortes e de madeira nobre, encarnando a força do poder negro feminino em lugares onde as vozes ouvidas são predominantemente brancas e masculinas.

Considerando que é importante demarcar o lugar de onde as sujeitas da investigação anunciaram sua capacidade de agência e enunciaram suas trajetórias, registram-se suas histórias de vida e militância nos parágrafos abaixo. As histórias contadas por elas foram entremeadas por observações da pesquisadora, buscando nunca interferir ou modificar os relatos/conteúdos das falas. As observações tiveram o propósito de atentar para os escritos teóricos que alicerçaram a pesquisa e manter o foco no problema, nos objetivos e nas premissas formuladas. As análises das entrevistas foram organizadas em duas partes que cruzadas com os objetivos propostos e as premissas formuladas, exploradas, explicitadas e comentadas nos parágrafos subsequentes. Esta primeira parte da análise foi realizada a partir do lugar de onde estas mulheres contaram suas histórias. As categorias de análise desenvolvidas no capítulo teórico fizeram um diálogo constante com as narrativas das entrevistadas.

Elas por elas:

³⁹ Disponível em <http://www.cerratinga.org.br/jatoba/> Acesso em 07 de Janeiro de 2021

Figura 15: Marielle⁴⁰



Marielle: Tenho 21 anos e comecei minha militância em 2018 quando fui ingressar no curso de Direito na UFRGS. Eu tive problemas na entrega da minha documentação. Tinha que entregar a documentação do pai e eu não tenho contato com o meu pai. Aí, eu conheci o coletivo Juntos⁴¹. Eu era muito fora da política e comecei a me interessar por grupos políticos que tenham demandas e trabalhos na sociedade que nem o Juntos que trabalha na Universidade, que tem trabalhos nas escolas, que luta com os trabalhadores. Eu queria conhecer espaços assim. O assassinato da Marielle foi um baque. Eu sei que muitos jovens negros morrem mas por ela ser uma vereadora e terem feito aquilo com ela mostra que não importa o lugar onde a gente esteja nosso corpo sempre vai ser alvo. Eu comecei a me perguntar muitas coisas. Teve a eleição em que o atual presidente venceu. Eu fiz campanha para deputado estadual e federal. Eu já estava fazendo militância na universidade, no movimento negro. A militância pelas mulheres negras está intrínseca em mim. Eu carrego em mim. Não que tenha que falar só sobre isto, mas tudo gira em torno disto. Porque eu moro na vila. Desde a dificuldade em entrar na universidade. Em uma pesquisa da qual eu fiz parte e que foi capa da Zero Hora em 2019 foi concluído que gênero e raça eram determinantes para a nota do ENEM⁴². As mulheres negras tiravam as notas mais baixas. Tudo pelo contexto social. Eu acabo tendo que falar sobre esses assuntos porque são coisas que me rodeiam. Essas são as pautas que a gente trabalha e a periferia. Eu moro na vila e falo sobre isto porque são os problemas que me atravessam. E que não atravessam só a mim, mas a boa parte da população. (...) Dentro do partido tem corrente internas. Eu sou da Esquerda Socialista. Não sei como funciona nos outros grupos. Como eu te disse o Juntos foi o coletivo que eu representei. O Juntos e a juventude. (...) Teve uma votação dentro do próprio coletivo. Eles me escolheram pelo meu perfil: mulher negra, moradora da periferia. Não só por ter um corpo de representação, mas por conta de quem está na base da sociedade são as mulheres, são os negros e deve ter representação nos espaços de decisão.

⁴⁰ Marielle, Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/arrhakis/40913951211/> Acesso em: 04 de março de 2021

⁴¹ Coletivo jovem da corrente Esquerda Socialista do Partido Socialismo e Liberdade.

⁴² Disponível em: gauchazh.clicrbs.com.br/educacao-e-emprego/noticia/2019/07/analise-de-dados-dos-candidatos-indica-que-raca-e-genero-sao-determinantes-para-nota-do-enem-cjyk5s40u055401ms6f3flsga.html. Acesso em 17 de fevereiro de 2021.

Figura 16: Dandara ⁴³



Dandara: Sou daqui, de Porto Alegre. Morei na zona sul, Camaquã até vir para o Partenon, na zona Leste. Agora moro com meu namorado. Sou filha de funcionários públicos. Cresci no Floresta Aurora⁴⁴, na escola de samba, nos terreiros. No diretório Acadêmico da ESEF entrei na luta para desvincular as cotas raciais das cotas sociais por entender que são problemas distintos. O problema social é diferente é diferente do racismo, pois independente da tua classe social tu vai ser impactado pelo racismo e a gente queria desvincular as cotas, bancas coletivas para evitar as fraudes. Somente a auto declaração não basta. Isto depois de 2012 nós tivemos que ocupar a UFRGS diversas vezes justamente para ir qualificando a política pública. Foi assim que me encontrei dentro do movimento estudantil, me encontrei dentro do movimento social negro. Em 2012 depois deste processo a gente criou o coletivo Negração que é o primeiro coletivo de cotistas da UFRGS e a partir do Negração começamos a organizar agendas de calouros negros, a acolhida social e psicológica desta camada dentro da UFRGS que normalmente ficava meio fragmentada nos campos. A gente não conseguia se enxergar. Fiz filiação partidária em 2016.

⁴³ Dandara. Disponível em: <https://todosnegrosdomundo.com.br/a-forca-de-dandara-dos-palmares/> Acesso em 04 de março de 2021.

⁴⁴ Sociedade Floresta Aurora, clube da comunidade negra de Porto Alegre. Disponível em: <http://florestaaurora.blogspot.com/2009/11/137-anos-de-historia.html>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

Figura 17: Tereza de Benguela⁴⁵



Teresa de Benguela: Eu sou acadêmica de Direito desde 2001 e não consigo terminar. Esta é uma questão de mulher de vila sempre tendo que priorizar outras demandas. Tenho dois filhos e uma filha. Sou a filha da dona Marli e do Seu Vitor. Sou conselheira tutelar. A minha família veio prá Porto Alegre fugindo das enchentes lá do Alegrete. Eu tinha 6 anos quando a gente veio, mas me lembro de algumas situações, da miséria, do desemprego de uma época em que as pessoas não tinham nem o serviço de saúde. Tudo dependia de grana. Lá em Alegrete a gente morava na rua chamada ribeirinha, beira do rio. Em 76 a gente chegou a Porto Alegre. Meu pai veio trabalhar como zelador de um prédio na rua Santo Antônio, no bairro Bom Fim. O emprego veio através da minha tia, inclusive minha madrinha, que trabalhava com uma família que tinha apartamento no prédio. Minha mãe fazia faxina. Ali a gente tinha moradia, luz e água. A gente veio morar em uma área central da cidade. Meu pai ganhava salário mínimo, era classe trabalhadora, mas as condições de vida eram muito melhores. (...) Minha mãe sempre foi uma mulher muito obstinada, não se conformava. Já em Alegrete era liderança comunitária. Em menos de um ano já tinha mudado de emprego. Ela conseguiu uma vaga de caixa em um mercado na esquina. Em seguida foi trabalhar como assistente de um contador. Em pouco tempo já tinha adquirido muitas coisas prá nossa casa. (...) Eu comecei a estudar ali no Bom Fim. (...) O Ensino Médio fiz na escola Piratini. Hoje com minha consciência de raça e classe entendo que estava dentro, mas estava fora. Lembro de não ser convidada para as festas. (...). Vivi em um ambiente de violência doméstica. Terminei o ensino médio e só queria vazar de casa. Não pensava em ir prá universidade. Eu não tinha referência de alguém que tivesse entrado. (...) Quando meu pai foi demitido foram morar na Bonja⁴⁶. Minha mãe fez o curso de promotora popular na Themis, uma ONG de assessoria jurídica e começou a se envolver com as mulheres da comunidade. O casamento deles acabou. (...) Eu tinha voltado prá casa depois que meu casamento tinha acabado também. (...) Minha mãe se envolveu com o Partido do Trabalhadores. Trouxe a estrutura do Orçamento Participativo para a vila. A comunidade sofreu uma grande transformação. (...) Surgiu a Unidade de Reciclagem, aqui na Vila Pinto. Ali começou um trabalho com as mulheres. Chegamos a trabalhar em três turnos. (...) Quando Fogaça⁴⁷ assumiu já tínhamos inaugurado o Centro Cultural, que foi demandado pelas mulheres que não tinham onde deixar seus filhos. (...)

⁴⁵ Teresa de Benguela. Disponível em: <https://www.brasilcultura.com.br/cultura-popular/dia-da-mulher-negra-latina-e-caribenha/>. Acesso em 21 de março de 2021.

⁴⁶ Bairro Bom Jesus, zona leste da cidade de Porto Alegre. Disponível em: <http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regioes=56.0.0>. Acesso em 07 de fevereiro de 2021. Neste bairro fica localizada a Vila Pinto.

⁴⁷ Prefeito de Porto Alegre gestão 2005/2010. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131966/biografia>

Comecei a trabalhar organicamente com minha mãe após ser demitida do meu emprego. Até 2001 eu só trabalhava voluntariamente. Eu era gerente de farmácia. (...) Em 2011 eu já estava envolvida com as eleições para o Conselho Tutelar. (...) em 2019 tive duas eleições. Para presidente da zonal do partido e para o Conselho Tutelar. (...) E começaram as sondagens para uma possível candidatura a vereadora. Antes de dizer sim busquei ouvir pessoas que eu julgava importantes na minha caminhada. (...)

O conceito de capital familiar desenvolvido por Machado et. al. (2013), enquanto propulsor de uma carreira política, pôde ser observado na história de Teresa de Benguela que, de certa maneira, por meio da atuação político-partidária da mãe, passou a conhecer e a participar da estrutura de um partido político, ao mesmo tempo em que trabalhava na iniciativa privada. Essa foi uma avaliação desta pesquisadora, que deve ser tratada com muito cuidado, uma vez que a mãe de Teresa de Benguela não teve uma carreira política partidária nos moldes tradicionais. Aqui não se tem uma candidata amparada no histórico político de uma família com tradição no campo da política partidária, nem com poder econômico suficiente para sustentar uma candidatura; mas sim, a capacidade de agência de mãe e filha. A mãe, cuja atuação no movimento comunitário abriu caminhos para o ingresso da filha no Partido dos Trabalhadores e posterior candidatura da mesma ao legislativo municipal. As atividades comunitárias e partidárias da mãe foram significativas o suficiente para fazer de sua filha uma pessoa conhecida dentro das estruturas partidárias. A premissa que aponta para a importância do capital familiar e o quanto ele pode ser decisivo para o ingresso ou não na carreira política, confirmou-se na candidatura de Teresa de Benguela.

No caso de Marielle, a mais jovem entrevistada, a porta de entrada para a militância orgânica no partido e posterior candidatura foi sua participação no coletivo Juntos que articulou a militância da juventude na Esquerda Socialista, corrente do Partido Socialismo e Liberdade. No seu relato ela ressaltou a influência de uma professora e de um professor militantes do partido. Ambos lecionavam no cursinho popular que ela frequentava. Ela também chamou a atenção para a assessoria/ajuda que recebeu do coletivo Juntos, quando teve problemas para efetivar a matrícula como cotista do curso de Direito da UFRGS. A capacidade de agência dentro do movimento jovem foi decisiva para ser reconhecida como alguém com potencial para ser eleita. É importante destacar o fato de Marielle ser moradora da periferia de Porto Alegre e conhecer as dificuldades da população que ali vive e que depende diretamente de serviços públicos básicos, como transporte, saúde e educação. Dessa maneira, quando Marielle abordou esses assuntos falou do lugar de quem vivencia os problemas e tem legitimidade para

reivindicar. (...) *“Eles me escolheram por conta do meu perfil. Sou uma mulher negra e moradora da periferia, não só por ter um corpo de representação, mas por quem está na base. Mulheres negras precisam ocupar esses espaços. Não só como figura figurativa, ficando por trás das coisas”* (Marielle). O partido ao avaliar sua candidatura, provavelmente reconheceu sua história.

A capacidade de agência de Dandara, conhecida e exercida na organização do movimento estudantil, talvez tenha sido o capital político que a credenciou para a entrada na militância partidária. Dandara também relatou suas vivências nas escolas de samba, nos terreiros e na Sociedade Floresta Aurora. Ambos são espaços nos quais as mulheres negras tradicionalmente exercitam sua capacidade de agência e que, muitas vezes, podem capacitá-las para a elaboração e a execução de projetos de inclusão e de valorização das comunidades periféricas.

Dandara: Então, quando a gente decide concorrer em 2016, decidi concorrer enquanto coletivo. Primeiro a gente fez a discussão no coletivo prá depois fazer a discussão dentro do partido. E o partido basicamente aceitou, O partido é um partido de correntes e me registrou como uma candidata da corrente Alicerce. Não teve uma discussão em torno de programa, de como as vereanças iam se portar em relação a majoritária. Simplesmente a gente veio e foi isto. Tivemos autonomia para conseguir construir uma candidatura do nosso jeito.

Figura 18: Carolina de Jesus⁴⁸



Carolina de Jesus: Tenho 37 anos. Tenho um companheiro há 13 anos. Mesmo tempo da Girassol. Não tenho filhos, sou servidora pública em Itaqui. Assistente social, concursada há 7 anos. Tenho mestrado em Ciências Sociais Pela PUC/RS. Tenho duas especializações: em Políticas Públicas em Violência Intrafamiliar e em Comunicação não Violenta e Cultura de Paz que terminei em 2019. Minha candidatura surgiu com o amadurecimento dos movimentos sociais aqui de São Borja. Eu trabalho e atuo dentro do movimento social já há 13 anos. É um movimento que se chama Girassol Amigos da Diversidade. É uma instituição que trabalha na perspectiva da proteção dos direitos fundamentais, dos direitos sociais, na garantia do acesso às

⁴⁸ Carolina de Jesus. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/58-carolina-maria-de-jesus>
Acesso em 4 de março de 2021

políticas públicas com qualidade às minorias sociais estigmatizadas e que estão de alguma forma no centro das ações do estado. A gente trabalha com a população LGBTQI+, com a população negra, com mulheres e uma das nossas perspectivas é o acesso à cidade. Sempre trabalhamos muito próximas da gestão pública. A gente é do Conselho da Saúde, do Conselho da Mulher. A gente é conselheira estadual LGBT. Embora eu seja filiada ao Partido dos Trabalhadores a decisão desde 2015 a decisão sobre a candidatura foi coletiva. Venho recebendo muito convites para diversas entrevistas e tenho aceitado todos porque a gente precisa transformar esse momento. Quando a gente que está na periferia perceber o poder que nós temos não vamos mais precisar negociar nossas vidas, nossos direitos.(...)

Figura 19: Luiza Mahin⁴⁹



Luiza Mahin. Sou mulher, negra, tenho 45 anos e três filhos. Falo muito. Sou filha única de uma empregada doméstica. Sempre tive incentivo para estudar. Sou formada em técnica de contabilidade. Quando terminei a escola, que me formei, fui pra área do trabalho. Buscar trabalho porque naquela época nós tínhamos aqui apenas a ASPES e o valor das mensalidades era como um salário mínimo. Sempre tive espírito de liderança e fui praticando isto quando comecei a participar dos grupos de jovens ainda na Igreja Católica, hoje sou evangélica. Aos 9 anos iniciei. Com 12 anos eu já participava da associação de moradores do meu bairro, vila Nova Livramento. Foi onde eu depois de adulta fui presidente por duas gestões. Com 16 anos fui convidada a participar da UNAMOS (União das Associações de Moradores), onde fui presidente também por duas gestões. Fui aprendendo muito com os movimentos comunitários. Aos 19 anos me filiei ao Partido dos Trabalhadores e comecei minha militância partidária. Sempre gostei muito da ideologia do partido. Enquanto eu era presidente da associação dos moradores também fui assessora de um vereador pra pegar experiência. Estive por dois anos na assessoria do vereador e na gestão do prefeito Glauber fui coordenadora do gabinete de relações comunitárias que fazia o orçamento participativo. Fizemos um bom trabalho. Tive um retorno. Pena que tem coisas que não acontecem. Muitas das demandas do orçamento participativo não foram concretizadas. Foi uma experiência muito boa e serviu para me candidatar a vereadora. Fiz 290 votos. Sempre fui simpatizante do movimento negro e na época em que fui assessora

⁴⁹ Luiza Mahin. Disponível em: <http://sambio.org.br/luiza-manin/#.YEEa2jATIV> Acesso em 04 de março de 2021

na câmara eu e um grupo de amigos e amigas criamos a ASNIR (Associação Santanense de Negritude). Nós temos aqui em Livramento um quilombo. É um quilombo diferente dos outros. É um quilombo na área rural. São pessoas do campo. Vou confessar que parei um porque preciso terminar a faculdade, faço Serviço Social e sou Conselheira Tutelar. Antes de trabalhar na política trabalhei por 20 anos no comércio e fui aluna da UNIPAMPA no curso de Relações Internacionais que não conclui pois engravidei e acabei desistindo.

Figura 20: Almerinda de Farias⁵⁰



Almerinda: A minha militância começa, tem como ponto de partida no momento em que entendi que vivo numa sociedade que não garante direitos prá negros, pobres, mulheres, juventude. Nos anos 80 eu era uma jovem inquieta e começo a ver a sociedade a partir do meu bairro. Naquela época eu já morava na Cruzeiro⁵¹. É um lugar onde muita gente às vezes tem vergonha de dizer que mora porque é um bairro que toda hora a mídia diz que é de ladrão, tráfico. Eu vim de um bairro de classe alta. Quando criança, nós nunca tivemos uma casa nossa. Morávamos na casa dos patrões, minha mãe, meu pai e eu. A gente não podia viver de uma forma nossa. Vivemos assim até parte da minha adolescência. Nunca tive meu quarto, nunca tive privacidade. E isto é importante a gente falar pros filhos e netos, sobre a exploração que dá no mercado de trabalho. Meus pais viviam esgotados, sem descanso porque viviam o universo dos patrões. Minha mãe é minha socióloga, ela sempre me ensinou sobre minha realidade na casa dos patrões. E isto me fez entender muitas coisas depois de jovem adulta. Com 14 anos comecei a trabalhar no McDonalds. Sempre estudando e sempre me deparando com o racismo. O meu caminho pela esquerda me fez entender a luta de classes, a luta do povo da periferia, das mulheres negras da periferia. Eu continuo fazendo isto há 26 anos. A minha trajetória vem do hip-hop. Prá ser vereadora é preciso ter uma base social de sustentação, de referência. Eu sou uma mulher do hip-hop. Eu trabalho dentro de uma cultura feita por homens, extremamente machistas. Sou afilhada do Mano Brown. Fui indicada pela Mídia Ninja, com o Movimento Nacional de Favelas. Não existe uma pessoa ser candidata por ela só. Trabalhei nos governos

⁵⁰ Almerinda. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/arquivo-pessoal/AFG/audiovisual/almerinda-farias-gama> Acesso em 4 de março de 2021.

⁵¹ Região muito populosa da cidade de Porto Alegre. Disponível em: <http://portoalegremanalise.procempa.com.br/?regioes=11,0,0> Acesso em 4 de fevereiro de 2021.

do Olívio, do Lula e da Dilma. Viajei muito: Índia, Tunísia, Peru. Na Tunísia conheci a filha do Frantz Fanon. Faço graduação em Serviço Social.

Figura 21: Maria Felipa⁵²



Maria Felipa: Eu começo minha militância no P C do B com 14 anos. Quando eu entrei no ensino médio no Júlio de Castilhos eu conheci o P C do B porque eu tinha amigas que já tinham uma militância. O P C do B na época era ilegal, não era clandestino. Tava lutando pela legalidade assim como alguns partidos lutam pela legalidade hoje. Estava se legalizando, isto foi na década de 80. Particpei no Grêmio Estudantil e dentro do P C do B comecei minha formação política. Fundei a União da Juventude Socialista, que era onde a militância jovem militava. Uma formação política muito voltada para a questão da classe, da luta de classes. A centralidade da luta de classes. Eu me entendia como uma mulher negra, mas naquela época era muito controverso, ainda não era um debate do partido. O debate que o partido tinha era contra toda forma de opressão, obviamente contra o fascismo, contra o machismo, mas que isto viria com a queda do capitalismo e com a construção de uma nova sociedade. Minha construção de militância começou no movimento estudantil, depois fui prá UFRGS, direção do DCE. Em 95 eu engravidei e afastei um pouco da militância orgânica no P C do B. Me mantive em contato acompanhando opiniões políticas, mas não organicamente. No início dos anos 2000 quando meu filho tinha uns cinco anos eu começo a me interessar por organizações de mulheres negras. Também tem todo aquele debate que vem com a lei 10.639⁵³. Começa toda uma efervescência dos governos de esquerda e se debate mais a questão racial e do feminismo. Na SEMU eu começo a compreender melhor esta questão. Na época a gente falava do racismo institucional, um pouco anterior ao racismo estrutural. Construo junto com a SEMU e UFRGS um curso sobre a lei 10.639. A gente traz o presidente de Moçambique para a aula inaugural na UFRGS. Veio a falecida Azoilda⁵⁴. Daí eu ingresso na Prefeitura de Porto

⁵² Maria Felipa. Disponível em: <http://www.mulheres.ba.gov.br/2016/06/1185/Governo-do-Estado-reforca-Julho-das-Pretas-2016.html> Acesso em 05 de março de 2021.

⁵³ Lei 10.639/2003 inclui a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na Rede de Ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 29 de janeiro de 2021.

⁵⁴ Azoilda Loretto da Trindade foi uma intelectual negra brasileira. Disponível em: <https://publicacoes.degase.rj.gov.br/index.php/revistaau/article/download/19/15>. Acesso em 29 de janeiro de 2021.

Alegre e volto a militar organicamente dentro do P C do B através do movimento sindical.

Almerinda tem sua vida de militância partidária associada ao movimento Hip Hop. Esse fato já se constitui em um fato muito relevante, uma vez que a presença de uma mulher nesse espaço configura um desvio de rota, visto que ele é majoritariamente masculino e reconhecidamente machista. Embora ela relate que é filiada ao Partido dos trabalhadores há 26 anos, nunca tinha sido candidata. A partir de sua fala foi possível inferir que a base social que a credenciou para a candidatura foi sua atuação em diversos movimentos sociais e culturais. Ser moradora de uma comunidade que pela carência costuma ser estigmatizada e na qual a maioria da população depende das políticas públicas marcou seu lugar social dentro da estrutura partidária.

Maria Felipa e Dandara tiveram trajetórias um pouco diversas das demais entrevistadas no que se referiu à estrutura financeira de suas famílias. Ambas não relataram significativas dificuldades financeiras ao longo de suas infâncias e adolescências. Maria Felipa iniciou militância no Partido Comunista do Brasil muito cedo. A militância partidária foi concomitante com a militância no movimento estudantil. Ela contou que o começo da sua formação político-partidária foi marcado pelo direcionamento das discussões, quase que exclusivamente, sobre a superação do capitalismo. Porém, na trajetória de construção de sua identidade como mulher negra dentro do partido, ela buscou formas de firmar sua autodefinição. Ela já considerava que as lutas contra as diferentes formas de opressão precisavam ser concomitantes, travadas em conjunto e coletivamente. Nessa parte do seu depoimento, Maria Felipa falou sobre a intersecção gênero e etnia/raça nas discussões partidárias e apontou diferenças no ritmo para a elaboração de propostas. Segundo sua narrativa, as propostas relacionadas às mulheres tiveram maior rapidez quanto à elaboração e aprovação, se comparadas às propostas sobre racismo. Essa foi uma observação pertinente e coerente com os avanços do feminismo no Brasil. Ressalte-se mais uma vez que a lei eleitoral prevê cotas para mulheres e não cotas raciais. Uma das interrogações que a presente pesquisa fez foi exatamente quanto à ocupação dos espaços partidários pelas mulheres negras a partir da adoção das cotas de gênero.

Maria Felipa: (...) A gente não via o racismo como estrutural. Colocar a luta de forma igual, inteseccional raça, classe e gênero é uma discussão posterior. (...) A gente começa a compreender melhor esta questão da inserção da mulher, dos espaços mesmo dentro dos partidos da esquerda a gente tinha que fazer esta disputa tanto quanto a questão da mulher como em relação ao racismo. Mas dentro do P C do B surge a UNEGRO, a UBN. Começam a surgir estas

organizações mais específicas. Avançamos mais na questão da mulher do que na questão do racismo. Na questão racial a gente tem um caminho mais longo prá trilhar. (...) Porque é uma questão de percurso e não de capacidade. (...) Tudo foi um crescimento prá mim do ponto de vista de me enxergar com mulher negra e trazer estas pautas para todos os lugares.

Luiza Mahin e Maria Felipa trouxeram relatos semelhantes sobre os intervalos que precisaram fazer em sua atuação nos movimentos sociais e partidários quando engravidaram. Com relação aos atributos requisitados para uma mulher que deseja ocupar espaço nas esferas do poder, Miguel (2003) indica que a disputa por tais espaços requer recursos de ordem material e simbólica, pois envolve enfrentar, inclusive, o cuidado com as/os filhas/os. Na busca por espaços nos movimentos sociais e na política partidária, a gravidez pode representar uma dificuldade e pode também servir para marcar lugares sociais diferenciados. Uma mulher branca, de classe média, terá dificuldades menores para ocupar espaços de poder do que mulheres de outras dimensões étnico/raciais e de classes sociais menos favorecidas. Nesse sentido, Biroli argumenta que os obstáculos que as mulheres enfrentam para ocupar espaços na política representam um problema para todas, mas “os efeitos da participação desigual não as atingem da mesma forma, podendo até preservar as posições vantajosas de algumas sobre as outras” (Biroli, 2017, p.171). Os depoimentos de Luiza Mahin, Almerinda e Marielle reforçaram o argumento e chamaram atenção para a lógica de subordinação que historicamente a sociedade brasileira vem impondo às mulheres negras (Gonzalez, 2020).

Luiza Mahin: Nós mulheres negras temos que lutar prá que sejamos empresárias, assistentes sociais, advogadas e não simplesmente empregadas domésticas (...). A minha mãe era empregada doméstica e com isto me deu estudo. Não que não possa ser empregada doméstica, mas sim que consigam conquistar outros espaços que não eram conquistados antigamente. Muitas que se formaram junto comigo só conseguiram trabalhar de empregadas domésticas (...) eram as oportunidades oferecidas para as jovens negras. Algumas vagas em supermercados e poucas em lojas. (...) A gente precisa sempre ser muito melhor do que uma mulher branca.

Almerinda: (...) a gente, ainda, é muito vista pela sociedade branca como aquela mulher que faz os quitutes gostosos, que é toda colorida, que é bonita, que canta e dança. A gente precisa desmistificar esses estereótipos. A mulher negra reduzida ao que a sociedade branca acha que ela é. E eu não quero reduzir a mulher negra a pauta da questão racial. Eu quero falar de tudo. A gente precisa sempre se afirmar, resistir a redução. A mulher negra tem muitos saberes que são limitados pelo olhar de quem tá no poder. Entre direita e esquerda nós continuamos a ser mulheres negras.

Marielle: (...) os trabalhos que as mulheres negras passam, tem um setor muito grande da sociedade que passa. Não tô falando isto prá romantizar os trabalhos que as mulheres negras passam. Muito pelo contrário vai a casa de um rico ele tem uma empregada negra. (...) eles decidiram que os trabalhos mais desvalorizados que seriam DMLU, os trabalhos de faxina (minha mãe é faxineira e eu tenho orgulho disto) mas são os trabalhos menos valorizados e que estão mais expostos. A primeira vítima da COVID 19 foi uma mulher negra. Isto exige nossa organização prá sair desta lógica. Eu não quero estar nas estatísticas porque ocupo um espaço que é ocupado pelos nossos porque não nos deram outras oportunidades.

Quando Marielle falou sobre “*os trabalhos que as mulheres negras passam*” (**Marielle**), ela estava referindo-se às dificuldades que grande parte da população brasileira atravessa e sobre o significado disso para a construção das identidades da população negra, principalmente a das mulheres negras. Carneiro (2019), ao escrever sobre o mito da fragilidade feminina, aborda essa questão e reporta-se às condições históricas que produziram as relações que objetificaram negros e negras, argumentando que as mulheres negras, por terem um passado marcado pelos trabalhos nas lavouras, nas ruas, nas casas das “sinhas brancas”, nunca reconheceram em si essa fragilidade.

Puderam-se incluir as narrativas de Luiza Mahin, Marielle e Almerinda quanto aos trabalhos destinados às mulheres negras no contexto da intersecção gênero, classe e étnica/raça; uma vez que elas, ao relatarem as condições nas quais esses trabalhos são oferecidos, revelaram as construções racistas, elitistas e sexistas nas quais a sociedade brasileira está alicerçada. Almerinda, ao enfatizar a necessidade de lutar contra os estereótipos e referir a imagem da “*mulher negra bonita, colorida que canta e dança*” (**Almerinda**), reportou, de maneira sutil, a imagem da mulata/negra que pode, além de executar os serviços domésticos, agradar e encantar preferencialmente os homens brancos. Nesse sentido, Gonzalez argumenta:

Quando não trabalha como doméstica, vamos encontrá-la também atuando na prestação de serviços de baixa remuneração (“refúgios”) nos supermercados, nas escolas ou nos hospitais, sob a denominação genérica de “servente” (que se atente para as significações que tal significante nos remete). (...) De modo geral, a mulher negra é vista pelo restante da sociedade a partir de dois tipos de qualificação “profissional”: doméstica e mulata. (Gonzalez, 2020. p. 59)

Marielle, ao falar sobre as ocupações mais desvalorizadas pela sociedade e que essas são exercidas pela população negra, enfatizou que, para romper com essa lógica, é necessário

a organização desse grupo. Almerinda também seguiu nessa direção quando argumentou que é “*preciso resistir às visões reducionistas das mulheres negras*” (Almerinda).

Marielle: (...) A gente tem que avançar. A gente é a maior parte da população, então temos que ser a maioria nos tribunais, que são espaços privilegiados. Deveria ser a maioria dos médicos, que são espaços privilegiados, que são linha de frente. Se conta nos dedos os médicos negros. É a lógica que a gente trabalha é que estes espaços também são para as pessoas da periferia, as pessoas negras. Ah, tu tá dizendo que os outros espaços são ruins? Não! Mas porque nos espaços mais privilegiados a gente não ocupa? Por que as pessoas negras têm que ser vistas nos presídios e não como juízes nos tribunais?

(...) e eu não estou falando unicamente dos parlamentos porque eu acredito que vereador e deputado não é emprego. A gente tem que entender que não é só estes espaços que a gente tem que ocupar. A nossa luta é prá que todos os espaços sejam ocupados por nós.

Ao expor seus posicionamentos a respeito da ocupação dos espaços de poder, os quais chamou de espaços privilegiados, a entrevistada abordou pontos que atravessaram as demais narrativas: a ausência da população periférica nos espaços de poder e a necessidade de políticas públicas que oferecessem alternativas para o acesso dessa população a esses espaços. Marielle também fez, nesse trecho do depoimento, uma observação interessante: cargo no parlamento não é emprego.

Maria Felipa, em um determinado ponto de seu depoimento, contou sobre dois episódios ocorridos no período em que estava na direção do seu sindicato e que a marcaram por mostrarem o impacto das opressões de gênero e etnia/raça nas experiências de mulheres negras que reivindicam espaços nas estruturas de poder historicamente destinadas a homens. Sendo, esses homens, primeiramente brancos. Para Tiburi (2017): “Na ausência de questionamento, o machismo aparece como culto da ignorância útil na manutenção da dominação que depende do confinamento das mulheres na esfera da vida doméstica para que se mantenham longe do poder”.⁵⁵ Nos episódios relatados foi nítida a prática da violência racial e de gênero aliadas à violência psicológica que provoca fendas na autoestima da mulher negra conforme aponta Carneiro: (...) “outro aspecto da violência racial na temática de gênero e de violência contra a mulher, que é a violência psicológica, com graves sequelas na autoestima das mulheres negras trazidas por esta imagem desvalorizada no imaginário social” (Carneiro, 2019, p. 160).

⁵⁵ Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/mulheres-e-poder-contra-o-culto-da-ignorancia-machista/>
Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

Maria Felipa: (...) Dei uma entrevista prá um canal da televisão aberta e conforme avaliações fui mal. Era minha primeira vez. Fiquei muito mal e durante um tempo evitei de falar em público. Depois vi que muitos colegas homens brancos deram entrevistas e foram também muito mal. Só que não foram cobrados como eu fui. Uma vez me inscrevi para falar em uma reunião e após minha fala meu colega, branco, me disse que tremeu de medo de eu que eu falasse bobagens.

Mariele igualmente revelou um sentimento semelhante ao vivenciado por Maria Felipa quando se sentiu desautorizada ao participar de eventos públicos.

Marielle: (...) a dificuldade de ser uma mulher negra na política é aquela , eu era muito insegura prá falar nos espaços porque eu não sabia se aquilo que eu ia falar era certo. Tu sabe que as pessoas brancas tem isto de desautorizar as pessoas negras, né? Eu vou te dizer o racismo não foi superado agora porque conseguimos eleger mais negras e negros. A gente deu um passo. Acho que de um ano prá cá a gente deu um salto na representatividade.

O envolvimento com os movimentos comprometidos com os direitos das populações periféricas proporcionou à Carolina de Jesus o acesso a espaços onde as decisões que as afetam foram tomadas. A agência de Carolina de Jesus na fundação do coletivo Girassol, Amigos da Diversidade e sua atuação orgânica dentro do movimento aproximou-a da militância partidária e avalizou sua candidatura à vereadora.

Carolina de Jesus: (...) é nosso direito estar ali e nosso direito possibilita aos homens concorrerem. As mulheres não podem entrar na política sem querer. Eu gosto de dizer, por exemplo, nós temos candidaturas que surgiram nos últimos sessenta dias, pessoas que não têm nenhum tipo de engajamento social, não que não sejam boas para estar dentro do espaço político. Mas são pessoas das quais a gente não tem referências de processos de trabalho dentro da sociedade. A gente vai amadurecendo dentro do processo do movimento social, aprendendo a ter um discurso polido, aprendendo a direcionar nossos discursos, a sentar com a gestão e negociar, a pensar estrategicamente. O movimento social nos serviu prá isto (...)

Conforme Machado et al., anteriormente citados, capital político “indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente” (Machado et al., 2013, p.115). Em termos gerais, o capital político a impulsionar e motivar a indicação das sujeitas da

investigação, enquanto possíveis candidatas em seus partidos, foram suas participações nos movimentos sociais, nos movimentos estudantis e no sindicato. Ao contar sobre os debates em torno de sua candidatura, Carolina salientou a importância da construção coletiva para a inserção nos espaços da política insitucional:

Carolina de Jesus: (...) Embora eu seja filiada ao PT desde 2015 a decisão de nós irmos concorrer pelo PT foi coletiva. Não foi porque eu era filiada. A gente trouxe todas as possibilidades no quadro pra ver o que mais nos representava politicamente e como iríamos conseguir levar estas estratégias pra dentro destas candidaturas e pra dentro deste espaço político. (...) a gente sabia que o PT tinha uma cadeira, o PDT tinha três cadeiras. (...) que possibilidades haveriam em cada um. (...) no começo de 2020 sentamos, definimos a estratégia e a gente bateu o martelo em torno do meu nome.

Nesta primeira parte da análise, a investigadora fez questão de preservar e transcrever as histórias tal qual foram contadas, mesmo correndo o risco de que alguns relatos parecessem excessivamente longos. Essa decisão esteve intimamente relacionada ao respeito pelas histórias de cada sujeita que aceitou colaborar na tecelagem desta investigação. É importante reiterar que as histórias contadas e, na medida do possível preservadas, foram ao encontro da questão que instigou a pesquisadora, dos objetivos propostos e das premissas formuladas.

4.3. Cruzando os pontos

A investigadora, ao propor o estudo, partiu de algumas premissas formuladas concomitantemente com a definição dos objetivos. As análises apresentadas a seguir atenderam ao problema de pesquisa, aos objetivos propostos, às premissas formuladas, em especial a segunda premissa: espera-se que os partidos situados no espectro ideológico da esquerda respeitem as histórias de vida das mulheres negras aspirantes a cargo eletivo e entendam o protagonismo feminino como uma mudança de perspectiva social. Os partidos envolvidos na investigação têm suas histórias alinhadas com a defesa da diversidade, da liberdade, da democracia. Dessa maneira, é de supor-se que as práticas partidárias reflitam esses compromissos. Esperava-se que todas as instâncias partidárias fossem receptivas às candidaturas das mulheres negras.

No entrelaçamento das narrativas das entrevistadas com os excertos dos documentos partidários foi possível reconhecer as implicações que envolveram cruzar as realidades vivenciadas com os conteúdos registrados nos documentos. Examinando a Carta de

Princípios⁵⁶ do Partido dos Trabalhadores encontra-se: “(...) Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista” (...) (Carta de Princípios Partido dos Trabalhadores, 1979).

O compromisso expresso na carta de princípios do partido é coerente com o disposto no artigo 14 inciso II do estatuto “– combater todas as manifestações de discriminação em relação à etnia, aos portadores e às portadoras de deficiência física, aos idosos e às idosas, assim como qualquer outra forma de discriminação social, de gênero, de orientação sexual, de cor ou raça, idade ou religião”⁵⁷ (Estatuto do Partido dos Trabalhadores, 2017). As narrativas de Luiza Mahin, Carolina de Jesus e Tereza de Benguela são reveladoras quanto às relações estabelecidas no interior da estrutura partidária. Existe, de acordo com essas narrativas, uma prática paralela, não escrita, porém vivenciada.

Luiza Mahin: Na verdade a gente via uma posição um pouco machista dentro do partido. Não sei se esta é uma característica de Santana do Livramento onde apenas homens se elegem e as mulheres servem apenas para completar as cotas. A minha luta é por mais espaço para as mulheres negras na política. Negros têm que cavar estes espaços. É bem difícil a gente ter um currículo e não conseguir se eleger para representar a comunidade. (...) chego a pensar e em entrar em algum outro partido não tão radical de esquerda pra conseguir um espaço na política. (...) a gente serve de escada pra que homens brancos sejam eleitos. (...) as correntes acabam dividindo os espaços.

Tereza de Benguela: (...) a minha candidatura chamou a atenção porque eu não sou só mais uma mulher negra que se candidata. Eu sou uma mulher preta de vila com um trabalho de 25 anos na comunidade e a conselheira tutelar mais votada durante três mandatos. (...) eu não entraria pra tirar um lugar eu entraria pra tirar muitos lugares. Eu recebi \$ 1500 e um companheiro, homem branco de tradição político \$ 50.000. Ele fez 1700 votos.

Quando a presidenta municipal do PT tem fotos com as candidatas e eu não estou lá. É boicote. Quando a página do PT faz uma postagem com todas as candidatas e eu não estou lá é boicote.

(...) Vai ter uma avaliação. Teve material do partido que eu fiquei de fora. Teve encontro da Manuela com as candidatas que eu fiquei de fora. Quando fizeram o video da Manuela com as vereadoras eu não aparecia naquele video.

⁵⁶ Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br/carta-de-principios-do-partido-dos-trabalhadores/> Acesso em 15 de março de 2021.

⁵⁷ Estatuto do Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://pt.org.br/estrutura-partidaria/> Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

Carolina de Jesus: (...) Eu senti certa dificuldade. Eu senti que o partido foi levando. Penso que sentiram que não tinham saída. O PT tem um coletivo LGBTQ+ que é um coletivo muito bom. A maioria das informações que recebi sobre o pleito vieram do coletivo. As informações vinham mais do coletivo do que do diretório municipal. Alguns filiados recebiam as informações antes. As informações chegavam atrasadas para desestimular.

O artigo 13, inciso XI do estatuto do partido estabelece que “é direito das/os filiadas/as ser informado das resoluções, publicações e dos demais documentos partidários” (Estatuto do Partido dos Trabalhadores, 2017). A posse de informação privilegiada significa poder. O processo de dificultar o acesso a informação é uma das dificuldades enfrentadas pelas mulheres que pretendem acessar os espaços da política partidária. As mulheres entrevistadas para esta investigação atestam o fato por meio de seus depoimentos:

Carolina de Jesus: A maioria das informações que recebi sobre o pleito vieram do coletivo. S informações vinham mais do coletivo do que do diretório municipal. Alguns filiados recebiam as informações antes. As informações chegavam atrasadas para desestimular. A gente luta muito para ocupar este espaço. (..) A gente recebe a informação estruturada dentro de um discurso de homem que está na política. A gente luta contra uma maré gigante dentro do próprio partido.

Luiza Mahin: Quando fui candidata recebi os panfletos atrasados. (...) acho que tem falta de espaço para as mulheres negras mesmo dentro do partido que dizem apoiar a negritude. Eles apoiam quando convém. De certa forma me senti boicotada dentro do partido. Minha corrente não tinha deputado então recebi pouco apoio. Tive que trabalhar sozinha.

Tereza de Benguela: (..) minha atuação no CT me levou a concorrer. Me elevou a pensar em políticas públicas para crianças e adolescentes, para as mulheres. Porque são os mais atingidos pela falta de políticas públicas. Em 2019 concorri para presidente da zonal do PT. Ganhei com uma vantagem bem grande e ali vi que tava seguindo o movimento do partido também organicamente. E aí começamos as sondagens para uma possível candidatura. Antes de dizer sim fiz uma sondagem junto as pessoas com representatividade nos seus setores, nas suas regiões e consegui juntar pessoas maravilhosas em torno da minha candidatura. E começou a campanha. Pouca informação a respeito da minha candidatura dentro do partido.

A lógica de criar obstáculos para o ingresso de mulheres na esfera da política partidária pôde ser constatada pelos índices apresentados no problema de pesquisa e no marco teórico deste trabalho. Estes dados tornaram-se mais significativos quando trataram sobre o ingresso e

a permanência de mulheres negras na política. Conforme as narrativas de três mulheres candidatas pelo Partido dos Trabalhadores, essa lógica aplicou-se no caso de suas candidaturas. Do grupo de quatro mulheres, três delas expressaram, com certa ênfase nos seus argumentos, a sensação de que suas candidaturas não tiveram o esperado acompanhamento e nem o devido incentivo por parte das/os dirigentes locais do partido.

A respeito das discussões sobre as cotas para as mulheres dentro da estrutura partidária e entre as mulheres militantes e candidatas pelo Partido dos Trabalhadores, os depoimentos coincidiram ao apontar as formas como são feitos os encaminhamentos e como as candidaturas são articuladas. As mulheres entrevistadas têm plena consciência da importância de suas candidaturas. Na ausência de candidaturas de mulheres, os homens ficam impedidos de participar da disputa:

Carolina de Jesus: (...) temos um discurso sobre a legislação dos 30% e um discurso branco, machista arquitetado contra as mulheres.

. (...) temos um discurso sobre legislação dos 30% e um discurso branco, machista arquitetado contra as mulheres.

A cota é uma necessidade urgente para os partidos. Se não houver nenhuma mulher disposta a concorrer nenhum homem pode concorrer. (...) nós estamos tão impregnadas de que é uma permissão a nossa participação na política que a gente tem dificuldade de perceber o jogo que eles fazem conosco. (...) nós não precisamos deles. São eles que precisam de nós. É a partir da nossa percepção da necessidade de ocupar um espaço político que se dá a possibilidade deles participarem. (...) A gente vai achar fácil caminhar 14 quilômetros, limpar a casa e ficar disposta. Agente já faz isto. Já é desafiada cotidianamente. Só que eles perversamente desestimulam as mulheres na política. Daí que tem este quadro de pouquíssimas mulheres.

Luiza Mahin: Da época em que me candidatei tenho uma visão bem crítica sobre a aplicação das cotas para mulheres dentro do partido. As mulheres precisam preencher as cotas pra que os homens possam se candidatar. Serão menos homens candidatos sem as mulheres. Então eles incentivam pra que as mulheres sejam candidatas. Na verdade, a gente viu uma posição um pouco machista dentro do partido.

Tereza de Benguela:(...) a cota de gênero não foi discutida no partido. (...) Não fui contemplada com a cota racial. A gente não teve informação.

(...)Tem uma tendência no partido de privilegiar as mulheres brancas. (...) A minha ligação com o PT vem da década de 90. Me filiei só em 2015. Então, obviamente é uma relação afetiva e só por conta disto, do vínculo afetivo que eu acredito na continuidade da minha relação com o PT mas espero encontrar espaço dentro do partido. A gente não pode perder a utopia mas precisa ser racional.

No documento em que foi explicitada a estrutura partidária do Partido dos Trabalhadores consta: “O PT foi o primeiro partido a adotar a paridade entre mulheres e homens na direção partidária instituindo as cotas, desafiando preconceitos, incorporou desde o início a luta por igualdade racial e contra o racismo, assim como as pautas da luta LGBT por liberdade de orientação sexual e o combate à homofobia” (Estrutura do Partido dos Trabalhadores, s.d). Examinando a composição dos diretórios das cidades envolvidas na investigação este fato foi confirmado. As direções são paritárias, porém as narrativas das mulheres entrevistadas mostram que não basta incluir a palavra paridade nos documentos partidários para que as mudanças estruturais ocorram.

As análises dos relatos de Luiza Mahin e de Carolina de Jesus indicaram que, nos municípios de Santana do Livramento e de São Borja, as cotas foram instrumentos utilizados para garantir as candidaturas masculinas, uma vez que sem o preenchimento da cota de 30% de candidaturas femininas, candidaturas masculinas ficariam inviabilizadas. O entendimento de que as cotas de gênero são medidas indispensáveis para a diminuição das desigualdades, de acordo com os depoimentos, não se fez presente nessas cidades. Almerinda e Tereza de Benguela relataram que as cotas não foram objeto de discussão ou de disputa no diretório de Porto Alegre.

Quando perguntadas a respeito das disputas internas entre as mulheres do partido, as respostas trouxeram posicionamentos diferentes. Houve respostas mais neutras, outras com sentido mais conciliatório como as de Almerinda e Luiza Mahin, respectivamente: (...) “*As mulheres brancas do PT são diversas. Tem mulher preconceituosa e tem mulher que fica junto até o osso*” (Almerinda). “*Não vejo disputa entre as mulheres*” (Luiza Mahin). Algumas foram um pouco mais incisivas tal como expressa Tereza de Benguela ao fazer uma observação e um questionamento sobre a diferença de encaminhamento quanto às candidaturas de mulheres brancas e negras: (...) “*Tem uma tendência no partido de privilegiar as mulheres brancas. Teve mulher branca com pouquíssima atuação política e social que recebeu 10/12 mil na cota de gênero. Eu não recebi isto. Branca rica. Que critérios foram utilizados para esta distribuição*”? (Tereza de Benguela)

Carolina de Jesus fez uma avaliação de sua campanha, de sua eleição e contextualizou essa eleição no cenário da cidade onde vive:

Carolina de Jesus: (...) Prá uma primeira candidatura ser a mais votada sem nunca ter participado de um processo eleitoral foi espetacular. (..) a relevância é que estamos em uma cidadezinha do interior, que vive majoritariamente da agropecuária, que tá muito ligada às questões do homem do campo. (...) a

materialização deste corpo masculino branco que domina a produção. É deste homem que estou falando. A gente está falando do Getúlio Vargas, do João Goulart, do Brizola, do Tarso Genro e do Luis Carlos Heinz, o senador contra os quilombolas, os indígenas. A população LGBTQ+. A gente está falando deste lugar. Que é um lugar que tem materializada a ideia de que a política é branca, masculina, heterocisnormativa. É este imaginário que a gente conseguiu romper. A única mulher negra, a única que vem da periferia, a única que vem da diversidade.

Nesse ponto da entrevista, Almerinda chamou a atenção para o fato de que, até a eleição de 2020, apenas uma mulher negra fora eleita de forma direta para o cargo de vereadora na Câmara Municipal de Porto Alegre, a vereadora Teresa Franco. De fato, o memorial da Câmara de Vereadoras/res de Porto Alegre mostra que, ao longo dos últimos 72 anos, somente 26 pessoas negras ou pardas ocuparam cadeiras na casa legislativa. A vereadora Karen Santos foi, na legislatura anterior a eleição de 2020, a única mulher negra da Câmara de Vereadoras/es de Porto Alegre

Esses números vistos sob a perspectiva de gênero e etnia/raça mostram que entre os 26 parlamentares apenas seis são mulheres.⁵⁸ Kilomba (2017) define esse fenômeno como racismo genderizado, o qual reduz as discussões sobre racismo a: o *sujeito* é o homem negro. A pensadora entende que no esquema gênero-raça, vigente nas sociedades patriarcais com predominância branca, a mulher negra, por não ser nem homem, nem branca representa “um tipo de ausência dupla, uma Outridade dupla (...) (Kilomba, 2017, p.190).

Almerinda: (...) Tenho uma relação de construção com o PT. Temos quatro homens brancos lá. Veja o quanto o racismo e o machismo estão presentes nos movimentos sociais e também nos partidos. Tem gente que não abre mão de nada pras mulheres negras. Tem mulheres que têm graduação, pós e não conseguem. Tem uma estrutura, um cinturão que estipula que o homem branco de classe média, estabilizado e com uma estrutura financeira em torno dele chega. E isto se repete nos partidos de esquerda. Em mais de cem anos da Câmara Municipal só uma mulher conseguiu ser eleita de forma direta, Teresa Franco. Enquanto a gente não ocupar o poder, assumir as cadeiras sejam elas de vereadoras, de deputadas, senadoras a coisa não vai mudar. A gente tem que ocupar tudo.

Almerinda tem uma visão um pouco mais ampla a respeito do racismo e do machismo nas estruturas partidárias. Ela vê o problema presente em todos os partidos de esquerda, talvez

⁵⁸ Memorial Câmara de Porto Alegre. Disponível em: <https://memorial.camarapoa.rs.gov.br/galeria-dos-vereadores-negros/> Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

por estarem inseridos em um contexto social em que machismo e racismo andam juntos. No depoimento de Almerinda foi possível perceber, nas entrelinhas, a crítica ao crescimento do partido e à conseqüente desatenção a alguns princípios de sua fundação. O que, de certa maneira, corroborou com as narrativas das outras entrevistadas. “ (...) *Acho que o PT cresceu muito rápido e neste crescimento se desconetou da placenta*”. (Almerinda)

O cruzamento entre os conteúdos dos documentos e os depoimentos das entrevistadas indicou pontos contraditórios. O Partido dos Trabalhadores, de acordo com os documentos examinados, foi desde sua fundação um partido voltado para o respeito às diversidades. Porém, os depoimentos de três das quatro mulheres entrevistadas contradizem o contido na documentação partidária. É importante ressaltar que Almerinda não manifestou as mesmas impressões a respeito dos encaminhamentos dados pelas/os representantes do partido durante a sua campanha, (...) “*Eu entendo que ser candidata não é uma escolha pessoal. É preciso ter uma base de sustentação, de referência. Eu me senti muito valorizada, respeitada*” (...). (Almerinda)

O Partido Comunista do Brasil foi, entre os três partidos, aquele que, de maneira mais enfática, expôs sua escolha quanto à intersecção gênero, classe e etnia/raça. Na apresentação do partido são citadas suas frentes de atuação de maneira explícita: (...) Atuam em frentes: sindical, mulheres, juventude, negros, comunitário, cultural, esportivo, comunicação, LGBT’s, meio ambiente, paz mundial. (...). Os artigos, 53, 54, 55 e 58⁵⁹ do estatuto do partido tratam especificamente das questões das mulheres, das negras e dos negros. A narrativa de Maria Felipa foi ao encontro desses propósitos quando ela disse:

Maria Felipa: O P C do B tem como característica ser um partido que as principais lideranças são mulheres. (...) O partido tem por exemplo no Congresso Nacional um número considerável de mulheres. A presidenta do partido é uma mulher negra. Em Porto Alegre temos um grande número de mulheres que despontam do ponto de vista da participação política. (...) O P C do B acaba colocando para a disputa as mulheres já faz algum tempo. Tem mais de 50% de mulheres nas direções tanto municipais quanto estaduais. É uma coisa que já começa naturalmente.

O artigo 53 do estatuto, traz, de forma explícita, os compromissos do partido com as lutas das mulheres: “A luta contra a discriminação das mulheres tem prioridade na atuação do

⁵⁹ Disponível em: <https://pcdob.org.br/> .Acesso em 11 de janeiro de 2021.

Partido e em sua vida interna. O Partido promove a luta pela emancipação das mulheres, pela igualdade de direitos entre gêneros, e estimula a participação nas entidades comprometidas com esta causa;” A narrativa de Maria Felipa quanto às discussões sobre as cotas no interior do partido, confirmou que ele vem cumprindo o artigo:

Maria Felipa: Então, esta questão do 30% não é um problema e não foi um problema em se tratando de Porto Alegre, mais especificamente. O partido sempre que tem uma vaga diz: vamos botar uma mulher. E não estou falando isto sem noção crítica mas de observar isto mesmo. (...) É investimento. Eu não queria ser candidata. A minha candidatura foi quase uma imposição do partido. O presidente do partido me disse que eu era uma mulher negra com liderança e que era uma eleição importante e que se eu não participasse deixaria um vazio. Que minha candidatura era estratégica pois o SIMPA tinha sido a principal força de oposição ao governo Marquezan. Teve um investimento do partido nas candidaturas de mulheres negras. Provavelmente a gente vá vir de novo. Eu penso que estes espaços e poder são muito importantes. (...) A presença de mulheres negras não é só uma questão de números mas de nos fortalecermos umas as outras.

Quanto a assumir o compromisso de uma candidatura representando o partido, ela fez uma reflexão sobre a importância de candidaturas negras e sobre a diferença entre representação e representatividade. Conforme Silva e Silva (2019), sentir-se representada/o na esfera da construção e da concretização das agendas no campo político significa ser agente construtor de sua própria história, sendo um exercício de cidadania. As estruturas hierarquizadas das democracias liberais operam para impedir que grupos subalternizados participem da construção de políticas públicas das quais possam ser beneficiários. Quando uma mulher negra ascende aos espaços de poder, ela carrega consigo as expectativas da comunidade que constitui sua base de sustentação. Ela carrega um conjunto de experiências de um grupo social historicamente subjugado que deseja ver-se representado na figura dessa mulher.

Maria Felipa: (...) Precisa ter representatividade. Precisa ter pessoas que pensam e sintam as coisas como nós, que possam compreender. É importante a gente ter mulheres negras em todos os espaços. A gente precisa sentir isto. (...) As pessoas costumam ter empatia com mulheres que sofrem violência física mas não lembram da violência psicológica. É a mesma coisa com o racismo. A ideologia precisa mascarar. A criança negra não se gosta porque não se enxerga. A gente internaliza muitas coisas. Silvio Almeida diz: eles precisam criar mecanismos de contenção porque somos muitos. Mesmo nós mulheres militantes precisamos de muito para não nos sentirmos inferiorizadas.

Maria Felipa, ao relatar seu sentimento em relação à responsabilidade assumida por ser uma mulher negra que almejou um espaço de poder, disse: “*A gente carrega uma multidão com a gente. Se a gente fracassa não é só a gente que fracassa*” (Maria Felipa). O posicionamento expresso por Carneiro reafirma o sentimento de Maria Felipa:

A condição de mulher negra, o papel histórico que as mulheres negras desempenham em suas comunidades, a comunidade de destino colocada para homens e mulheres negras pelo racismo e a discriminação impedem que os esforços organizativos das mulheres negras possam se realizar dissociados da luta geral de emancipação do povo negro.

Portanto, o ser mulher negra na sociedade brasileira se traduz na tríplice militância contra os processos de exclusão decorrentes da condição de raça, sexo e classe, isto é por força das contradições que o ser mulher negra encerra, recai sobre elas a responsabilidade de carregar politicamente bandeiras históricas e consensuais do movimento negro, do movimento de mulheres e somar-se aos demais movimentos sociais voltados para a construção de outro tipo de sociedade baseada nos valores da igualdade, solidariedade, respeito à diversidade e justiça social. (Carneiro, 2019. p. 169)

O combate ao racismo, vinculado com a luta de classe, é um compromisso que o partido assume no artigo 58: “O combate ao racismo é parte integrante do projeto de emancipação social e nacional pelo qual luta o Partido, (...). Os (As) comunistas visam a desenvolver uma análise marxista sobre a especificidade do combate ao racismo em ligação com a luta de classes em nosso país”. (...).

Maria Felipa: (...) Nossa cultura acredita mais na capacidade de um homem branco do que na capacidade de uma mulher negra. E a gente precisa avançar muito nesta questão. (...) hoje eu posso dizer que eu me constitui na compreensão da interseccionalidade raça, classe e gênero, nós precisamos trabalhar com estas três formas de opressão ao mesmo tempo. Não tem como fazer uma coisa sem a outra. Não tem como a gente pensar que vai livrar o povo do capitalismo só com homens brancos socialistas. Não. Se não tivermos mulheres e homens negros na mesma proporção que brancos a coisa não vai avançar. Eu vejo como empoderou a população negra a eleição da bancada negra. Nos empodera saber que as pessoas que estão ali nos entendem.

A narrativa de Maria Felipa veio ao encontro do que Gonzalez (2020) argumentou em favor da importância de analisar-se a articulação entre as categorias gênero, etnia/raça, classe, sexo e poder para compreender as estruturas de dominação nas quais a sociedade brasileira foi construída.

Na análise conjunta do depoimento de Maria Felipa e dos documentos do Partido Comunista foi possível concluir que as dimensões etnia/raça estão presentes nos debates e nas práticas partidárias. E, ainda de acordo com a sua narrativa, a direção municipal do partido incentivou sua candidatura, reconhecendo a importância dela para a população negra. É de ressaltar-se, quando Maria Felipa fala sobre o descompasso entre os avanços conquistados pelas mulheres e o combate ao racismo, que ela parece estar falando da sociedade brasileira em geral e não do partido em particular.

O programa do Partido Socialismo e Liberdade, conforme se pôde ler nos excertos abaixo, enfatizou as dimensões étnica/racial e de gênero. O partido, na redação de seu programa, marcou a luta contra o racismo e pelos direitos das mulheres de maneira enfática, destacando fatores históricos e sociais que estão entrelaçados quando essas dimensões são abordadas.

Parte III – Um programa de ação, de reivindicações dos trabalhadores e do povo pobre e medidas democráticas, anticapitalistas e antiimperialistas

14) Combate ao racismo e contra a opressão dos negros.

A escravidão terminou como modo de produção – embora vergonhosamente tenhamos ainda no Brasil ilegalmente algumas áreas de trabalho escravo -, mas o racismo continua e os negros e as negras são os mais explorados e discriminados dos trabalhadores e do povo. (...) O movimento negro do novo partido irá discutir o programa necessário para enfrentar de modo eficaz **esta luta**.

15) Em defesa dos direitos das mulheres. Pela emancipação das mulheres.

Além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo, que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis. (...) As mulheres vivem a dupla jornada de trabalho. São a maioria esmagadora nos subempregos e postos mais baixos na escala salarial e ainda recebem menos por trabalho igual ao dos homens. Defendemos o fim da discriminação sexual no trabalho, salário igual para função igual. Cada vez mais as mulheres assumem o posto de chefes de família, recaindo sempre sobre elas o cuidado com os filhos. As políticas públicas devem levar em conta esta realidade, priorizando, por exemplo, as mulheres nos programas habitacionais e de geração de emprego, bem como garantindo a existência de creches públicas nos locais de trabalho e estudo.

A violência é um dramático problema que atinge a população feminina. No trabalho são vítimas do assédio e abuso sexual, ameaçadas de perder o emprego se não cederam aos desejos de seus chefes. A cada minuto 3 mulheres são agredidas, 70% destas agressões ocorrem dentro de casa e a maioria das vítimas são mulheres pobres. (...) O movimento de mulheres do novo partido construirá ele mesmo o programa que impulse este combate.⁶⁰ (Estatuto do Partido Socialismo e Liberdade, 2009)

⁶⁰Disponível em: <https://psol50.org.br/partido/> Acesso em 08 de fevereiro de 2021.

As narrativas de Marielle e de Dandara, quanto aos debates entre as mulheres do partido, caminharam no sentido de reafirmarem o que estava escrito no estatuto. Dandara disse em determinada parte da sua narrativa: “*Não percebo dentro do partido tensionamento quanto às questões étnicos/raciais entre as mulheres*” (Dandara).

Em nenhum momento dos depoimentos elas demonstraram contrariedade, discordância ou descompasso entre o escrito no programa e as práticas das mulheres e dos homens ao longo das campanhas ou no cotidiano. Marielle, nesta parte do depoimento, falou do cruzamento das opressões e das diferenças que marcaram os feminismos no interior do partido. A entrevista também expressou, de forma explícita, seu sentimento de satisfação quanto à condução de sua candidatura.

Marielle:(...) não vejo uma disputa entre mulheres negras e brancas no partido. Elas têm consciência de que as mulheres brancas sofrem com o machismo mas não sofrem a opressão racial. Elas conseguem diferenciar o feminismo negro do feminismo branco. No espaço em que eu estou colocada não enfrento disputa com mulheres brancas. Elas reconhecem que a Marielle sofre com a opressão racial, com a opressão de gênero e com a opressão capitalista. Uma mulher branca vai sofrer com a opressão de gênero e com a opressão capitalista. Quando isto é reconhecido fica mais fácil. Eu fiquei bem feliz com o apoio que me deram.

Dandara, ao contar sobre a autonomia que ela e seu coletivo tiveram na construção e na condução da candidatura, indicou um detalhe que pode ter passado despercebido, mas que no conjunto é importante: não houve dentro do partido discussões em torno do programa e nem sobre o comportamento da militância com relação à candidatura majoritária. Esse fato pôde ser visto como autonomia ou como ausência de discussões mais aprofundadas com relação ao programa: “*Não teve uma discussão em torno de programa, de como as vereanças iam se portar em relação a majoritária. Simplesmente a gente veio e foi isto. Tivemos autonomia para conseguir construir uma candidatura do nosso jeito*” (Dandara).

Na análise do estatuto do programa não se encontrou um artigo no qual as categorias etnia/raça e gênero estivessem mencionadas de maneira particular, tal qual o estatuto do Partido Comunista do Brasil. No artigo do estatuto que tratou dos compromissos do Partido Socialismo e Liberdade com os setores oprimidos da sociedade, encontra-se referência a essas categorias.

Art. 5º – O Partido SOCIALISMO E LIBERDADE desenvolverá ações com o objetivo de organizar e construir, junto com os trabalhadores do campo e da cidade, de todos os setores explorados, excluídos e oprimidos, bem como os estudantes, os pequenos produtores rurais e urbanos, a clareza acerca da

necessidade histórica da construção de uma sociedade socialista, com ampla democracia para os trabalhadores, que assegure a liberdade de expressão política, cultural, artística, racial, sexual e religiosa, tal como está expressado no programa partidário.

As duas candidatas manifestaram opiniões semelhantes no que disse respeito à aplicação da lei das cotas no partido. Ambas mencionaram que não houve dentro do partido preocupação em torno do preenchimento das vagas. Marielle disse não ter percebido, nos homens do partido, indícios de incômodo pelo número de mulheres inscritas para concorrer a uma vaga no parlamento. As vagas foram preenchidas naturalmente, inclusive passando do percentual estabelecido como limite mínimo pela lei.

Marielle: (...) Quanto às cotas não teve problema no PSOL. Nem se discutiu. Até passou dos 30%. Eu fico contente em construir o PSOL neste sentido. São caras diversas. Tem gente de todo tipo. E eu fico feliz com isto de ter pessoas periféricas, de ter mulheres negras, de ter LGBTs, de ter homens ocupam que já ocupam lugares na política. Eu fico contente em te dizer que não foram os 30% cravados, tipo um sufoco pra ter mulheres. Não tinha problema ter muitas mulheres pelo que vi dos meus companheiros.

Dandara: Quanto ao financiamento de campanha não teve um debate mais profundo. Recebemos 1000 panfletos e fizemos financiamento coletivo. Toda a discussão que a gente vem fazendo em torno das candidaturas laranjas que foi uma forma dos oportunistas se apropriarem das cotas. As cotas são necessárias para tentar equiparar as desigualdades. É preciso que se discuta sempre porque se não há uma discussão constante as coisas se perdem.

Com relação às cotas e a respeito da importância das mesmas, Dandara argumentou que foi fundamental o debate e a atenção permanente, visto que essa seria uma forma de evitar que as cotas servissem para a manutenção das distorções. Ela referiu-se especificamente ao fato de que alguns partidos apenas utilizam as candidaturas de mulheres como forma de assegurar a participação dos homens nos pleitos. Nesse ponto do depoimento, Dandara também fez uma referência à ausência de discussões mais aprofundadas a respeito da distribuição das verbas de financiamento às candidaturas dentro do partido.

No cruzamento entre as narrativas de Dandara e Marielle e os documentos partidários, não apareceram dados significativos que pudessem ser apontados como incoerências ou discrepâncias na condução das candidaturas.

A análise dos depoimentos das sujeitas da investigação, cruzadas com os conteúdos dos documentos partidários, permitiu algumas considerações que por certo não são definitivas,

porém constituem material para reflexão e para futuras investigações. Essas análises indicaram que os três partidos estudados consideram a inteseccção entre etnia/raça, gênero e classe relevante a ponto de incluí-la nos seus documentos oficiais. A premissa formulada a respeito dos compromissos dos partidos situados no espectro ideológico de esquerda ser mais permeável para abrir espaço para mulheres, especialmente mulheres negras, confirmou-se em parte. As narrativas das mulheres candidatas indicaram diferenças no grau de investimento nas candidaturas de mulheres negras entre os três partidos. Percebeu-se que no PSOL e no P C do B as mulheres tiveram mais apoio em suas candidaturas e no acompanhamento das campanhas. Sobre esse ponto a entrevistada Almerinda levantou uma hipótese que não foi examinada nesta pesquisa, mas que pode ser relevante: o crescimento do PT pode ter influência nas diferenças de condução dos assuntos relativos às indicações de candidatas/os e no acompanhamento das campanhas eleitorais. Os relatos apontaram que a ocupação de espaços na política partidária por mulheres, especialmente mulheres negras, pode ser difícil também em partidos do espectro ideológico de esquerda. Outro aspecto levado em conta quando se falou na ocupação de espaço nos partidos políticos estudados foi a agência das mulheres em distintos movimentos, o que pareceu ser fator fundamental na construção de uma carreira política partidária.

Não restaram dúvidas que as sujeitas da investigação consideraram a lei das cotas para as mulheres fundamental na busca pela representatividade e pelo equilíbrio de forças na democracia representativa.

As conclusões/recomendações apresentadas a seguir propuseram algumas reflexões e encaminhamentos possíveis a partir das análises realizadas.

Conclusões/Recomendações

Para concluir, a pesquisadora reportou-se às questões que a instigaram: A categoria etnia/raça está presente nos programas e estatutos dos partidos? As cotas para as mulheres contemplam as mulheres negras quanto à ocupação dos espaços nas estruturas partidárias? É possível identificar inconsistências/incoerências entre o escrito nos estatutos dos partidos os relatos das mulheres negras quanto às formas de indicação e de condução das candidaturas das mulheres negras?

Essas indagações motivaram a elaboração das categorias analíticas, a elaboração dos objetivos e a formulação de premissas que conjuntamente foram o fio condutor do trabalho. O desenvolvimento do trabalho com o exame da documentação partidária, com a realização das entrevistas e das análises posteriores conduziu-nos em direção às respostas para os questionamentos acima.

A fim de situar a pesquisa no tempo, foi realizada a revisão histórica proposta no capítulo I que contextualizou historicamente o movimento sufragista no Brasil e apontou algumas características desse movimento: a) foi um movimento marcadamente de mulheres brancas e de classe média; b) a situação econômica e social da população negra neste período era especialmente difícil, com os homens negros sem trabalho e as mulheres negras ficando responsáveis pela manutenção das famílias com seus empregos domésticos; c) as mulheres negras que participaram desse movimento, de maneira geral, foram pouco mencionadas na história. Essa contextualização, em conjunto com os antecedentes da formulação da política pública das cotas para as mulheres, visou situar a política pública no contexto dos movimentos feministas. Com isso, enfatizou-se que as cotas para mulheres nos legislativos do país resultaram de muitos anos de luta das mulheres brasileiras.

A investigação encontrou suas bases teóricas no pensamento feminista negro, com ênfase nas formulações teóricas das pensadoras Gonzalez, Carneiro, Kilomba e Collins. As categorias que sustentaram as análises foram elaboradas a partir desse suporte conceitual.

Algumas considerações emergem como reflexão da pesquisadora fundamentada em elementos concretos levantados nas entrevistas com as mulheres que colaboraram com a pesquisa, e em elementos resultantes da análise de conteúdo dos documentos analisados por cada partido político. Tais reflexões, apresentadas a seguir, são propostas como avanços que essa pesquisa permite fazer de forma fundamentada, no intuito de propor elementos analíticos

que possam servir de base conceitual, de inspiração teórico-metodológica, para futuras pesquisas acadêmicas ou de intervenção social.

As narrativas das sujeitas da pesquisa e o cruzamento delas com os documentos dos partidos apontaram para a importância dos movimentos de mulheres no combate ao racismo e ao machismo nas estruturas partidárias.

A inclusão, de forma explícita ou implícita, da perspectiva de gênero, das questões étnicas/raciais para além das questões de classe, nos documentos dos partidos, tornou evidente a importância desses movimentos. Os relatos também apontaram que os partidos envolvidos na investigação mantiveram laços com os movimentos sociais, coletivos e sindicatos, a ponto de legitimarem as candidaturas oriundas desses espaços confirmando o protagonismo dessas mulheres nos movimentos e nos partidos. Em termos gerais, o capital político impulsionador e motivador das indicações como possíveis candidatas, nos partidos das sujeitas da investigação, foi a participação de cada uma delas nos movimentos sociais, nos movimentos estudantis e no sindicato. Outro dado importante que se pôde depreender dos relatos e do exame dos documentos partidários foi certo deslocamento da figura política tradicional para uma diversidade maior, refletindo, de algum modo, parte da sociedade.

É inegável para as entrevistadas dos três partidos, a importância da lei das cotas. Porém, existem diferenças marcantes quanto ao entendimento da sua aplicação nos diretórios dos partidos pesquisados. Enquanto, as duas entrevistadas, candidatas pelo Partido dos Trabalhadores do interior do estado, consideraram que as cotas serviram como instrumento para garantir as candidaturas masculinas no partido, nas respectivas cidades, as candidatas da capital não registraram essa questão nos relatos. Talvez o tamanho do partido, variável não examinada, tenha influenciado no modo como os dirigentes partidários conduziram as candidaturas de mulheres negras ou não, e na diferença quanto ao grau de investimento nessas candidaturas entre os três partidos. A partir dos depoimentos, foi legítimo afirmar que a perspectiva de gênero e etnia/raça esteve expressa em cada um dos documentos examinados. Contudo, as diferentes interpretações dos documentos partidários, por parte de quem coordenou as campanhas eleitoriais pôde levar à condução equivocada do processo.

Com relação ao Partido Comunista do Brasil, a análise da narrativa da candidata e dos documentos do partido permitiu concluir que a dimensão etnia/raça esteve presente nos debates e nas práticas partidárias. E ainda de acordo com as narrativas, a direção municipal desse partido incentivou essa candidatura, reconhecendo sua importância para a população negra. A entrevistada falou sobre o descompasso entre os avanços conquistados pelas mulheres e o

combate ao racismo, mas sua fala relacionou-se à sociedade brasileira em geral, e não ao partido em particular.

O cruzamento dos documentos com os relatos das candidatas pelo Partido Socialismo e Liberdade sugeriu coerência e cumprimento do estatuto por parte das/os reponsáveis pela condução das campanhas. Todavia, uma das candidatas salientou a ausência de debates mais aprofundados a respeito das cotas no interior do partido. Essa observação não foi explorada pela pesquisadora quando a entrevista foi realizada. Porém, foi uma observação pertinente, uma vez que a presença de candidatas negras ou de outras identidades étnicas, mesmo nos partidos com histórico compromisso com a diversidade, continua a ser muito reduzida, se comparada com as mulheres brancas.

As vivências narradas durante o percurso das entrevistadas apontam a relevância dos movimentos sociais no sentido de acionarem processos de agenciamento das mulheres negras no campo da política partidária. Nesse sentido vale destacar o papel que esses movimentos podem desempenhar na agenda das Políticas Públicas. A realização dessa investigação trouxe questões que podem se tornar agenda para pesquisas futuras. Uma pesquisa possível de ser desdobrada diz respeito a inserção dos movimentos sociais na agenda da construção das Políticas Públicas. Assim sendo investigar a hipótese de que os movimentos podem colocar na agenda dos debates relacionados à produção das políticas públicas elementos capazes de confrontar projetos políticos dominantes visando a transformação da sociedade pode ser muito interessante do ponto de vista acadêmico.

Um outro desdobramento plausível é a continuidade da pesquisa articulando a agência das mulheres negras nos movimentos sociais com a inserção das mesmas na política partidária tanto em partidos de direita quanto em partidos de esquerda. Esta continuidade tem sentido tendo em vista o dado de que entre as sete entrevistadas somente uma não tem sua história ligada à atuação em um movimento social. Este dado confirma a hipótese corrente na literatura a respeito da tendência de partidos de esquerda elegerem mulheres com atuação em movimentos sociais. Em contrapartida os investimentos dos partidos do espectro político à direita são concentrados em mulheres com capital familiar (Silva, 2017).

A Política Pública das Cotas para Mulheres no legislativo brasileiro atende a reivindicações dos movimentos feministas e está sendo aperfeiçoada. Embora seja impossível não reconhecer a importância da mesma para o combate à desigualdade de gênero nos legislativos, é fundamental que se apontem as limitações da política. Os índices apresentados na introdução da pesquisa deixaram evidente que só a política pública de cotas não se mostrou suficiente para equilibrar as forças nos parlamentos. É preciso que o debate a respeito da

desigualdade seja aprofundado na sociedade brasileira para que esses índices cheguem a patamares mais equitativos. A ocupação dos espaços de poder pelas mulheres e por outros grupos subjugados depende de fatores que vão além da elaboração e da execução de políticas públicas. Ocupar esses espaços implica em transformações profundas nas estruturas sociais. Além disso, nem todas as mulheres ocupantes de cadeiras no parlamento representam os interesses das mulheres ou dos grupos subjugados. Nesse sentido aponta-se que as diferenças que alicerçam uma sociedade plural e democrática podem e devem possibilitar oportunidades para que todas e todos possam se assumir como sujeitas e sujeitos e viverem/escreverem suas histórias a partir de suas agências.

Reconhecer que as opressões foram sentidas e vivenciadas de formas diferentes pelas mulheres foi um passo para a construção de políticas públicas capazes de abranger a todas as mulheres. A Política Pública de Cotas no legislativo, ao prever somente cotas de gênero, aponta para a universalização da categoria mulher. Posto isso, faz-se necessário tornar a política pública de cotas mais abrangente. Nessa direção, D'Ávila (2018) argumenta que a categoria mulher pode ser vista enquanto universal quando a invisibilidade reflete-se na ausência nos espaços de decisão em um país onde mais da metade da população é composta por mulheres e sabe-se que elas vivenciam as opressões de formas diversas.

Portanto, faz-se necessário o aprofundamento dos debates a respeito das cotas para as mulheres, e que o debate seja no sentido de ampliar as possibilidades de acesso aos espaços de poder. Conforme argumentam Agum, Menezes e Menezes e Riscado (2015), citados na introdução desta dissertação, a construção de agendas públicas depende de construções sociais que envolvem um conjunto de fatores que vão além da identificação do problema público. Nesse sentido, as mulheres que assumem cadeiras nos parlamentos e exercem papéis importantes na construção das agendas públicas precisam representar a diversidade das mulheres brasileiras.

Considerando que as mulheres constituem 51,8 % da população brasileira e que a população negra e parda é de 43,1% e 7,6%, respectivamente, é certo dizer que as cotas para mulheres são importantes, mas ainda não suficientes. O aperfeiçoamento dessa Política Pública e a elevação do percentual de vagas para 30% das vagas para as mulheres, assim como a adoção de cotas étnico/raciais, é um debate que precisa fazer parte da agenda política.

Referências Bibliográficas

- Agum, Ricardo. Menezes, Monique. Riscado, Priscila. (2015). “Políticas Públicas: Conceitos Análise em Revisão”. Revista Agenda Política, São Carlos, Universidade Federal de São Carlos. vol. 3, Nº 2; pp. 12-42. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/>
- Alves, Branca M e Pitanguy, Jacqueline. (1985). O que é o feminismo. Brasília: Abril Cultural/Brasiliense.
- Bairros, Luiza. (1995). "Nossos Feminismo Revisitados". Estudos Feministas, Florianópolis, Santa Catarina, vol. 3, N º2, pp. 458-463. Disponível em <http://periodicos.ufsc.br>
- Bardin, Laurence. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa. Portugal. Edições 70 LDA.
- Biroli, Flávia. (2018). Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo. Boitempo Editorial.
- Bernete, Francisco. (2013). Análisis de contenido (cuantitativo y cualitativo), em Conoce lo social: estrategias y técnicas de construcción y análisis de datos. Montevideo Uruguay; Publisher: Fundación de Cultura Universitaria, pp.245- 282. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/34992781_Analisis_de_contenido
- Bester, Gisela. M. (1996). Direitos Políticos das Mulheres Brasileiras-Aspectos Históricos da Luta Sufragista e Algumas Conquistas Posteriores, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em 26 de agosto de 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106440>
- Bomeny, Helena M. (2003). "Quando os números confirmam impressões: Desafios na Educação brasileira.", Interseções-Revista de Estudos Interdisciplinares Rio de Janeiro. vol.5, Nº 2.pp.277-301. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/6754>
- Bourdieu, Pierre. (2014). A Dominação Masculina. Rio de Janeiro BestBolso.
- Carneiro, Sueli. (2019). Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen Livros.
- Collins, Patricia. H. (2019). Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e política de empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial
- CSEM. (2019). “Reconstruyendo la vida en la frontera: asistencia y atención a migrantes en la frontera norte de México: informe de investigación” [recurso electrónico], Brasília, CSEM. Disponível em: <https://www.csem.org.br/wp-content/uploads/2019/12/M%C3%A9xicoES-20dez.pdf>
- Couto, Mia. (2015). Mulheres de Cinzas. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cowling, Camillia. (2018). Concebendo a Liberdade. Campinas: Editora Unicamp.

- D'Ávila, Manuela P. V. (2018). MULHERES IMPLEMENTAM MAIS POLÍTICAS PÚBLICAS? O efeito da presença de mulheres no comando do Poder Executivo Municipal para a implementação de políticas públicas com recorte de gênero nos municípios brasileiros, dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/189845>
- Duarte, Constância. L. (2010). Nísia Floresta. Recife: Editora Massangana.
- Dutra, Délia. (2013). Migração internacional e trabalho doméstico Mulheres peruanas em Brasília. Sorocaba: OJM-Casa Editorial
- Flick, Uwe. (2004). Uma Introdução a Pesquisa qualitativa - 2ªed. Porto Alegre. Bookman
- Galeano, Eduardo. (1989). Livro dos Abraços. Porto Alegre: L & PM Editores S&A.
- Galindo, Jesús. (2010). “Encuentro de subjetividades. Objetividad descubierta. La entrevista como centro de trabajo etnográfico”, Estudios sobre las culturas contemporaneas, Mexico, vol. 1, Nº 003; pp.151-183. Disponível em: [Universidad de Colima - Biblioteca Virtual Universitaria \(ucol.mx\)](http://www.uco.es/~10151/colima/biblioteca_virtual/Universitaria/ucol.mx)
- Holanda, Heloisa. B. (2019). Pensamento Feminista Conceitos Fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- hooks, bell. (2019). Erguer a Voz. São Paulo: Editora Elefante.
- Karawejczyk, Mônica. (2013). As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c.1850-1932), tese apresentada ao Programade Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), aprovada em 06 de maio de 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/72742>
- Kilomba, Grada. (2019). Memórias da plantação-Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora de Livros Cobogó.
- Lorde, Audre. (2019). Irmã Outsider. São Paulo. Editora Autêntica.
- Machado, Carlos, Marques, Danusa e Miguel, Luis F. (2015). “Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos deputados”. Rio de Janeiro, vol. 58, Nº 3; pp. 721-747. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/283661017_Capital_Familiar_e_Carreira_Politica_no_Brasil_Genero_Partido_e_Regiao_nas_Trajetorias_para_a_Camara_dos_Deputados
- Marques, Teresa. C. (2018). O voto feminino no Brasil. Brasília: Edições Câmara.

Miguel, Luis. F. (2003). “Capital Político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso Brasileiro”. Revista de Sociologia e Política, Nº 20; pp. 7-20. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/3636>

Miguel, Luis. F. (2000). “Teoria Política Feminista e Liberalismo: o caso das cotas de Representação”. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 15, Nº 44; pp.91-10. Disponível em: <https://doi.org/101590/50102-69092000000300005>

Nunes, Karla. L. (2001). Antonieta de Barros: Uma História, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/81514>

Ogers, Olga e Sánchez, Liliana R. (2020). “La investigación de campo en tiempos de COVID19: Entrevistando a migrantes durante el confinamiento”. vol 52, pp.19-23. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/files/vol52-issue1/Dossier-4.pdf>

Pires. Thula. (2019). “Direitos humanos e América Latina: Por uma crítica africana ao colonialismo jurídico”. vol, 50.3, pp.69-73. Disponível em: <https://forum.lasaweb.org/past-issues/vol50-issue3.php>

Ribeiro, Djamilia. (2017). O que é Lugar de Fala? Belo Horizonte: Grupo Editorial Letramento.

Saffioti, H. (2013). A mulher na sociedade de classes. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Silva, Andrea Franco L., e Silva, Grécia Mara Borges. (2019). “Falando a voz dos nossos desejos: os sentidos da representatividade e do lugar de fala na ação política das mulheres negras”, Revista Eletrônica de Interações Sociais, Rio Grande, vol 3, Nº 1; pp. 42-56. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-6226-793X>

Silva, Ellen da. (2017). As parlamentares do Brasil e da Costa Rica: uma análise de carreira política, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas, Universidade de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/24005>

Silva, Silvana. A. (2008). Racismo e sexualidade nas Representações de Negras e Mestiças no final do Século XIX e Início do Século XX, dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13054>

Soihet, Raquel. (2000). “A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz” . Revista Brasileira de Educação, vol, 15, Nº15, pp.97-117. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000300007&lng=en&tlng=pt

Soihet, Raquel. (2013). *Feminismos e antifeminismos. Mulheres e suas lutas pela conquista da cidadania política*. Rio de Janeiro: Editora 7 Letras.

Subirats, J. K. (2008). *Análisis y gestión de políticas públicas*. Barcelona: Editorial Ariel S.A.

Taylor, Steven. J. e Bogdan, Robert. (1994). *Introducción a los métodos cualitativos de investigación*. Buenos Aires. Paidós.

Theodoro, H. (1996). *Mito e Espiritualidade: Mulheres Negra*. Rio de Janeiro: Pallas.

Tribunal Superior Eleitoral. (1997). *Lei das Eleições – Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997*. Brasília. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>

Vasilachis, Irene de G. (2006). *Estratégias de Investigación Cualitativa*. Barcelona. Editorial Gedisa S.A.

Yin, Robert K. (2016). *Pesquisa Qualitativa do início ao fim*. Porto Alegre. Penso Editora LTDA.

Anexo

Guia da Entrevista

O tema da minha pesquisa é “Trama de vida e militância partidária na vida de mulheres negras”. Quero ouvir tua história de vida e militância. Trouxe um roteirinho e de vez em quando vou dar uma espiada. A nossa conversa precisa ser gravada.

1. Bloco Vida Pessoal

Nome: _____

Idade: _____

Estado Civil: _____

Filhas (os): _____

Profissão: _____

Escolaridade: _____

2. Bloco Vida Partidária/Movimentos Sociais/Sindicais/Estudantil

1. Na tua percepção como a aplicação da lei de cotas para mulheres impactou a estrutura do partido?

2. A necessidade de se prever cotas para as mulheres alterou a maneira como as disputas internas ocorrem?

3. Pensando nisto: como o partido organiza as indicações para as candidaturas? Qual tua avaliação quanto a inclusão das categorias gênero e raça nas indicações?

4. As normas estatutárias do partido mudaram a partir da lei de cotas para as mulheres? Como as mulheres participaram da elaboração destas normas? Se pensou na intersecção gênero/raça quando se elaborava estas novas normas?

5. As mulheres, especialmente as negras, costumavam ter o mesmo espaço que os homens nos debates do partido antes da lei de cotas? Ou isto mudou a partir da lei? Ou continua igual?

6. Como as candidaturas de mulheres negras são vistas pelas mulheres não negras do partido?

7. Quais os principais desafios que uma mulher negra enfrenta na militância partidária? E durante as campanhas?

8. Tu tens atuação nos movimentos sociais/sindicais/estudantil?

9. Gostaria de acrescentar mais alguma coisa. Algo que te pareça importante e eu não tenha perguntado?

Observação: as perguntas serviram como guia.